



Instituto Politécnico de Tomar

Escola Superior de Tecnologia de Tomar

Vera Mónica Pereira Landim

# **ANÁLISE FORENSE DE AEROSSÓIS DE DEFESA PESSOAL EM PORTUGAL**

**Relatório de Estágio**

**ORIENTADO POR:**

**Isabel Nogueira – Instituto Politécnico de Tomar  
Ana Cristina Assis – Laboratório de Polícia Científica**

Relatório de Estágio apresentado ao Instituto Politécnico de Tomar  
para cumprimento dos requisitos necessários  
à obtenção do grau de Mestre em Tecnologia Química



Dedico este trabalho à minha filha Mafalda e a todos aqueles que me acompanharam e incentivaram ao longo desta fase na minha vida...

Aos que acreditaram em mim e tornaram isto possível.

Aos que continuam a acreditar...







## RESUMO

---

Aos aerossóis usados em Portugal e analisados nos Laboratórios de Polícia Científica (LPC) da Polícia Judiciária (PJ) de Lisboa foi realizado um estudo estatístico que abrangeu diversas variáveis. Para este estudo foram valorizados: o número de exames periciais realizados, o número de aerossóis analisados, o número de substâncias (agentes ativos) identificadas, bem como a distribuição geográfica de acordo com a proveniência do pedido de exame entre os anos de 2010 e 2015.

A identificação do agente ativo existente na amostra é realizada por Cromatografia Gasosa (GC) acoplada à Espectrometria de Massa (MS) segundo o protocolo em vigor no LPC. Os principais agentes ativos que se pretendem identificar são seis e são eles a Capsaicina, o 2-Clorobenzilideno Malononitrilo (CS), a 2-Cloroacetofenona (CN), a n-Nonanoilmorfolina (Morfolina), o Ácido Pelargónico Vanililamida (PAVA) e o Isotiocianato de Alilo. No caso do agente ativo detetado ser a Capsaicina procede-se à sua quantificação através dum Detetor de Ionização de Chama (FID), esta quantificação também é valorizada no estudo estatístico e é efetuada para verificar se a concentração de capsaicina está abaixo de 5% de forma a ser verificado o enquadramento legal.

A análise estatística revelou que no ano de 2011 houve mais exames periciais e que foram identificadas mais amostras. No ano de 2013 houve um maior número de quantificações de capsaicina, apesar de no ano de 2015 representar cerca de 43% dos aerossóis analisados. A maior proveniência das amostras analisadas situa-se nos distritos de Lisboa, Setúbal e Faro, embora nos últimos dois anos se tenha registado um aumento do número de aerossóis provenientes dos distritos do Porto e da Guarda.

**Palavras-chave:** Aerossóis, Agente Ativo, Distribuição Geográfica, Análise Estatística.



## ABSTRACT

---

A statistical study including several variables has been conducted on the aerosols used in Portugal analysed in the Forensic Science Laboratory (LPC) of the Judicial Police (PJ) in Lisbon. In this study the following variables have been considered: number of expert examinations, number of aerosols examined, number of substances (active agents) identified as well as the geographical distribution according to the origin of the request for examination between the years 2010 and 2015.

The identification of the active agent in the sample is carried out by gas chromatography (GC) coupled to mass spectrometry (MS) according to the protocol in force in the LPC. Six active agents are to be identified: Capsaicin, 2-chlorobenzylidene malononitrile (CS), 2-chloroacetophenone (CN), n-Nonanoilmorpholine (Morpholine), Pelargonic acid vanillylamide (PAVA) and allyl isothiocyanate. If the active agent detected is capsaicin, it is measured using a flame Ionization detector (FID). This quantification is also considered in the statistical analysis and it is performed to check if the concentration of capsaicin is below 5%, in order to verify the legal framework.

The statistical analysis showed that in 2011 there were more expert examinations and more samples have been identified. In 2013 there was a greater number of measurements of capsaicin, although in 2015 they were only about 43% of total aerosols analysed. Most samples are collected from the districts of Lisbon, Setubal and Faro, although in the last two years there has been an increase in the number of aerosols from the districts of Porto and Guarda.

**Keywords:** Aerosols, Active Agent, Geographical Distribution, Statistical Analysis.



# AGRADECIMENTOS

---

Um especial agradecimento ao Dr. Carlos Farinha por me ter recebido no seu laboratório e por me ter dado a oportunidade de enriquecer a minha experiência profissional e à Dra. Ana Assis pela sua dedicação, conhecimento e o tempo dispensado para a realização deste trabalho. Quero agradecer também à Alexandra Marques, à Alexandra Mithá, à Alexandra Nunes e à Margarida Rodrigues por tudo o apoio que me foi dado e ao restante pessoal do Laboratório de Polícia Científica e da Polícia Judiciária que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho.

À Professora Isabel Nogueira, orientadora deste trabalho, agradeço a total disponibilidade, confiança, amizade e apoio científico prestado ao longo destes meses. À Professora Dina Mateus pelo seu interesse e acompanhamento e a todos os outros professores do Instituto Politécnico de Tomar que me acompanharam ao longo do meu percurso académico.

Agradeço aos meus familiares e amigos por todo o apoio, encorajamento e a compreensão incondicional que sempre me demonstraram.

E, por fim, gostaria de agradecer a todos aqueles que de uma forma direta ou indireta contribuíram para a realização deste trabalho.



# Índice

1. Introdução.....	1
1.1 Apresentação do Laboratório de Polícia Científica .....	1
2. Fundamentos Teóricos .....	9
2.1 Introdução .....	9
2.2 Agentes Ativos.....	10
2.2.1 Capsaicina.....	11
2.2.2 Vanililamida de ácido pelargónico (PAVA) .....	14
2.2.3 Clorobenzilideno malononitrilo (CS) .....	16
2.2.4 Cloroacetofenona (CN).....	17
2.2.5 4 – Nonanoilmorfolina (Morfolina).....	19
2.2.6 Isotiocianato de Alilo .....	20
2.3 Principais Efeitos .....	21
2.3.1 Efeitos Oculares.....	23
2.3.2 Efeitos Dérmicos .....	24
2.4 Tratamento e Descontaminação.....	25
2.5 Marcas, Embalagens e Rótulos .....	28
3. Técnicas de Análise Laboratorial.....	31
3.1 Cromatografia Gasosa.....	31
3.1.1 Cromatografia Gasosa Acoplada à Espectrometria de Massa (GC-MS).....	36
3.1.2 Cromatografia Gasosa com Detetor de Ionização de Chama (GC-FID).....	37
4. Apresentação e Discussão dos Resultados .....	41
4.1 Número de Exames Periciais a Aerossóis Realizados por Ano.....	41
4.2 Número de Aerossóis de Defesa Pessoal Analisados por Ano .....	42
4.3 Número de Compostos Identificadas por Ano.....	42
4.4 Número de Quantificações de Capsaicina Efetuadas por Ano .....	44
4.5 Origem Geográfica das Amostras por Ano.....	45
4.5.1 Origem das amostras por distrito no ano 2010.....	45
4.5.2 Origem das amostras por distrito no ano 2011 .....	47
4.5.3 Origem das amostras por distrito no ano 2012.....	48
4.5.4 Origem das amostras por distrito no ano 2013.....	50

4.5.5	Origem das amostras por distrito no ano 2014.....	51
4.5.6	Origem das amostras por distrito no ano 2015.....	53
5.	Conclusões e Sugestões de Trabalho Futuro .....	55
	Bibliografia e Webgrafia.....	57
	Anexo I.....	61

## Índice de Figuras

Figura 1 – Sede da Polícia Judiciária em 1956 .....	2
Figura 2 – Evolução do Crachá da Polícia Judiciária .....	5
Figura 3 – <i>Capsicum Annuum</i> .....	12
Figura 4 – Fórmula de Estrutura da Capsaicina.....	13
Figura 5 – Fórmula de Estrutura da PAVA .....	15
Figura 6 – Fórmula de Estrutura do CS .....	16
Figura 7 – Síntese do gás CS por condensação do o-clorobenzaldeído com o malonitrilo (A).....	16
Figura 8 – Síntese do gás CS por condensação do o-clorobenzaldeído com cianoacetamida (B) .....	16
Figura 9 – Fórmula de Estrutura do CN .....	18
Figura 10 – Síntese do gás CN.....	18
Figura 11 – Fórmula de Estrutura da Nonanoilmorfolina.....	19
Figura 12 – Fórmula de Estrutura do Isotiocianato de Alilo .....	20
Figura 13 – Logotipos das principais marcas comercializadas em Portugal .....	29
Figura 14 – Algumas das embalagens encontradas à venda.....	29
Figura 15 – Sinais de Segurança das Embalagens .....	30
Figura 16 – Esquema de uma montagem de GC .....	32
Figura 17 – (1) – Injeção em modo <i>split</i> (2) – Injeção em modo <i>splitless</i> .....	34
Figura 18 – Ilustração de um detetor FID .....	38
Figura 19 – Gráficos da Percentagem de Agente Ativo por Ano .....	44
Figura 20 – Origem Geográfica das Amostras em 2010.....	46
Figura 21 – Origem Geográfica das Amostras em 2011.....	48
Figura 22 – Origem Geográfica das Amostras em 2012.....	49
Figura 23 – Origem Geográfica das Amostras em 2013.....	51
Figura 24 – Origem Geográfica das Amostras em 2014.....	52
Figura 25 – Origem Geográfica das Amostras em 2015.....	54

## Índice de Tabelas

Tabela 1 – Escala Scoville de alguns Tipos de Picante .....	13
Tabela 2 – Características físico-químicas da capsaicina.....	14
Tabela 3 – Características físico-químicas da PAVA .....	15
Tabela 4 – Características físico-químicas do CS .....	17
Tabela 5 – Características físico-químicas do CN.....	18
Tabela 6 – Características físico-químicas da “Morfolina”.....	19
Tabela 7 – Características físico-químicas do Isotiocianato de Alilo .....	21
Tabela 8 – Detetores utilizados em GC .....	35
Tabela 9 – Número de Exames Periciais Realizados por Ano entre 2010 e 2015 .....	41
Tabela 10 – Número de Exames Periciais Realizados no 2º Semestre de cada Ano.....	42
Tabela 11 – Número de Aerossóis Analisados por Ano entre 2010 e 2015.....	42
Tabela 12 – Número de Substâncias Identificadas por Ano entre 2010 e 2015.....	43
Tabela 13 – Tipo de Substâncias Identificadas por Ano entre 2010 e 2015 .....	43
Tabela 14 – Número de Quantificações Efetuadas por Ano entre 2010 e 2015.....	45
Tabela 15 – Origem das Amostras por Distrito em 2010 .....	46
Tabela 16 – Origem das Amostras por Distrito em 2011 .....	47
Tabela 17 – Origem das Amostras por Distrito em 2012 .....	49
Tabela 18 – Origem das Amostras por Distrito em 2013 .....	50
Tabela 19 – Origem das Amostras por Distrito em 2014 .....	52
Tabela 20 – Origem das Amostras por Distrito em 2015 .....	53

## Lista de Abreviaturas e Siglas

**CA** – Bromofenilacetoneitrilo

**CI** – Ionização Química

**CN** – Cloroacetofenona

**CR** – Dibenzoxazepina

**CS** – Clorobenzilideno Malononitrilo

**DCCB** – Direção Central de Combate ao Banditismo

**DCICFIEF** – Direção Central de Investigação de Corrupção Fraudes e Infrações Económicas e Financeiras

**DCITE** – Direção Central de Investigação de Tráfico de Estupefacientes

**DPOC** – Doença Pulmonar Obstrutiva Crónica

**ECD** – Detetor de Captura Eletrónica

**EI** – Impacto Eletrónico

**FAB** – Bombardeamento com Átomos Rápido

**FID** – *Flame Ionization Detector* (Detetor de Ionização de Chama)

**GC** – *Gas Chromatography* (Cromatografia Gasosa)

**GC -FID** – Cromatografia Gasosa com Detetor de Ionização de Chama

**GC -MS** – Cromatografia Gasosa acoplada a Espectrometria de Massa

**LOIC** – Lei de Organização da Investigação Criminal

**MS** – *Mass spectrometry* (Espectrometria de Massa)

**NPD** – Detetor Azoto-Fósforo

**OIPC** – Organização Internacional de Polícia Criminal

**PAVA** – Vanililamida de Ácido Pelargónico

**PIC** – Polícia de Investigação Criminal

**PTV** – Vaporização com Temperatura Programada

**SIM** – Monitorização de Iões Seleccionados

**TCD** – Detetor de Condutividade Térmica

**TIC** – Corrente Iónica Total

## 1. Introdução

No âmbito da unidade curricular Trabalho Final de Mestrado de Tecnologia Química foi realizado um estágio curricular nas instalações da Polícia Judiciária, mais precisamente no sector de físico-química do Laboratório de Polícia Científica (LPC).

Este estágio teve como objetivo, para além de aquisição de novos conhecimentos, desenvolver um trabalho de análise de aerossóis de defesa pessoal em Portugal, que consistiu numa sistematização de dados com base nos exames efetuados no LPC de Lisboa, permitindo também um estudo estatístico à análise forense de aerossóis em Portugal.

O uso de aerossóis de defesa pessoal está devidamente legislado na Lei nº5/2006 de 23 de Fevereiro do nº39 do Diário da Republica, sobre o “regime jurídico das armas e suas munições” em anexo (Anexo I). Nesta lei define-se o conceito de aerossol de defesa (Artigo 2º) e a sua classificação como arma (Artigo 3º), os procedimentos para obter licenciamento (Artigo 16º), os crimes associados à sua utilização e as punições associadas a esses crimes (Artigo 86º).

O presente relatório para além deste primeiro capítulo introdutório onde se fará a apresentação do Organismo onde decorreu o estágio, segue o capítulo Fundamentos Teóricos onde são descritos os agentes ativos dos diversos compostos analisados, os principais efeitos sobre o corpo humano e seu tratamento e descontaminação do local. Ainda são apresentados algumas marcas embalagens e rótulos, e por último será ressaltado alguns artigos da legislação em vigor.

No terceiro capítulo são apresentadas as Técnicas de Análise Laboratorial onde são descritos os procedimentos no laboratório bem como as técnicas de cromatografia gasosa usadas. No quarto capítulo são apresentados e discutidos os resultados e por último as conclusões relevantes deste trabalho.

### 1.1 Apresentação do Laboratório de Polícia Científica

A Polícia Cívica foi o primeiro antecedente da Polícia Judiciária, criada por D. Luís, em 2 de Julho de 1867, na dependência da Justiça do Reino, cujos comissários, enquanto oficiais da polícia judicial, teriam "a seu cargo descobrir os crimes ou delitos ou

contravenções, coligir provas e entregar os criminosos aos tribunais". Em 1924, Portugal aderiu à Comissão Internacional de Polícia Criminal, criada em Viena no ano anterior, e antecessora da OIPC (Organização Internacional de Polícia Criminal) - Interpol.

Em 1927, o Decreto 14.657, de 5 de Dezembro, transferiu para o Ministro da Justiça e dos Cultos os Serviços da Polícia de Investigação, situação esta que se tem mantido inalterável até aos dias de hoje, atenta a posição da Polícia Judiciária como órgão de coadjuvação das autoridades judiciais, Magistratura Judicial e Ministério Público.

Em 1945, após reestruturação geral da Polícia em Portugal, através do Decreto-lei nº. 35.042 de 20 de Outubro de 1945, é criada a Polícia Judiciária, tal como hoje existe, sob a direção do Juiz de Direito, Dr. Monteiro Júnior, integrada organicamente no Ministério da Justiça, em substituição da Polícia de Investigação Criminal (PIC). Integrada no plano geral do sistema processual comum e das instituições de prevenção e repressão criminal, a Polícia Judiciária, foi definida como a entidade a quem competia "efetuar a investigação dos crimes e descobrir os seus autores, procedendo à instrução preparatória dos respetivos processos e organizar a prevenção da criminalidade, essencialmente da criminalidade habitual". Em 1958 a Polícia Judiciária inaugura as novas instalações da Rua Gomes Freire (Figura 1), em Lisboa, construídas com recurso a mão-de-obra prisional. Este edifício torna-se a sede da Instituição, situação que perdura até aos dias de hoje. Em 1957 é fundado o "Laboratório de Polícia Científica", sob a direção do Professor Alberto Ralha e a Escola Prática de Ciências Criminais, ambos organicamente integrados na Polícia Judiciária.



**Figura 1** – Sede da Polícia Judiciária em 1956<sup>[1]</sup>

Em 1977 dá-se a primeira grande reestruturação da Polícia Judiciária, sob a direção do então Juiz de Direito Dr. Lourenço Martins e por força do Decreto-lei nº. 364/77 de 2 de Setembro, definida como "um serviço de prevenção e investigação criminal, auxiliar da administração da justiça, organizada hierarquicamente na dependência do Ministro da Justiça".

Em 1978 é instituída a Escola de Polícia Judiciária, a partir da já existente Escola Prática de Ciências Criminais, a fim de "assegurar a formação e reciclagem dos quadros da Polícia Judiciária", devendo proceder à programação e execução de ações de seleção, formação e aperfeiçoamento dos funcionários da Polícia Judiciária.

Inicialmente radicada em Lisboa, Porto e Coimbra, a Polícia Judiciária iniciou, alguns anos após a sua criação, um processo de expansão territorial, instalando novos Departamentos em diversos pontos do país, especialmente nas localidades onde o índice de criminalidade o justificava. Durante os anos de 1980 e 1981, a Polícia Judiciária redimensiona fortemente o seu palco de atuação geográfica, ao criar as Inspeções de Braga, Aveiro, Leiria, Tomar e Setúbal, bem como as Subinspeções de Chaves e Portimão. A Inspeção de Tomar e a Subinspeção de Chaves acabariam por ser encerradas, nos inícios da década de 90.

Em 1990, com a publicação do Decreto-lei nº. 295-A/90 de 21 de Setembro, verifica-se a criação, na Diretoria Geral da Polícia Judiciária e a par da já existente Direção Central de Combate ao Banditismo (DCCB), das Direções Centrais de Investigação de Tráfico de Estupefacientes (DCITE) e de Investigação de Corrupção, Fraudes e Infrações Económicas e Financeiras (DCICFIEF) e do Departamento Central de Registo de Informações e Prevenção Criminal, a partir dos então extintos Direção Central de Prevenção e Investigação e Arquivo Central de Registos e Informações.

Em 1996 é criada a Unidade Nacional Europol, organicamente integrada na Polícia Judiciária e provisoriamente instalada em Leiria, a partir de uma estrutura que já ali vinha assegurando as ligações com a então designada Unidade Europeia de Drogas, futura "Europol".

A Polícia Judiciária, na sequência de um Protocolo assinado pelos respetivos responsáveis, inicia com as demais forças e serviços policiais e de segurança, um processo de cooperação operacional em matéria de combate ao tráfico de droga, assente na partilha

de informação, na cooperação entre forças, na coordenação operacional e na intervenção conjunta.

Em 2000 dá-se a reforma da estrutura policial nacional, com a aprovação da Lei de Organização da Investigação Criminal (LOIC) e, em consequência, a segunda reestruturação da Polícia Judiciária, face ao Decreto-Lei n.º 275-A/2000, de 9 de Novembro. Ambas as leis foram alteradas em 2008, por força da publicação da LOIC n.º 49 /2008 de 27 de Agosto e da nova orgânica da Polícia Judiciária, Lei n.º 37/2008 de 6 de Agosto.

Evoluindo e acompanhando a complexidade e a sofisticação da sociedade, a Polícia Judiciária define-se como um corpo superior de polícia criminal, organizado hierarquicamente na dependência do Ministro da Justiça e fiscalizado nos termos da lei.

Tem como missão coadjuvar as autoridades judiciais na investigação, assim como desenvolver e promover as ações de prevenção, deteção e investigação da sua competência, ou que lhe sejam cometidas pelas autoridades judiciais competentes. Trinta anos após o projeto visionário de Rodrigues de Lima ter ficado no papel, era imperiosa e consensual a necessidade de construção de uma nova sede, para terminar com a proliferação de unidades orgânicas instaladas em prédios adaptados, onerosos e disfuncionais, sempre apresentados como soluções "provisórias". Ao longo de décadas, seriam ensaiadas várias soluções, nunca concretizadas.

Contudo, durante os anos de 2006 e 2007, realizaram-se novos estudos técnicos, onde se incluíram deslocações a instalações de congéneres europeias e um levantamento de necessidades da Polícia Judiciária.

A ideia do novo edifício começava a tomar forma. A partir da aquisição dos terrenos da antiga Escola de Medicina Veterinária em 2008 e da autorização, em Julho do mesmo ano, para o concurso de conceção e construção por Resolução de Conselho de Ministros, todo o restante processo foi conduzido com bastante rapidez.

Em Julho de 2009 seria suspenso parcialmente o PDM de Lisboa, por nova Resolução de Conselho de Ministros, e em Setembro de 2009 seria iniciado o concurso, através do envio do convite às empresas seleccionadas e credenciadas no Gabinete Nacional de Segurança.

Desse concurso, resultaria a adjudicação da obra à OPWAY em Dezembro de 2010, tendo sido assinado o contrato no mês seguinte. Em Março de 2011, após a obtenção do

visto do Tribunal de Contas, iniciar-se-iam finalmente as obras, que avançariam rapidamente.

Findo este trajeto, a Polícia Judiciária dispõe, novamente, de instalações condignas e funcionais, inaugurando-se a 11 de março de 2014 um edifício que aliou harmoniosamente, no mesmo espaço, o seu passado e o seu futuro <sup>[1][2]</sup>.

Na figura 2 é apresentada a evolução do crachá da Polícia Judiciária.



**Figura 2** – Evolução do Crachá da Polícia Judiciária <sup>[2]</sup>

Como já foi referido anteriormente o Laboratório de Polícia Científica (LPC) foi fundado em 1957 sob a direção do Professor Alberto Ralha e tem as seguintes competências:

- ❖ Pesquisar, recolher, tratar, registar vestígios e realizar perícias nos diversos domínios das ciências forenses, nomeadamente da balística, biologia, documentos, escrita manual, física, lofoscopia, química e toxicologia;
- ❖ Implementar novos tipos de perícia e desenvolver as existentes;
- ❖ Divulgar a informação técnico-científica que se revele pertinente perante novos cenários de criminalidade;

- ❖ Emitir pareceres e prestar assessoria técnico-científica no domínio das suas competências em ciências forenses;
- ❖ Implementar um sistema de gestão para a qualidade e para as atividades administrativas e técnicas;
- ❖ Assegurar a participação técnica e científica da PJ, em matéria de ciências forenses, nas diferentes instâncias nacionais, comunitárias e internacionais.

A competência do LPC é cumulativa com a dos serviços médico-legais, que pode recorrer à colaboração de outros estabelecimentos, laboratórios ou serviços oficiais de especialidade, assim como colaborar com qualquer entidade ou serviço oficial, sem prejuízo do serviço da PJ e demais órgãos de polícia criminal a que deve apoio, assim como pode dispor, na dependência técnica e científica do seu diretor, de unidades flexíveis junto das unidades territoriais, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 2º.

O LPC é uma unidade da Polícia Judiciária, de apoio à investigação criminal, goza de autonomia técnica e científica e desenvolve a sua atuação com independência, imparcialidade e integridade. O LPC exerce a sua atividade em múltiplos domínios das ciências forenses e em termos técnico-científicos está organizado em três grandes áreas:

- ❖ **ÁREA DE BIOTOXICOLOGIA**
  - Especialidade Forense de Biologia
  - Especialidade Forense de Toxicologia
- ❖ **ÁREA DE CRIMINALÍSTICA**
  - Especialidade Forense de Inspeção Judiciária
  - Especialidade Forense de Identificação Judiciária
  - Especialidade Forense de Balística
  - Especialidade Forense de Marcas

❖ ÁREA DE FÍSICO-DOCUMENTAL

Especialidade Forense de Documentos

Especialidade Forense de Moeda Falsa

Especialidade Forense de Escrita Manual

Especialidades Forenses de Química, Física e Resíduos de Disparo

Na Especialidade Forense de Química, é onde são realizados os exames periciais de análise e identificação de agentes lacrimogéneos e quantificação da capsaicina <sup>[1]</sup>.



## 2. Fundamentos Teóricos

Neste capítulo serão apresentados os diversos tipos de aerossóis, os seus agentes ativos, bem como as suas principais características físico-químicas que os caracterizam. Os assuntos descritos neste capítulo têm como fonte predominante o artigo científico publicado por Olajos e Salem <sup>[3]</sup>.

### 2.1 Introdução

As armas químicas são constituídas por químicos tóxicos (e seus precursores) e por aparelhos usados para a sua aplicação. As substâncias químicas tóxicas provocam a morte, lesões graves ou incapacidade temporária. Para ser usado com arma química, uma determinada substância química deve ser suficientemente tóxica para induzir os efeitos desejáveis quando usada em pequenas quantidades, razoavelmente fácil de produzir em grande escala, e ser estável de modo a manter as suas propriedades tóxicas durante o armazenamento.

As substâncias químicas tóxicas podem ser classificadas consoante vários critérios, nomeadamente atendendo aos seus efeitos:

- ❖ Agentes que inibem o *uptake* de oxigénio a partir do sangue, levando à asfixia e morte (cianeto)
- ❖ Asfixiantes
- ❖ Agentes neurotóxicos
- ❖ Toxinas
- ❖ Agentes incapacitantes
- ❖ Agentes perturbadores

Os agentes perturbadores são irritantes sensoriais que causam lacrimejo, irritação da pele e do trato respiratório, e ocasionalmente náuseas e vômitos.

Tal como os agentes incapacitantes, os agentes perturbadores induzem efeitos fisiológicos temporários, que normalmente não causam lesões graves. No entanto, os seus

efeitos aparecem mais rapidamente e têm menor duração que os efeitos dos agentes incapacitantes. São usados principalmente como agentes antimotim, mas também podem ser usados em situações de guerra ou como armas de defesa pessoal.

Os aerossóis de defesa pessoal são vulgarmente chamados de gás lacrimogénio, embora esta designação não seja muito correta, uma vez que estes compostos não são gases à pressão e temperatura normal, podem também ser chamados de agentes irritantes ou de agentes devastadores. São dispositivos de ejeção de micropartículas de um agente ativo com propriedades irritantes, em particular para as vias respiratórias e mucosas, sobretudo para os olhos, razão pela qual provocam uma lacrimação copiosa, acompanhada de intenso ardor. Estes compostos apresentam-se no estado sólido ou dissolvidos num líquido são dispersados no ar na forma de pequenas gotículas ou partículas, com o auxílio de aparelhos pressurizados (*spray*), cartuchos explosivos, granadas ou bombas.

Estes agentes químicos são usados pelas forças policiais para controlar multidões, evitando o recurso a ações mais letais, por civis como defesa pessoal e durante o treino de militares <sup>[3]</sup>.

## 2.2 Agentes Ativos

Existem vários compostos, muito distintos quimicamente, que constituem os principais agentes destes dispositivos. Estes compostos são irritantes sensoriais muito potentes, relativamente pouco tóxicos, mas que produzem uma toxicidade aguda e específica, dependente da dose e do tempo de exposição.

Interagem farmacologicamente com os recetores dos nervos sensoriais presentes à superfície da pele e das mucosas, daí que resultam num desconforto localizado ou mesmo dor, com reflexos associados. Por exemplo, a irritação ocular resulta em dor (forma de aviso) e excesso de lacrimação e blefarospasmo (fecho involuntário dos olhos), como proteção.

Os principais órgãos-alvo no ser humano são os olhos, nariz, trato respiratório e a pele o que leva a que estes compostos possam ser classificados fisiologicamente em três tipos:

- ❖ Lacrimogéneos: causam principalmente lacrimação e irritação ocular.

- ❖ Causadores de espirros: causam principalmente espirros e irritação das vias respiratórias.
- ❖ Eméticos: adicionalmente causam vômitos e má disposição.

Qualquer um dos tipos de compostos indicados apresenta três características comuns:

- ❖ Início rápido dos sintomas (segundos a alguns minutos).
- ❖ Relativamente curta duração dos efeitos (15-30 minutos) assim que a vítima abandone a atmosfera e as roupas contaminadas.
- ❖ Elevada razão de segurança entre a dose letal (estimada) e a dose efetiva.

Em seguida vão ser apresentados alguns dos principais agentes ativos, descrevendo-se as suas principais características e propriedades <sup>[3]</sup>.

### 2.2.1 Capsaicina

A **capsaicina** é o componente ativo das pimentas conhecidas internacionalmente como pimentas chili, que são plantas que pertencem ao género *Capsicum*. É irritante para os mamíferos, incluindo os humanos, e produz uma sensação de queimadura em qualquer tecido que entre em contato. A capsaicina e diversos componentes correspondentes são conhecidos como capsaicinóides e são produzidos como um metabólico secundário pelas pimentas *chili*, provavelmente como barreiras contra os herbívoros. A capsaicina pura é um composto hidrofóbico, incolor, inodoro, de cristalino a oleoso.

A capsaicina está presente em grandes quantidades nas sementes e frutos carnosos das plantas do género *Capsicum*, como se exemplifica na Figura 3. Tais frutos evoluíram tipicamente para auxiliar na dispersão das sementes, atraindo animais que consomem as frutas e engolem as sementes, as quais passam pelo trato digestivo e são subsequentemente depositadas algures. Assim pode parecer paradoxal que uma planta gaste uma grande

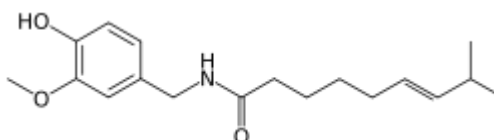
quantidade de recursos para produzir frutos grandes e suculentos e os preencha com um composto que age como uma forte barreira ao consumo <sup>[4]</sup>.



**Figura 3** – *Capsicum Annuum* <sup>[5]</sup>

As sementes das plantas *Capsicum* entretanto são predominantemente dispersadas por pássaros, nos quais a capsaicina age como analgésico ao invés de irritar. As sementes das pimentas *chili* passam através do sistema digestivo dos pássaros sem sofrer danos, enquanto as consumidas por mamíferos não germinam de modo algum. A presença da capsaicina nos frutos protege-os de serem consumidas por mamíferos, os quais não proveriam qualquer benefício para a planta, enquanto permite que sejam consumidos por seus semeadores preferidos <sup>[4]</sup>.

A capsaicina é um composto químico (8-metil-N-vanilil-trans-6-nonamida) cuja sua estrutura molecular está representada na Figura 4.



**Figura 4** – Fórmula de Estrutura da Capsaicina [4]

Ao contrário de outros agentes que possuem composição química definida, a capsaicina possui composição muito variável e complexa, sendo constituída por cerca de 100 compostos diferentes. A composição varia com fatores como o estado de maturação do fruto, condições ambientais em que o fruto cresceu e condições da extração.

O ardor ou o grau de picante de uma pimenta é determinado pela quantidade de capsaicina presente na mesma, e está descrita pela escala de Scoville, desenvolvida por Wilbur Scoville que varia entre os tipos “pimento” menos picante até ao mais picante “resiniferatoxina” como se pode observar na Tabela 1 [6].

**Tabela 1** – Escala Scoville de alguns Tipos de Picante

<b>Tipo de Picante</b>	<b>Unidades Scoville</b>
Resiniferatoxina	16 000 000 000
Capsaicina pura*	15 000 000 – 16 000 000
Dihidrocapsaicina*	15 000 000
Nonivamida*	9 200 000
Nordihidrocapsaicina*	9 100 000
Homodihidrocapsaicina*	8 600 000
Homocapsaicina*	8 600 000
Spray de pimenta	2 000 000 – 5 300 000
Pimenta Malagueta	50 000 – 100 000
Pimenta Caiena	30 000 – 50 000
Pimenta Dedo de Moça	5 000 – 10 000
Molho Tabasco	2 500 – 5 000
Pimento	0

\*Capsaicinóides

Em termos das características físico-químicas da capsaicina são apresentadas na Tabela 2.

**Tabela 2** – Características físico-químicas da capsaicina

<b>Nome IUPAC</b>	8-Metil-N-vanilil-trans-6-nonenamida
<b>Outros nomes</b>	Trans-8-Metil-N-Vanililnon-6-enamida
<b>Fórmula Química</b>	$C_{18}H_{27}NO_3$
<b>Massa molar</b>	305,41 g/mol
<b>Aspeto</b>	Pó branco cristalino
<b>Cheiro</b>	Altamente volátil e pungente
<b>Densidade</b>	1,324 g/cm <sup>3</sup>
<b>Ponto de fusão</b>	65 – 66 °C
<b>Ponto de ebulição</b>	210 – 220 °C
<b>Solubilidade em água</b>	Praticamente insolúvel em água fria, (0,0013 g/100 mL)
<b>Solubilidade</b>	Levemente solúvel em etanol, éter dietílico e clorofórmio

### 2.2.2 Vanililamida de ácido pelargónico (PAVA)

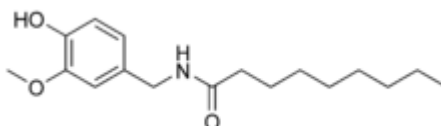
A vanililamida de ácido pelargónico (PAVA), também chamada de nonivamida, é um capsaicinóide e trata-se de uma amida formada por ácido pelargónico (ácido n-nonanóico) e a amina vanililo. Está presente em pimentas, mas é comumente produzido sinteticamente. Este composto é mais estável ao calor do que a capsaicina.

A PAVA costuma ser utilizada como aditivo alimentar para adicionar ardor a condimentos, aromatizantes e misturas de especiarias. É também utilizada na indústria de confeitaria para criar uma sensação de calor e na indústria farmacêutica como uma alternativa mais barata à capsaicina.

Tal como a capsaicina pode dissuadir os mamíferos (mas não pássaros ou insetos) de consumirem as plantas ou as sementes.

É utilizada em "munições menos letais", como agente ativo na maior parte dos *sprays* de pimenta, para incapacitar temporariamente as pessoas para que possam ser detidas ou impedidas de atos de violência <sup>[7]</sup>.

A PAVA é um composto químico (*N*-[(4-Hidroxi-3-metoxifenil)metil]nonanamida) cuja sua estrutura molecular está representada na Figura 5.



**Figura 5** – Fórmula de Estrutura da PAVA <sup>[7]</sup>

Relativamente às características físico-químicas da PAVA são apresentadas na Tabela 3.

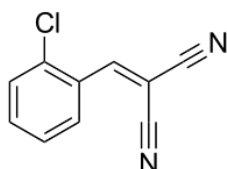
**Tabela 3** – Características físico-químicas da PAVA

<b>Nome IUPAC</b>	<i>N</i> -[(4-Hidroxi-3-metoxifenil)metil]nonanamida
<b>Outros nomes</b>	Nonivamida, Pseudocapsaicina, Vanilil- <i>N</i> -nonilamida
<b>Fórmula Química</b>	C <sub>17</sub> H <sub>27</sub> NO <sub>3</sub>
<b>Massa molar</b>	293,41 g/mol
<b>Aspeto</b>	Pó esbranquiçado
<b>Cheiro</b>	Pungente
<b>Densidade</b>	1,10 g/cm <sup>3</sup>
<b>Ponto de fusão</b>	54 °C
<b>Ponto de inflamação</b>	190 °C
<b>Solubilidade em água</b>	Insolúvel
<b>Solubilidade</b>	Solúvel em metanol

### 2.2.3 Clorobenzilideno malonitrilo (CS)

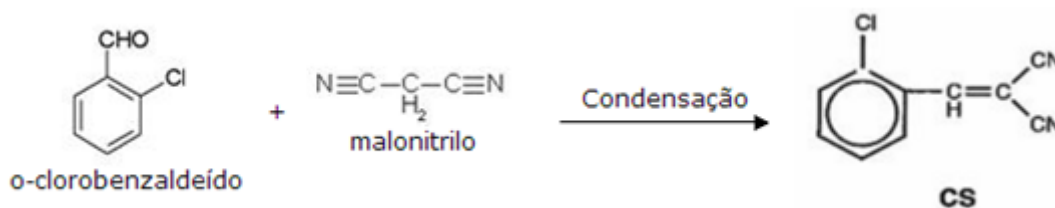
O Clorobenzilideno malonitrilo (CS) é a forma mais comum de gás lacrimogéneo e foi preparada pela primeira vez em 1928, por dois químicos americanos, Ben Corson e Roger Stoughton (as letras CS referem-se às iniciais dos seus nomes).

É um derivado de outro agente, o bromofenilacetoneitrilo (CA); substituiu o CN (ver em 2.2.4) como agente irritante porque é mais eficaz (são necessárias menores doses) e é menos tóxico. Quimicamente, corresponde ao 2-clorofenil-metilenopropanodinitrilo ou β,β-diciano-o-cloroestireno e sua estrutura molecular está representada na Figura 6. É o mais persistente dos agentes lacrimogéneos e penetra na maioria das superfícies porosas [3].

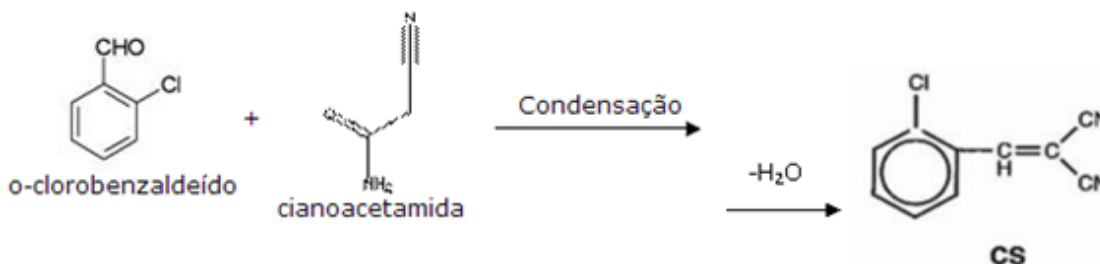


**Figura 6** – Fórmula de Estrutura do CS [8]

Pode ser preparado por condensação do o-clorobenzaldeído com o malonitrilo (A), ou por condensação do o-clorobenzaldeído com cianoacetamida seguido de uma desidratação (B) como se mostra nas Figuras 7 e 8 [3].



**Figura 7** – Síntese do gás CS por condensação do o-clorobenzaldeído com o malonitrilo (A) [3]



**Figura 8** – Síntese do gás CS por condensação do o-clorobenzaldeído com cianoacetamida (B) [3]

Devido às suas características de solubilidade, a descontaminação de edifícios, móveis e outros materiais é difícil. A disseminação pode ser efetuada de diferentes formas: dispersão explosiva do pó fino, de uma solução em *spray* ou libertado como fumo de uma mistura pirotécnica. O método usado na disseminação vai influenciar a gravidade da lesão provocada <sup>[3]</sup>.

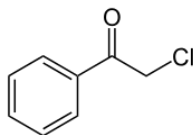
Em termos das características físico-químicas do CS são apresentadas na Tabela 4.

**Tabela 4** – Características físico-químicas do CS

<b>Nome IUPAC</b>	[(2-Clorofenil)metilideno]propanodinitrilo
<b>Outros nomes</b>	2-Clorobenzalmalononitrilo
<b>Fórmula Química</b>	C <sub>10</sub> H <sub>5</sub> ClN <sub>2</sub>
<b>Massa molar</b>	188,62 g/mol
<b>Aspeto</b>	Pó branco cristalino
<b>Cheiro</b>	A pimenta
<b>Densidade</b>	1,04 g/cm <sup>3</sup>
<b>Ponto de fusão</b>	93 °C
<b>Ponto de ebulição</b>	310 °C
<b>Solubilidade em água</b>	Insolúvel

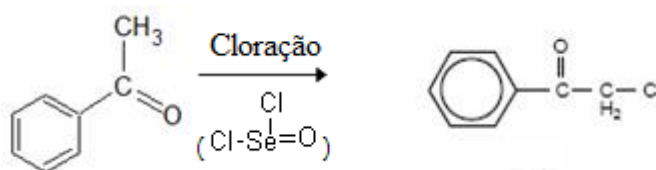
#### 2.2.4 Cloroacetofenona (CN)

A Cloroacetofenona tem sido historicamente utilizada como um agente de controlo de distúrbios, mas é usada principalmente para proteção pessoal, como componente maioritário de uma mistura líquida cujo nome comercial é Mace. Devido à sua toxicidade o gás CN tem sido substituído pelo gás CS ou pela capsaicina, porém é considerado obsoleto pelos militares, apesar de ainda ser usado. A sua estrutura molecular está representada na Figura 9, que corresponde ao 2-Cloro-1-feniletan-1-ona <sup>[3]</sup>.



**Figura 9** – Fórmula de Estrutura do CN <sup>[9]</sup>

Pode ser preparado por cloração da acetofenona como se mostra na Figura 10.



**Figura 10** – Síntese do gás CN <sup>[3]</sup>

Tal como o gás CS, este composto irrita as membranas e às vezes, pode dar origem a reações mais generalizadas, tais como síncope, perda temporária de equilíbrio e de orientação. Também foram observados surtos de irritação cutânea e dermatite alérgica permanente, embora sejam mais raros. Em altas concentrações CN causou danos epiteliais da córnea e quemose <sup>[3]</sup>.

Na Tabela 5 podem ver-se as principais características físico-químicas do CN.

**Tabela 5** – Características físico-químicas do CN

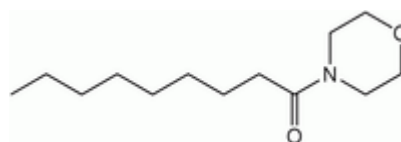
<b>Nome IUPAC</b>	2-Cloro-1-feniletan-1-ona
<b>Outros nomes</b>	Cloreto de Fenacilo
<b>Fórmula Química</b>	C <sub>8</sub> H <sub>7</sub> ClO
<b>Massa molar</b>	154,59 g/mol
<b>Aspeto</b>	Sólido acinzentado cristalino
<b>Cheiro</b>	Pungente e irritante
<b>Densidade</b>	1,324 g/cm <sup>3</sup>
<b>Ponto de fusão</b>	54 – 56 °C
<b>Ponto de ebulição</b>	244,5 °C
<b>Ponto de inflamação</b>	88 °C

<b>Solubilidade em água</b>	Insolúvel
-----------------------------	-----------

### 2.2.5 4 – Nonanoilmorfolina (Morfolina)

A 4-Nonanoilmorfolina é uma amida de ácido pelargónico e morfolina, foi sintetizada pela primeira vez em 1954 a partir de morfolina e cloroanidrido de ácido pelargónico.

É um líquido insolúvel em água e solúvel em solventes orgânicos como por exemplo a acetona, propanol, dimetil formamida e gorduras, e a sua estrutura molecular está representada na Figura 11.



**Figura 11** – Fórmula de Estrutura da Nonanoilmorfolina<sup>[10]</sup>

É utilizado como solvente em formulações contendo gás CR ou gás CS e é considerado muito seguro devido a haver grandes diferenças entre as concentrações eficazes e tóxicas, uma vez que teria sido usado como tempero de alimentos, sem efeitos adversos relatados. Tem ainda propriedades repelentes de insetos, nomeadamente em mosquitos *Aedes aegypti*<sup>[10]</sup>.

Relativamente às características físico-químicas da “Morfolina” são apresentadas na Tabela 6.

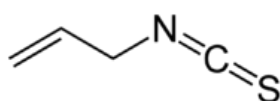
**Tabela 6** – Características físico-químicas da “Morfolina”

<b>Nome IUPAC</b>	4 – Nonanoilmorfolina
<b>Outros nomes</b>	Ácido 4-Morfolinenonílico
<b>Fórmula Química</b>	C <sub>13</sub> H <sub>25</sub> NO <sub>2</sub>
<b>Massa molar</b>	227,34 g/mol
<b>Aspeto</b>	Líquido
<b>Cheiro</b>	Pungente e irritante
<b>Ponto de ebulição</b>	310 – 315 °C
<b>Solubilidade em água</b>	Insolúvel

## Solubilidade Acetona, propanol e dimetilformamida

### 2.2.6 Isotiocianato de Alilo

O Isotiocianato de alilo é um composto organossulfurado, apresenta-se como uma substância oleosa incolor e é responsável pelo sabor pungente a mostarda. É levemente solúvel em água, mas bastante solúvel na maioria dos compostos orgânicos, a sua estrutura molecular está representada na Figura 12.

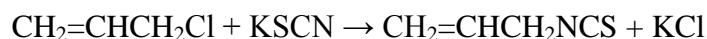


**Figura 12** – Fórmula de Estrutura do Isotiocianato de Alilo<sup>[11]</sup>

Pode ser obtido a partir das sementes de mostarda preta (*Brassica nigra*) ou de mostarda indiana (*Brassica juncea*), quando estas sementes de mostarda são quebradas, a enzima mirosinase é libertada e atua sobre os glucosinolatos conhecidos como sinigrin para dar isotiocianato de alilo.

O Isotiocianato de alilo é como uma defesa para a planta contra herbívoros; uma vez que é prejudicial para a própria planta, ele é armazenado sob a forma inofensiva do glucosinolato, separado da enzima mirosinase. Quando um animal mastiga a planta, o isotiocianato de alilo é liberado para repelir o animal.

É produzido comercialmente pela reação de cloreto de alilo e tiocianato de potássio:



O produto obtido é por vezes conhecido como óleo de mostarda sintético, mas também pode ser liberado por destilação seca das sementes. O produto obtido deste modo é conhecido como óleo volátil de mostarda e é geralmente cerca de 92% puro, sendo utilizado principalmente como um agente aromatizante em alimentos. O Isotiocianato de alilo sintético é utilizado como inseticida, bactericida e nematocida e é utilizado em certos casos para a proteção das culturas<sup>[11]</sup>.

Na Tabela 7 podem ver-se as principais características físico-químicas do Alilo.

**Tabela 7** – Características físico-químicas do Isotiocianato de alilo

<b>Nome IUPAC</b>	3-Isotiocianato-1-Propeno
<b>Outros nomes</b>	Óleo de Mostarda Sintético
<b>Fórmula Química</b>	C <sub>4</sub> H <sub>5</sub> NS
<b>Massa molar</b>	99,15 g/mol
<b>Aspetto</b>	Líquido
<b>Cheiro</b>	Mostarda
<b>Densidade</b>	1,013 – 1,020 g/cm <sup>3</sup>
<b>Ponto de fusão</b>	-102 °C
<b>Ponto de ebulição</b>	148 – 154 °C
<b>Solubilidade em água</b>	Insolúvel
<b>Solubilidade</b>	Maioria dos compostos orgânicos

### 2.3 Principais Efeitos

Os agentes ativos contidos nestes aerossóis podem ser letais em doses elevadas, especialmente se a pessoa exposta sofrer de uma doença pulmonar crónica, como asma ou Doença Pulmonar Obstrutiva Crónica (DPOC). A extensão dos efeitos tóxicos depende da quantidade a que o indivíduo é exposto, da localização e duração da exposição.

A exposição pode ocorrer por via inalatória, dérmica e oral. Atuam primeiro no olho, que é o órgão humano mais sensível, mas a maioria também afeta o sistema respiratório e a pele. O número de efeitos, bem como a sua extensão, nesses órgãos-alvo é variável.

A margem de segurança, entre a quantidade necessária para causar um efeito perturbador e a quantidade necessária para causar efeitos adversos graves, é larga. Por exemplo, a quantidade letal do CS é sensivelmente 2600 vezes maior que a dose usada para provocar incapacidade temporária.

Normalmente não causam efeitos adversos permanentes. No entanto, o risco de efeitos deletérios para a saúde humana, a longo-prazo ou mesmo letais, aumenta quando a

exposição ocorre com níveis elevados destes compostos e/ou durante intervalos de tempo prolongados.

Atualmente, os conhecimentos quanto à toxicidade a longo prazo e à toxicidade crónica ainda são limitados.

Assim os efeitos podem apresentar-se imediatamente, ou mais tardiamente, como se descreve em seguida:

#### Efeitos Imediatos

- ❖ Olhos: produção lacrimal excessiva, ardor, visão turva, vermelhidão;
- ❖ Nariz: corrimento nasal, ardor, inchaço;
- ❖ Boca: ardor, irritação, dificuldade em deglutir, salivação;
- ❖ Pulmões: aperto no peito, sensação de engasgamento, respiração ruidosa (pieira), falta de ar;
- ❖ Pele: queimaduras, erupção cutânea;
- ❖ Outros: náuseas e vómitos.

#### Efeitos Após Exposição Prolongada ou a Dose Elevada

- ❖ Cegueira;
- ❖ Glaucoma;
- ❖ Morte imediata devido a queimaduras químicas na garganta e pulmões;
- ❖ Edema pulmonar;
- ❖ Paragem respiratória, podendo levar à morte.

#### Efeitos a Longo Prazo

- ❖ Problemas oculares que incluem glaucoma e cataratas;
- ❖ Distúrbios respiratórios como a asma;

Estes efeitos ocorrem após uma exposição prolongada, principalmente num recinto fechado e sem arejamento <sup>[3]</sup>.

### 2.3.1 Efeitos Oculares

Como se pode constatar na descrição dos principais efeitos sobre o ser humano a propriedade mais característica destes “aerossóis” é a sua capacidade de causar uma intensa e imediata sensação de picada nos olhos, provocando lágrimas mesmo em baixas concentrações, levando a uma incapacidade temporária.

Em concentrações baixas, os efeitos são reversíveis e não lesivos, em concentrações elevadas, podem ocorrer danos oculares reversíveis, como edema da córnea. Algumas consequências mais sérias têm sido associadas ao CN.

As lesões oculares são mais prevalentes após exposição a aparelhos explosivos do que aparelhos de *spray*.

O gás CS causa inicialmente uma sensação de queimadura e irritação intensa, que evolui para dor acompanhada de contração involuntária da pálpebra e de lacrimejar. Pode também aparecer fotofobia. Provoca uma conjuntivite transitória, mas sem lesão na córnea.

Estudos em animais mostraram que o potencial do CS para causar lesões oculares é menor do que com o CN que é um irritante extremamente potente.

Em concentrações elevadas, o gás CN causa lesões químicas no olho com edema do epitélio da córnea e conjuntiva, erosão ou ulceração, e hemorragias. Se estas concentrações são libertadas a uma distância longa do indivíduo, os efeitos edematosos ocorrem mas com recuperação rápida.

Contudo, efeitos mais permanentes podem ocorrer se o CN é libertado a uma curta distância (alguns metros), principalmente se tiver sido usada uma bomba ou um cartucho explosivo. Apesar de existirem registos de lesões permanentes causadas pelo uso de CN a distâncias curtas, a separação dos efeitos do composto dos efeitos da arma é difícil. Não existem provas de que o CN nas concentrações usadas como perturbadoras cause danos permanentes no olho.

Assim, quando se avaliam os efeitos oculares do CN, devemos considerar as características da arma usada, como a força de propulsão, a carga do propelente, a idade do recipiente (nos recipientes velhos o pó tende a formar aglomerados), ou seja, não podemos esquecer os efeitos traumáticos do próprio impacto.

Os efeitos oculares típicos após o ataque com um aerossol de capsaicina incluem o lacrimejar, inflamação da conjuntiva, vermelhidão, ardor dor e blefarospasmo e pode levar à perda do reflexo de pestanejar após estímulos químicos e mecânicos <sup>[3]</sup>.

### 2.3.2 Efeitos Dérmicos

Apesar de os olhos e o trato respiratório serem os principais órgãos afetados por estes agentes, a pele também está frequentemente envolvida.

Estes compostos são irritantes primários que em concentrações pequenas causam uma sensação de queimadura e um eritema transitório, mas em concentrações mais elevadas podem provocar edema e empolamento da pele. Também podem causar dermatite alérgica de contacto após a exposição inicial.

Os efeitos dérmicos são tratados com preparações tópicas de glucocorticóides e anti-histamínicos orais para o prurido e podem ser necessários antibióticos para tratar infecções secundárias.

O gás CS é um irritante primário que provoca uma ação nefasta na pele quando aplicado topicamente como pó, solução ou aerossol, também provoca dermatite de contacto, normalmente em trabalhadores de indústria produtora de CS, que apresentam sinais, como erupção cutânea, prurido, vesículas e que podem ser representativas de uma sensibilização e de uma reação à exposição repetida.

Alguns minutos após uma exposição aguda a baixas concentrações de CS, aparece uma sensação de queimadura nas áreas expostas da pele, sendo mais intensa se a pele estiver molhada, esta sensação pode ser acompanhada ou seguida de eritema.

O aparecimento de um edema é mais intenso e com vesiculação algumas horas depois dependendo da concentração de CS, bem como da temperatura e da humidade, a reação será mais intensa com o aumento destas três variáveis. Nas zonas do corpo que estão em contacto com a roupa (como a gola da camisa), bem como a transpiração excessiva podem contribuir para o desenvolvimento de lesões dérmicas.

Os efeitos mencionados podem ainda depender de fatores individuais, relacionados com a pigmentação da pele, a cor dos olhos e a sensibilidade ao sol, podendo aparecer queimaduras de 1 e 2º grau.

O CS também é um sensibilizante e pode causar dermatite alérgica de contacto, como resultado de uma reação de hipersensibilidade tardia. Uma exposição inicial pode não causar efeitos, mas uma exposição prolongada mesmo a quantidades reduzidas de CS produz uma dermatite grave com eritema, edema, vesiculação, e em formas mais severas, cianose e necrose.

Em relação ao CN, uma exposição grave a este agente leva a prurido generalizado, eritema difuso e intenso, edema severo e vesiculação. O CN é também um sensibilizante mais potente que o CS, causando dermatite alérgica, um teste realizado a um conjunto de indivíduos expostos a 0,5 mg de CN durante 60 minutos provocou irritação e eritema na pele de todos os indivíduos testado, enquanto que o CS não causou nenhum efeito em quantidades inferiores a 20 mg.

Após contacto com um aerossol de capsaicina aparecem efeitos como dor intensa, sensação de queimadura, edema, eritema e ocasionalmente, empolamento da pele <sup>[3]</sup>.

## 2.4 Tratamento e Descontaminação

Uma exposição a agentes químicos utilizados para ações antimotim, conduz ao aparecimento de sintomas e sinais, praticamente imediatos e afetam, como já foi referido, olhos, nariz, boca, pulmões, pele e outros.

A inalação é a primeira e principal via de contacto com os agentes químicos em questão, logo a primeira medida a tomar é abandonar imediatamente a área contaminada e procurar apanhar ar fresco. A rápida transição para um local ao ar livre é extremamente eficaz na diminuição da exposição a estes agentes químicos. Em seguida são mencionadas algumas recomendações a tomar dependendo se se encontra dentro ou fora de edifícios:

### No interior de edifícios:

- ❖ Sair imediatamente do edifício;
- ❖ Se o indivíduo apresentar dificuldades em se restabelecer, deve-se procurar apoio médico especializado.

No exterior de edifícios:

- ❖ Afastar-se da área afetada;
- ❖ Evitar nuvens de gás densas e próximas do solo;
- ❖ Procurar uma zona mais elevada, pois os agentes químicos formam uma nuvem densa de vapor que se desloca próximo do solo.

Após a exposição a estes agentes químicos há três ações que devem ser cumpridas de modo a diminuir os efeitos sobre o indivíduo:

• Remover as roupas do indivíduo exposto

- ❖ Remover rapidamente todas as roupas que possam ter tido contacto com o agente químico antimitim;
- ❖ Se se tratarem de roupas normalmente removidas pela cabeça, devem ser cortadas com uma tesoura de forma a evitar o seu contacto com a face;
- ❖ No auxílio a outras pessoas, deve evitar tocar-se em áreas contaminadas e desfazer-se das roupas o mais rápido possível.

• Lavar o corpo

- ❖ Remover qualquer resíduo de agente da pele, utilizando grandes quantidades de água e sabão. A lavagem com sabão e água irá ajudar a proteger a pele contra possíveis ações químicas remanescentes;
- ❖ Se os olhos apresentarem sinais de contaminação, uma ardência ou visão turva, lavar os olhos com água abundante durante 10 a 15 minutos. Se o indivíduo afetado estiver a usar lentes de contacto, estas devem ser removidas e não devem ser reutilizadas (nem mesmo aquelas que não são descartáveis). No caso de usar óculos, estes devem ser lavados com água e sabão e podem voltar a ser utilizados assim que devidamente limpos.

• Desfazer-se das roupas

- ❖ Depois de lavado o corpo, as roupas devem ser colocadas no interior de um saco plástico. Nesta fase, o contacto com a roupa deve ser evitado podendo para isso, recorrer-se a luvas de borracha, paus, ferramentas que impeçam o contacto directo com a pele;
- ❖ Colocar o saco com as roupas no interior de um segundo saco, promovendo uma proteção adicional contra quaisquer agentes químicos que possam estar na roupa em causa;
- ❖ Recorrer às autoridades competentes para que estas tratem propriamente do material contaminado.

Para além das ações atrás mencionadas, pode haver a necessidade de as complementar com um tratamento médico, que será seguidamente descrito consoante a parte do corpo humano afetada.

• Na pele

Um dos sintomas relacionados com a pele é o aparecimento de uma dermatite, que normalmente é tratada com a aplicação de uma preparação tópica esteroídica, por exemplo, pomada de triamcinolona, flurandrenolona ou betametasona.

As lesões mais profundas devem ser tratadas com panos molhados, que humidificam a superfície da epiderme e promovem um atenuar dos sintomas.

No caso de surgirem infeções secundárias, podem ser aplicado antibióticos apropriados ou anti-histamínicos para combater a irritação e o prurido.

Muitas vezes, há o aparecimento de lesões vesicantes que têm sido tratadas, com uma certa eficácia, com compressas de uma solução fria de nitrato de prata. A aplicação deve se manter durante uma hora, seis vezes ao dia.

- Nos olhos

No caso de o doente apresentar uma dor muito intensa, pode ser aplicado um anestésico local, mas o seu uso contínuo deve ser restrito. O olho deve ser lavado com água abundante para remover quaisquer partículas de agente mas se a lesão foi muito severa, deve ser consultado por um oftalmologista.

- No trato respiratório

Os sintomas habituais nesta área, tosse, desconforto no peito e uma certa dispneia, são facilmente eliminados através da exposição ao ar puro. Medicamentos utilizados no tratamento da asma, como broncodilatadores e esteroides, podem ser usados para ajudar a pessoa a respirar.

- No sistema cardiovascular

Poderá ser detetada uma hipertensão transiente após a exposição a agentes antimotim, numa primeira fase mais devida a uma ansiedade gerada por toda a situação de azáfama do que propriamente devido a um efeito farmacológico. No entanto, foram observados efeitos adversos em indivíduos que sofrem de hipertensão, doença cardiovascular ou aneurisma<sup>[3]</sup>.

## 2.5 Marcas, Embalagens e Rótulos

Durante o estágio foi feito um levantamento em algumas espingardarias de Lisboa para se perceber o que é comercializado na área dos aerossóis de defesa pessoal.

Como já era esperado as lojas que ainda comercializam, só vendem aerossóis cujo agente ativo é a capsaicina com concentração de 5%.

As principais marcas comercializadas são quatro: KKS, Walther, Flashlight Hurricane e Defense One (Figura 13).



Figura 13 – Logotipos das principais marcas comercializadas em Portugal

A baixa diversidade de marcas no mercado português deve-se ao facto de existirem muito poucas a produzir aerossóis com 5% de capsaicina que é o limite nacional, na maioria dos países essa concentração é de 10%.

Na Figura 14 estão representadas algumas das embalagens encontradas à venda.



Figura 14 – Algumas das embalagens encontradas à venda

Existem vários tipos de embalagem, com diferentes capacidades, entre os 15 e os 63 ml, podem ser de jacto largo, comprimido ou direcionado e com um alcance de 6 metros. São fornecidos com patilha de segurança e "clip" para o cinto. Opcionalmente, estão disponíveis bolsas de transporte para colocar à cintura. Alguns têm a particularidade de poderem utilizar recargas novas sem necessidade de substituir a embalagem exterior e os preços em loja variam entre 20€ e os 50€, em alguns casos o valor é acrescido de uma taxa da PSP, noutros esta taxa já está incluída no preço.

A nível de segurança os rótulos das embalagens têm pouca informação, apresentando apenas alguns sinais de segurança que estão representados na Figura 15 que alertam para substância inflamável, nociva e outros perigos.



**Figura 15** – Sinais de Segurança das Embalagens

### 3. Técnicas de Análise Laboratorial

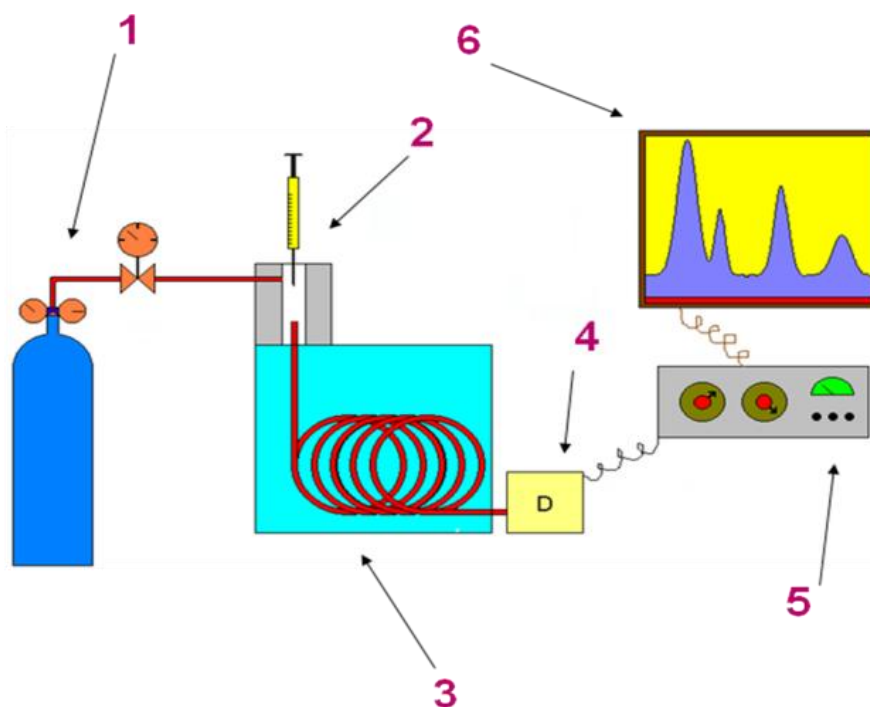
#### 3.1 Cromatografia Gasosa

A cromatografia é um processo de separação frequentemente utilizado em química analítica que ganhou relevo no início do século passado e desde aí tem sofrido vários avanços que originaram importantes progressos em diversas áreas científicas, nomeadamente na forense <sup>[13] [14] [15]</sup>.

Existem diversos tipos de cromatografia que são classificados de acordo com vários critérios, como por exemplo o processo de separação, que pode ser por adsorção, partição, permuta iónica, exclusão de tamanhos e afinidade <sup>[16]</sup>.

Nas separações cromatográficas é usada uma fase móvel e uma fase estacionária, e a classificação do tipo de cromatografia baseia-se na natureza física da fase móvel, se esta for um líquido, estamos perante a cromatografia líquida, se for um gás, o processo é designado por cromatografia gasosa <sup>[17]</sup>.

A cromatografia gasosa é a técnica mais utilizada na separação de compostos voláteis ou semi-voláteis que são arrastadas por uma fase móvel através de uma fase estacionária e baseia-se no princípio da diferença da velocidade de migração dos componentes gasosos, tendo como limitação o facto de a amostra ser analisada em fase gasosa, o que implica que os analitos sejam estáveis e termicamente estáveis <sup>[18] [19]</sup>. Na Figura 16 está representado o esquema típico de montagem usado para a cromatografia gasosa.



**Figura 16** – Esquema de uma montagem de GC <sup>[20]</sup>

- 1 – Reservatório de Gás de Arraste e Controladores de Pressão;
- 2 – Injetor de Amostra;
- 3 – Coluna Cromatográfica;
- 4 – Detetor;
- 5 – Tratador de Sinal;
- 6 – Cromatograma

Num cromatógrafo de fase gasosa a amostra é inicialmente introduzida é injetada numa corrente de gás puro e inerte que atua como gás de arraste. Os gases mais usados como fase móvel são o hidrogénio, o hélio e o azoto e a escolha deste depende do tipo de detetor e dos compostos a detetar, mas também está relacionada com as vantagens e inconvenientes associados a cada um deles, nomeadamente, custos, rapidez da análise e segurança, sendo o hélio o mais habitual <sup>[13] [14] [15] [19] [21] [22]</sup>.

Em seguida a amostra percorre a coluna, na qual os compostos vão ser separados devido à diferença de afinidade entre a fase móvel (gás) e a fase estacionária e de pontos de ebulição. Assim, um componente com pouca afinidade para a fase estacionária e com um ponto de ebulição baixo evolui mais rapidamente. À medida que os compostos eluem da coluna vão sendo quantificados por um detetor <sup>[19] [22]</sup>.

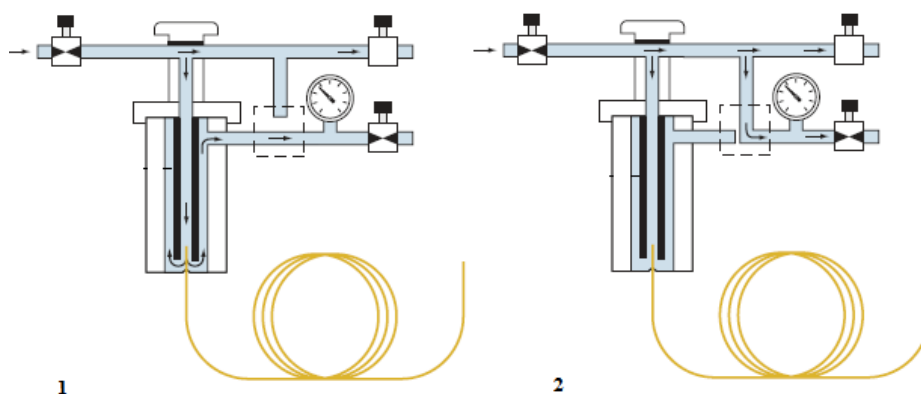
Um cromatógrafo gasoso deve ter a capacidade de:

- ❖ Fornecer um fluxo constante do gás de arraste;
- ❖ Permitir a introdução de vapores da amostra na corrente do gás que flui através da coluna;
- ❖ Ter o comprimento adequado de fase estacionária;
- ❖ Manter a coluna a uma temperatura apropriada;
- ❖ Detetar os componentes da amostra conforme eluem da coluna;
- ❖ Permitir um sinal de leitura proporcional em magnitude com a quantidade de cada componente.

Normalmente a injeção da amostra é efetuada de forma rápida através de uma seringa que é inserida no injetor que se encontra a uma temperatura 50°C acima da temperatura de ebulição do componente menos volátil que constitui a mistura a analisar. A seringa perfura o septo de modo a encontrar a câmara de vaporização que está a uma temperatura acima do ponto de ebulição dos componentes a separar, para que a amostra se volatilize instantaneamente, usualmente encontra-se a temperaturas entre os 150 e os 250°C. As temperaturas não podem ser muito mais elevadas para não se correr o risco de ocorrer degradação térmica da amostra <sup>[19] [23]</sup>.

Os sistemas de injeção que utilizam colunas capilares operam frequentemente com e sem repartição de fluxo, *split* e *splitless* respetivamente ou sob vaporização com temperatura programada (PTV). Os modos de operação *split/splitless* permitem controlar a quantidade de amostra que é introduzida na coluna, a qual depende da concentração dos compostos na mistura: no modo *splitless* toda a amostra é introduzida, enquanto no modo *split* apenas uma fração entra na coluna, sendo a restante amostra eliminada através de uma válvula, evitando assim a saturação da coluna com elevadas concentrações dos compostos <sup>[13] [14] [21] [24] [25]</sup>.

Na Figura 17 representam-se os modos *split* e *splitless*.



**Figura 17** – (1) – Injeção em modo *split* (2) – Injeção em modo *splitless* <sup>[26]</sup>

A fase estacionária, que pode ser sólida ou líquida, encontra-se no interior da coluna cromatográfica, onde é efetuada a separação dos analitos.

A coluna cromatográfica pode ser empacotada ou capilar. O modelo capilar é mais usual e as suas dimensões podem variar, possuindo normalmente diâmetro interno compreendido entre 0,25 e 0,5 milímetros e comprimento entre 20 e 100 metros. Podem ser construídas em aço inoxidável, sílica fundida, vidro ou teflon <sup>[13] [14] [19] [21] [24] [27] [28]</sup>.

Uma fase estacionária para GC deve obedecer a determinados critérios, como ser pouco volátil (idealmente com ponto de ebulição 100°C acima do valor de temperatura máxima de operação da coluna), estabilidade térmica e quimicamente inerte. As colunas capilares, apresentam diversas vantagens em relação às colunas empacotadas pois são mais eficientes, promovendo separações com maior resolução. Em GC, apesar da interação com a fase estacionária também influenciar a ordem de eluição dos compostos, esta é principalmente determinada pelos seus pontos de ebulição. Também a espessura da fase estacionária influencia a eficiência da coluna; quando se pretende separar compostos com baixa volatilidade utilizam-se colunas com espessuras mais finas, enquanto espessuras maiores são usadas para compostos muito voláteis <sup>[13] [14] [21] [24] [27]</sup>.

A temperatura é parâmetro importante na separação dos compostos e deve ser controlada na coluna. Neste caso, numa separação isotérmica a coluna é mantida a uma temperatura constante, enquanto um gradiente de temperaturas permite aumentar a temperatura de forma gradual ou por patamares <sup>[13] [14] [21] [27]</sup>.

Um detetor ideal para GC deve proporcionar sensibilidade adequada, originando limites de deteção baixos, deve ser estável e reproduzível, originando uma resposta linear

numa gama alargada de concentrações. Deve ainda ser de fácil utilização e o seu tempo de resposta deve ser reduzido e independente do fluxo. A sua resposta pode ser equivalente para todos os analitos (detetor universal) ou seletiva para determinadas grupos de compostos (detetor seletivo). Para além da possibilidade da GC usar como detetor um espectrómetro de massa (GC-MS), existem diversos detetores convencionais, que devem ser escolhidos em função da aplicação pretendida, sendo os mais comuns os que se apresentam na tabela 8 <sup>[13] [25] [27]</sup>.

**Tabela 8** – Detetores utilizados em GC <sup>[28]</sup>

<b>Detetor</b>	<b>Tipo</b>	<b>Aplicação</b>
Ionização de chama (FID)	Universal	Análise de compostos com cadeias carbonadas
Conductividade térmica (TCD)	Universal	Análise de compostos gasosos
Captura eletrónica (ECD)	Seletivo	Compostos com elevada afinidade eletrónica
Azoto-fósforo (NPD)	Seletivo	Compostos contendo azoto e/ou fósforo

A cromatografia gasosa é a técnica mais utilizada na separação de compostos voláteis ou semi-voláteis e que sejam termicamente estáveis, como já foi referido anteriormente, os usos típicos deste método incluem testes de pureza de uma substância em particular ou separação de diversos componentes de uma mistura. Em algumas situações, a Cromatografia Gasosa pode ajudar a identificar um composto.

Para a análise das amostras são utilizadas duas técnicas de deteção de cromatografia gasosa, acoplada a espectrómetro de massa ou com detetor de ionização de chama, que serão descritas em seguida.

### 3.1.1 Cromatografia Gasosa Acoplada à Espectrometria de Massa (GC-MS)

A GC-MS é uma técnica de separação, que associa o poder da separação da GC à deteção seletiva e sensível da MS, que permite identificar quantidades de amostra muito reduzidas. No entanto, existe uma incompatibilidade de acoplamento no que diz respeito às diferenças de pressão entre as duas técnicas. Enquanto a cromatografia gasosa opera à pressão atmosférica, a espectrometria de massa funciona em condições de alto vácuo. Sendo necessário o desenvolvimento de uma interface adequada que permitisse a associação destas técnicas.

Os componentes do espectrómetro de massa têm de estar sob sistema de vácuo, permitindo a conversão da maior parte das moléculas em iões, com um tempo de retenção suficientemente longo para ser analisado <sup>[29]</sup>. O analito é vaporizado e transportado para a fonte de ionização. Naturalmente, os analitos introduzidos no espectrómetro de massa são tipicamente neutros necessitando portanto de ser ionizados.

Os métodos de ionização são fundamentais na espectrometria de massa, produzindo fragmentos e quebrando as ligações químicas das moléculas da amostra, os quais também podem ser ionizados. Existem diversas fontes de ionização, tais como, ionização química (CI), ionização por bombardeamento com átomos rápidos (FAB), ionização por impacto eletrónico (EI), entre outros.

A fonte de ionização mais comum em espectrometria de massa é por impacto eletrónico, ocorrendo um bombardeamento na amostra de eletrões com elevada energia. É gerado um feixe de eletrões num filamento aquecido que emite eletrões térmicos que são acelerados através de uma diferença de potencial incidente na amostra, que se encontra na fase gasosa de alta energia, produzindo iões positivos e negativos por perda ou ganho de eletrões, ou espécies neutras.

Os catiões produzidos no processo de impacto eletrónico têm uma energia de excitação. Essa energia interna é energia rotacional, vibracional e eletrónica, e é dissipada por reações de fragmentação produzindo fragmentos de menor massa que o ião molecular, as quais podem ainda sofrer fragmentações secundárias. Muitas vezes o ião molecular aparece com uma abundância muito pequena e pode acontecer mesmo o caso de este não ser visível no espectro de massa <sup>[30] [31]</sup>.

Os catiões são conduzidos para o analisador de massa por repulsão eletrostática. O analisador de massa tem a função de selecionar os iões de acordo com os seus valores massa/carga ( $m/z$ ). Os analisadores mais comumente utilizados são o quadruplo e o *ion trap* (armadilha de iões).

A principal vantagem da utilização do analisador quadruplo é ser um instrumento robusto, económico e de pequena dimensão. É formado por quatro cilindros de metal paralelos, no qual é aplicada uma voltagem. Os iões produzidos na fonte de ionização passam entre os quatro cilindros e atingem o detetor com diferentes tempos de retenção, consoante os valores massa/carga ( $m/z$ ) dos iões.

No detetor o feixe de iões é convertido num sinal elétrico. Uma vez que a separação depende das diferentes trajetórias seguidas pelo feixe de iões através da combinação de campos elétricos e magnéticos.

A análise de dados é controlada por um computador, que segue as instruções pré-definidas do operador. O controlo da função de varrimento é de extrema importância visto que desta resulta os dados necessários para a caracterização dos produtos analíticos. No caso de se usar o modo de varrimento contínuo (*full scan*), o computador inicia varrimentos repetitivos de valores massa/carga ( $m/z$ ) em função do tempo, gerando um cromatograma de corrente iónica total (TIC). Consiste em somar as correntes geradas pela totalidade dos iões fragmentos à medida que a molécula do pico da cromatografia gasosa passa através do detetor. Enquanto na monitorização de iões selecionados (SIM), as massas a monitorizar são selecionadas antes do varrimento. O traçado cromatográfico é feito somente com base no sinal gerado por alguns iões de massas selecionadas por serem características de um determinado analito. Apresenta uma melhor razão sinal/ruído mas perde-se informação espectral <sup>[27]</sup>.

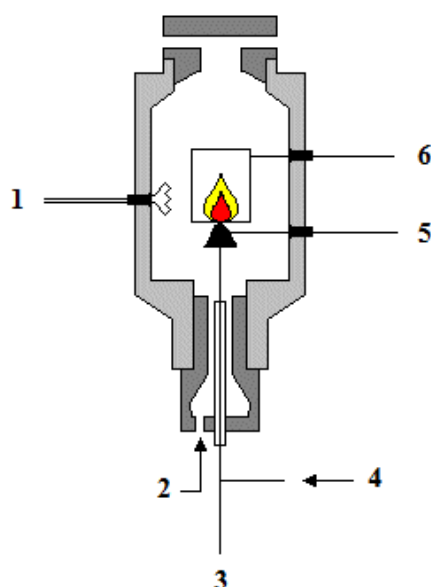
### 3.1.2 Cromatografia Gasosa com Detetor de Ionização de Chama (GC-FID)

Um detetor de ionização de chama (FID) é um instrumento científico que mede a concentração de espécies orgânicas numa corrente de gás. Ele é frequentemente usado como um detetor de cromatografia gasosa.

É tradicionalmente utilizado em análises químicas, pelo facto de responder a praticamente todos os compostos orgânicos com uma sensibilidade favorável, de a sua resposta

não ser afetada por alterações no caudal, pressão ou temperatura, e, ainda, pelo facto de não responder a impurezas comuns no gás de arraste.

O princípio de operação deste detetor, cujo esquema se apresenta na Figura 18, consiste na deteção de iões formados durante a combustão de compostos orgânicos numa chama de difusão de hidrogénio-ar <sup>[32]</sup>.



**Figura 18** – Ilustração de um detetor FID <sup>[33]</sup>

- 1 – Ignição;
- 2 – Ar;
- 3 – Coluna Cromatográfica;
- 4 – Hidrogénio;
- 5 – Tensão de Polarização (+300V);
- 6 – Eléctrodo Coletor

À medida que os compostos orgânicos chegam à chama, formam-se espécies eletricamente carregadas que são recolhidas por um par de elétrodos colocados acima da chama e polarizadas por uma diferença de potencial de duas ou três centenas de volts, produzindo, assim, um aumento de corrente proporcional à quantidade de carbono na chama. A corrente resultante é amplificada por um eletrómetro. A geração destes iões é proporcional à concentração da espécie orgânica no fluxo de gás de amostra. Os hidrocarbonetos têm, geralmente, fatores de resposta molares que são iguais ao número de átomos de carbono na sua molécula, enquanto que os compostos oxigenados e outras espécies que contêm

heteroátomos tendem a ter um fator de resposta menor. O monóxido de carbono e dióxido de carbono não são detetáveis por FID.

A corrente medida corresponde aproximadamente à proporção de átomos de carbono reduzidas na chama. Especificamente como os iões são produzidos não é necessariamente compreendido, mas a resposta do detetor é determinado pelo número de átomos de carbono (iões) que atingem o detetor por unidade de tempo. Isso faz com que o detetor sensível à massa, em vez do que a concentração, o que é útil, porque a resposta do detetor não é muito afetada por alterações na taxa de fluxo do gás portador <sup>[32]</sup>.



## 4. Apresentação e Discussão dos Resultados

Foi realizado um estudo estatístico com recurso ao *software* SPSS com os aerossóis analisados no LPC entre os anos de 2010 e 2015 que abrangeu diversas variáveis, nomeadamente o número de exames periciais a aerossóis de defesa pessoal realizados, o número de aerossóis de defesa pessoal analisados, o número de substâncias identificadas e de quantificações efetuadas, foi também feito um estudo relativamente à origem geográfica.

### 4.1 Número de Exames Periciais a Aerossóis de Defesa Pessoal Realizados por Ano

Entre 2010 e 2015 foram realizados 989 exames periciais de aerossóis de defesa pessoal distribuídos por cada ano como indica a Tabela 9.

**Tabela 9** – Número de Exames Periciais a Aerossóis de Defesa Pessoal Realizados por Ano entre 2010 e 2015

	2010	2011	2012	2013	2014	2015(2º Sem)
<b>Nº de Exames Periciais a Aerossóis de Defesa Pessoal Realizados</b>	186	206	154	194	155	94

Em média foram realizados cerca de 165 exames a aerossóis de defesa pessoal por ano. Nos anos de 2010, 2011 e 2013 o número de exames realizados ficou acima da média, tendo sido em 2011 o ano em que foram realizados mais exames.

No ano 2015 foram realizados menos exames, mas como só existem dados para o segundo semestre, fez-se uma comparação com os restantes anos para o mesmo período de tempo.

Na tabela 10 estão apresentados os resultados do segundo semestre de cada ano.

**Tabela 10** – Número de Exames Periciais Realizados no 2º Semestre de cada Ano

	2010	2011	2012	2013	2014	2015(2º Sem)
<b>Nº de Exames Periciais a Aerossóis de Defesa Pessoal Realizados</b>	103	98	48	80	70	94

Quando comparado com o mesmo período de tempo, o número de exames realizados a aerossóis de defesa pessoal no ano de 2015 já está próximo dos valores dos restantes anos.

#### 4.2 Número de Aerossóis de Defesa Pessoal Analisados por Ano

A cada exame pericial realizado pode corresponder mais do que uma amostra, por esta razão o número de aerossóis de defesa pessoal analisados por ano (Tabela 11) é superior ao número de exames realizados.

**Tabela 11** – Número de Aerossóis de Defesa Pessoal Analisados por Ano entre 2010 e 2015

	2010	2011	2012	2013	2014	2015(2º Sem)
<b>Nº de Aerossóis de Defesa Pessoal Analisados</b>	243	294	195	264	173	106

Nos anos entre 2010 e 2015 foram analisadas 1275 amostras, o que nos dá uma média de aproximadamente 213 amostras analisadas por ano.

Mais uma vez, relativamente ao ano de 2015, quando comparado com o mesmo período nos outros anos este tem valores superiores ao ano de 2012 e 2014.

#### 4.3 Número de Compostos Identificados por Ano

O número de compostos identificados, isto é, o número de agentes ativos identificados é inferior ao número de aerossóis analisados, embora na maioria das vezes

seja identificado o composto presente na amostra, o agente ativo nem sempre é identificado e o resultado é considerado não determinado. Pode-se observar na Tabela 12 o número de compostos identificados nas amostras analisadas e na Tabela 13 os resultados por agente ativo identificado.

**Tabela 12** – Número de Compostos Identificadas por Ano entre 2010 e 2015

	2010	2011	2012	2013	2014	2015(2º Sem)
<b>Nº de Compostos Identificados</b>	235	293	194	261	172	100

**Tabela 13** – Tipo de Compostos Identificados por Ano entre 2010 e 2015

	2010	2011	2012	2013	2014	2015 (2º Sem)	Total
<b>Capsaicina</b>	66	74	70	88	56	45	399
<b>Capsaicina+CS</b>	-	2	1	2	4	-	9
<b>CN</b>	2	-	1	-	-	1	4
<b>CN+CS</b>	2	-	-	-	-	-	2
<b>CS</b>	164	208	111	168	111	53	815
<b>PAVA</b>	1	6	11	2	1	1	22
<b>Alilo</b>	-	3	-	-	-	-	3
<b>Morfolina</b>	-	-	-	1	-	-	1
<b>ND</b>	8	1	1	3	1	6	20
<b>Total</b>	<b>243</b>	<b>294</b>	<b>195</b>	<b>264</b>	<b>173</b>	<b>106</b>	<b>1275</b>

Na Figura 19 apresenta-se a representação gráfica da percentagem de agente ativo por ano com base na informação da tabela 13.

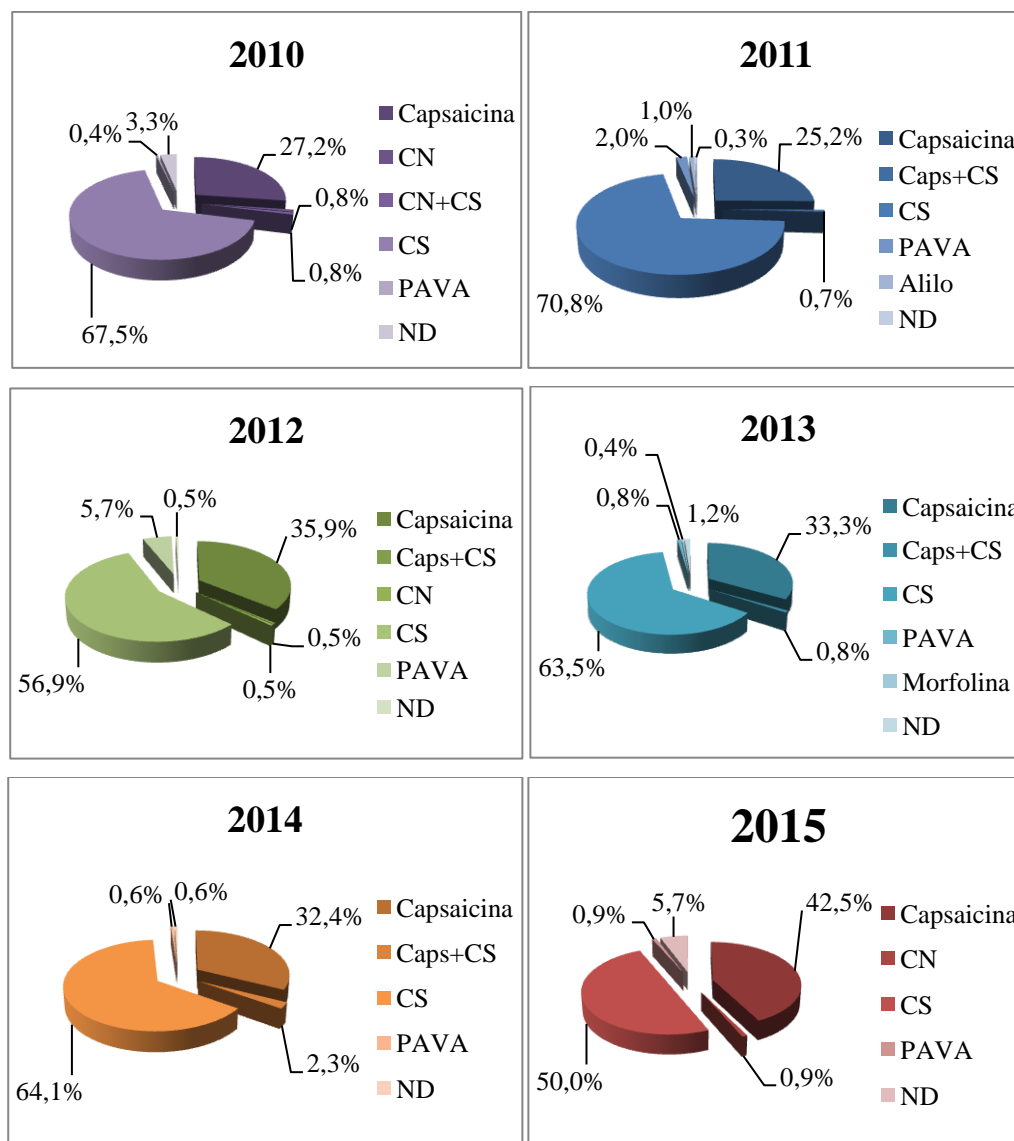


Figura 19 – Gráficos da Percentagem de Agente Ativo por Ano

A partir das representações gráficas da Figura 19 e dos dados da Tabela 13 é fácil concluir que dos 1255 compostos identificados o agente ativo que mais vezes foi identificado foi o CS, seguindo-se depois a Capsaicina.

#### 4.4 Número de Quantificações de Capsaicina Efetuadas por Ano

O número de quantificações efetuadas à capsaicina por ano obtém-se do número de identificações em que o resultado foi a Capsaicina. Como já foi referido anteriormente só este agente ativo é quantificado, pois se estes aerossóis tiverem uma concentração até 5%

de capsaicina são considerados armas do tipo E, caso contrário, são considerados armas do tipo A.

A Tabela 14 apresenta o número de quantificações efetuadas por ano.

**Tabela 14** – Número de Quantificações de Capsaicina Efetuadas por Ano entre 2010 e 2015

	2010	2011	2012	2013	2014	2015(2º Sem)
<b>Nº de Quantificações Efetuadas</b>	66	74	70	87	56	45

No ano de 2013 a capsaicina foi identificada 88 vezes, mas só foram realizadas 87 quantificações, o que está relacionado com o facto de uma amostra analisada não ter proveniência nacional e por esta razão não está limitada a uma concentração de 5%, não sendo portanto, necessário ser quantificada.

#### 4.5 Origem Geográfica das Amostras por Ano

Foi feito um estudo da origem geográfica das amostras a partir da zona geográfica (distrito) da entidade que solicitou o quesito.

Para o estudo desta variável só foram consideradas as amostras provenientes de Portugal, uma vez que também são analisadas amostras provenientes de outros países como Angola e Cabo Verde.

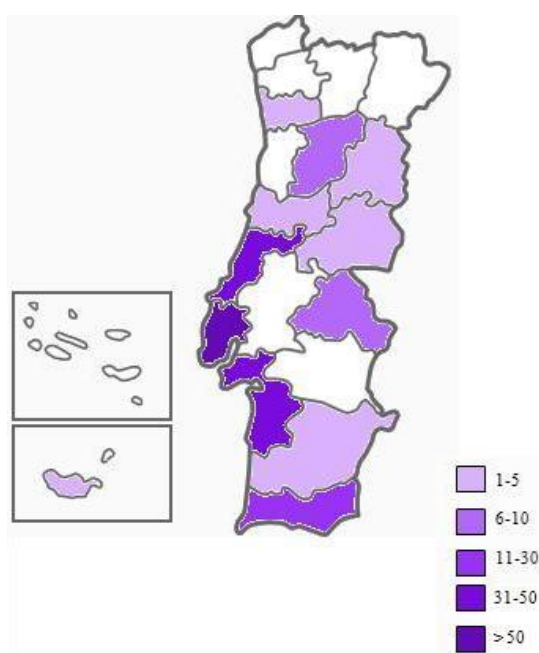
##### 4.5.1 Origem das amostras por distrito no ano 2010

Os resultados relativos ao distrito de origem das amostras por 2010 são os apresentados na Tabela 15.

**Tabela 15** – Origem das Amostras por Distrito em 2010

2010		
<b>Distrito</b>	<b>Nº de Amostras</b>	<b>%</b>
Beja	2	0,8
Castelo Branco	1	0,4
Coimbra	5	2,1
Faro	21	8,6
Guarda	5	2,1
Leiria	38	15,6
Lisboa	108	44,4
Madeira	5	2,1
Portalegre	10	4,1
Porto	2	0,8
Setúbal	38	15,6
Viseu	7	2,9
<b>Total</b>	<b>242</b>	<b>100</b>

No ano de 2010 foram analisadas 243 amostras, mas uma dessas amostra teve origem em Cabo Verde e por essa razão só foram contabilizadas as 242 amostras com origem em Portugal para a elaboração do mapa da Figura 20.

**Figura 20** – Origem Geográfica das Amostras em 2010

Como se pode verificar, a proveniência das amostras foi maioritariamente dos distritos de Leiria, Lisboa e Setúbal e nenhuma das amostras teve origem nos distritos de

Évora, Santarém, Aveiro, Braga, Viana do Castelo, Vila Real e Bragança, também nenhuma delas teve origem na Região Autónoma dos Açores.

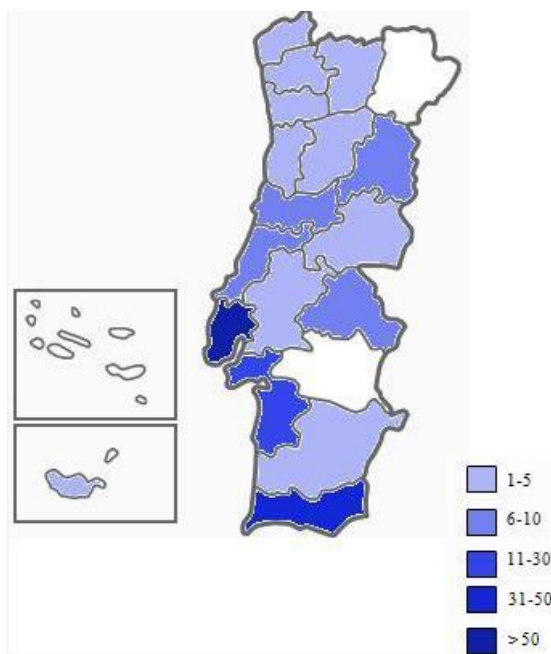
#### 4.5.2 Origem das amostras por distrito no ano 2011

No ano 2011 foram analisadas 294 amostras, mas quatro dessas amostras tiveram origem em Angola e portanto não foram contabilizados. Os resultados são os apresentados na Tabela 16.

**Tabela 16** – Origem das Amostras por Distrito em 2011

2011		
<b>Distrito</b>	<b>Nº de Amostras</b>	<b>%</b>
Aveiro	2	0,7
Beja	2	0,7
Braga	3	1,0
Castelo Branco	4	1,4
Coimbra	8	2,8
Faro	35	12,1
Guarda	6	2,1
Leiria	8	2,8
Lisboa	186	64,1
Madeira	1	0,3
Portalegre	8	2,8
Porto	4	1,4
Santarém	3	1,0
Setúbal	14	4,8
Viana do Castelo	1	0,3
Vila Real	1	0,3
Viseu	4	1,4
<b>Total</b>	<b>290</b>	<b>100</b>

Com os resultados da Tabela 16 foi elaborado o mapa da Figura 21.



**Figura 21** – Origem Geográfica das Amostras em 2011

Os distritos com mais amostras analisadas no ano de 2011 foram: Lisboa, Setúbal e Faro, não tendo sido analisada nenhuma amostra proveniente de Évora, Bragança e Região Autónoma dos Açores.

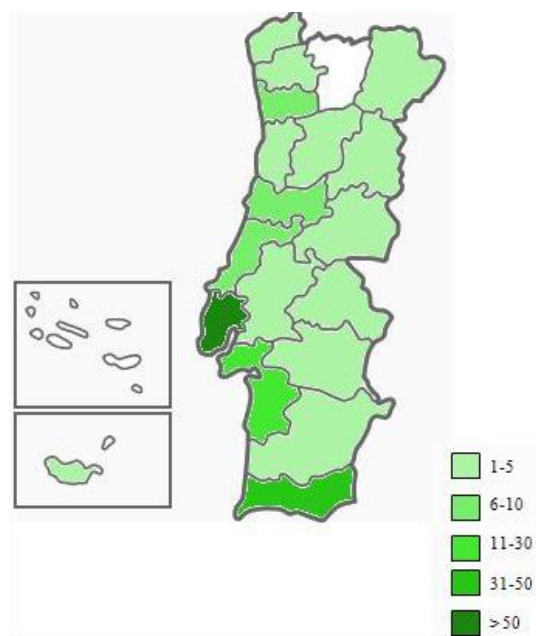
#### 4.5.3 Origem das amostras por distrito no ano 2012

Para o ano de 2012 foram contabilizadas apenas 192 amostras, como indicam os resultados da Tabela 17, apesar de terem sido analisadas 195, o que significa que 3 amostras tiveram origem fora de Portugal, mais concretamente em Cabo Verde.

**Tabela 17** – Origem das Amostras por Distrito em 2012

2012		
<b>Distrito</b>	<b>Nº de Amostras</b>	<b>%</b>
Aveiro	5	2,6
Beja	2	1,0
Braga	2	1,0
Bragança	1	0,5
Castelo Branco	1	0,5
Coimbra	6	3,1
Évora	1	0,5
Faro	32	16,7
Guarda	4	2,1
Leiria	6	3,1
Lisboa	97	50,5
Madeira	2	1,0
Portalegre	1	0,5
Porto	9	4,7
Santarém	3	1,6
Setúbal	18	9,4
Viana do Castelo	1	0,5
Viseu	1	0,5
<b>Total</b>	<b>192</b>	<b>100</b>

Com base nos resultados da Tabela 17 foi elaborado o mapa da Figura 22.

**Figura 22** – Origem Geográfica das Amostras em 2012

Das amostras analisadas em 2012 nenhuma teve origem no distrito de Vila Real nem da Região Autónoma dos Açores, mas mais uma vez Lisboa foi o distrito que solicitou mais quesitos.

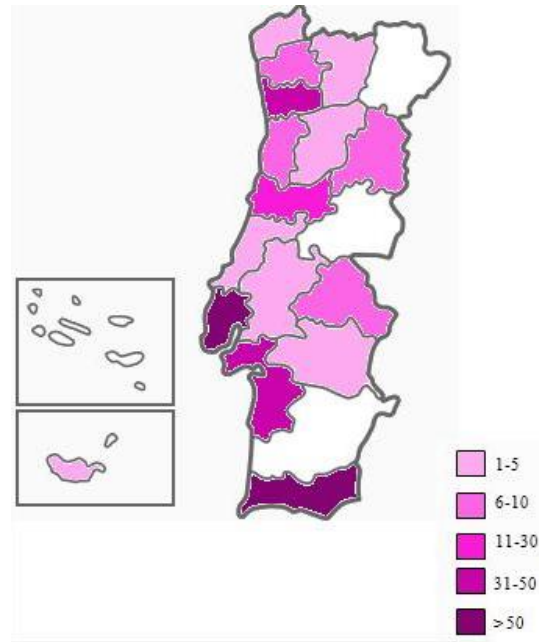
#### 4.5.4 Origem das amostras por distrito no ano 2013

Em 2013 foram analisados 264 aerossóis, destes 262 tiveram origem em Portugal e os outros 2 em Cabo Verde.

**Tabela 18** – Origem das Amostras por Distrito em 2013

2013		
<b>Distrito</b>	<b>Nº de Amostras</b>	<b>%</b>
Aveiro	7	2,7
Braga	8	3,1
Coimbra	14	5,3
Évora	1	0,4
Faro	79	30,2
Guarda	8	3,1
Leiria	5	1,9
Lisboa	70	26,7
Madeira	3	1,1
Portalegre	7	2,7
Porto	25	9,5
Santarém	5	1,9
Setúbal	23	8,8
Viana do Castelo	3	1,1
Vila Real	2	0,8
Viseu	2	0,8
<b>Total</b>	<b>262</b>	<b>100</b>

Para o ano de 2013 também foi feito um mapa da origem das amostras baseado na tabela 18 (Figura 23).



**Figura 23** – Origem Geográfica das Amostras em 2013

Faro e Lisboa foram os distritos com mais amostras analisadas no ano de 2013, no entanto não foi analisada nenhuma amostra com origem nos distritos de Bragança, Castelo Branco, Beja e arquipélago dos Açores.

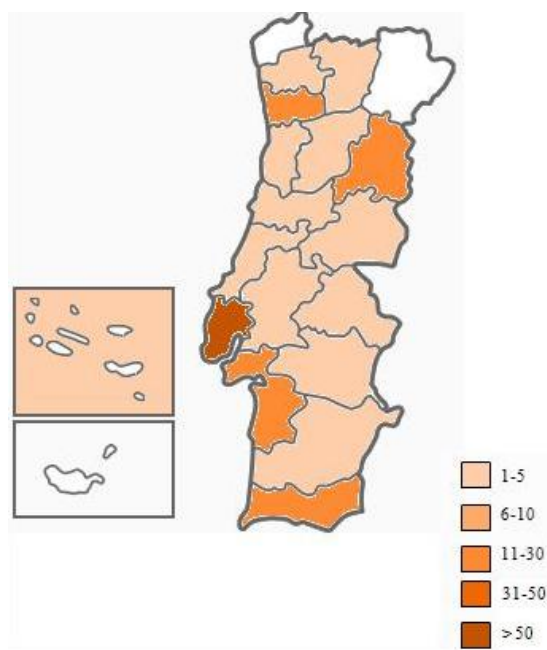
#### 4.5.5 Origem das amostras por distrito no ano 2014

Os resultados relativos ao distrito de origem das amostras por 2014 são os apresentados na Tabela 19.

**Tabela 19** – Origem das Amostras por Distrito em 2014

2014		
<b>Distrito</b>	<b>Nº de Amostras</b>	<b>%</b>
Açores	4	2,4
Aveiro	1	0,6
Beja	3	1,8
Braga	4	2,4
Castelo Branco	1	0,6
Coimbra	4	2,4
Évora	1	0,6
Faro	17	10,0
Guarda	16	9,4
Leiria	4	2,4
Lisboa	67	39,4
Portalegre	1	0,6
Porto	27	15,9
Santarém	4	2,4
Setúbal	14	8,2
Vila Real	1	0,6
Viseu	1	0,6
<b>Total</b>	<b>170</b>	<b>100</b>

No ano de 2014 foram analisadas 173 amostras, mas 3 dessas amostras tiveram origem em Cabo Verde e por essa razão só foram contabilizadas as 170 amostras com origem em Portugal para a elaboração do mapa da Figura 24.

**Figura 24** – Origem Geográfica das Amostras em 2014

Como se pode verificar, a proveniência das amostras foi maioritariamente do distrito de Lisboa e nenhuma das amostras teve origem nos distritos de Viana do Castelo e Bragança, também nenhuma delas teve origem na Região Autónoma da Madeira.

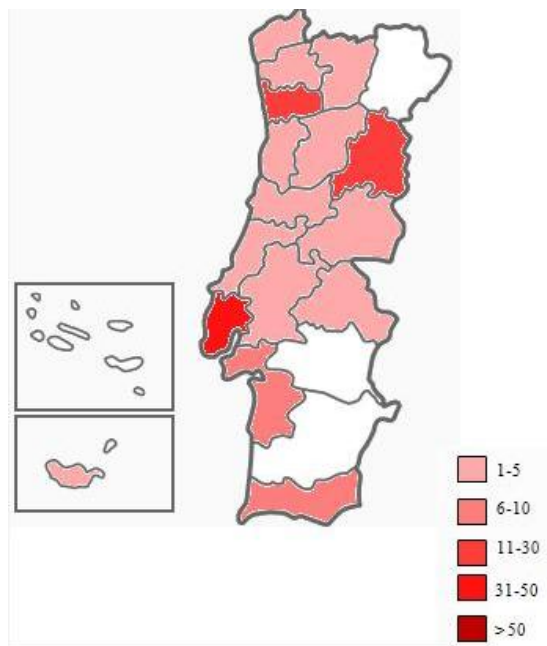
#### 4.5.6 Origem das amostras por distrito no ano 2015

No ano 2015 foram analisadas 106 amostras e os resultados da distribuição geográfica são os apresentados na Tabela 20.

**Tabela 20** – Origem das Amostras por Distrito em 2015

2015		
<b>Distrito</b>	<b>Nº de Amostras</b>	<b>%</b>
Aveiro	3	2,9
Braga	1	0,9
Castelo Branco	1	0,9
Coimbra	1	0,9
Faro	7	6,6
Guarda	12	11,3
Leiria	5	4,7
Lisboa	42	39,6
Madeira	3	2,8
Portalegre	1	0,9
Porto	19	17,9
Santarém	1	1,0
Setúbal	6	5,8
Viana do Castelo	1	0,9
Vila Real	1	0,9
Viseu	2	1,9
<b>Total</b>	<b>106</b>	<b>100</b>

Com base nos resultados da Tabela 20 foi elaborado o mapa da Figura 25.



**Figura 25** – Origem Geográfica das Amostras em 2015

Das amostras analisadas em 2015 nenhuma teve origem no distrito de Bragança, Évora, Beja nem da Região Autónoma dos Açores e uma vez Lisboa foi o distrito que solicitou mais quesitos.

## 5. Conclusões e Sugestões de Trabalho Futuro

As conclusões que se podem retirar vêm essencialmente do trabalho de análise estatística que permitiu verificar o seguinte:

- ❖ No ano de 2011 houve mais exames periciais, analisaram-se mais aerossóis e foram identificadas mais substâncias.
- ❖ Houve um maior número de quantificações de capsaicina no ano de 2013, embora seja mais significativo o ano de 2015 uma vez que representa cerca de 43% do número de aerossóis analisados.
- ❖ As amostras analisadas são provenientes de todo o país em geral, no entanto a maior proveniência ocorreu nos distritos de Lisboa, Setúbal e Faro.
- ❖ Por fim, tem-se registado nos últimos dois anos um aumento do número de amostras provenientes dos distritos do Porto e da Guarda.

Em termos de trabalho futuro, ainda é necessária uma pesquisa mais exaustiva para elucidar as consequências para a saúde dos agentes químicos. É necessário considerar o padrão de utilização destes compostos, que é, no entanto, difícil de regular.

Existem muitas provas a favor da segurança dos agentes químicos, desde que estes sejam usados de modo correto e adequado. O uso abusivo ou inadequado dos agentes químicos não é de modo nenhum desejado, e deve ser evitado de existiram alternativas mais benignas. No entanto, é necessário ter em conta que a utilização destes compostos é muitas vezes a melhor solução, evitando-se assim o recurso à violência física ou medidas mais extremas.

Ainda como sugestão de trabalho futuro, poderia ser elaborado um estudo estatístico mais aprofundado, que abrange-se um maior diversidade de variáveis, como por exemplo, as concentrações obtidas nas quantificações efetuadas à capsaicina, as entidades que solicitaram os exames, a relação entre a origem das amostras e os compostos identificados ou até mesmo a relação entre os compostos identificados e os meses do ano.



## Bibliografia e Webgrafia

- [1] [www.pj.pt](http://www.pj.pt) consultado a 08-11-2016
- [2] [www.bdjur.almedina.net](http://www.bdjur.almedina.net) consultado a 08-11-2016
- [3] Olajos E. J., Salem H.; *Riot Control Agents: Pharmacology, Toxicology, Biochemistry and Chemistry*, Journal of Applied Toxicology 21, 355-391 (2001)
- [4] <https://en.wikipedia.org/wiki/Capsaicin> consultado a 06-10-2016
- [5] <http://thegraphicsfairy.com/chili-pepper-botanical-printable> consultado a 01-11-2016
- [6] [https://pt.wikipedia.org/wiki/Escala\\_de\\_Scoville#cite\\_note-1](https://pt.wikipedia.org/wiki/Escala_de_Scoville#cite_note-1) consultado a 06-10-2016
- [7] <https://en.wikipedia.org/wiki/Nonivamide> consultado a 06-10-2016
- [8] [https://en.wikipedia.org/wiki/CS\\_gas](https://en.wikipedia.org/wiki/CS_gas) consultado a 07-10-2016
- [9] [https://en.wikipedia.org/wiki/Phenacyl\\_chloride](https://en.wikipedia.org/wiki/Phenacyl_chloride) consultado a 07-10-2016
- [10] <https://en.wikipedia.org/wiki/4-Nonanoylmorpholine> consultado a 07-10-2016
- [11] [https://en.wikipedia.org/wiki/Allyl\\_isothiocyanate](https://en.wikipedia.org/wiki/Allyl_isothiocyanate) consultado a 07-10-2016
- [12] Silva R. J. N. B., Silveira D. M., Camões M. F. G. F. C., Borges C. M. F., and Salgueiro P. A. S.; *Validation, Uncertainty and Quality Control of Qualitative Analysis of Tear Gas Weapons by Gas Chromatography-Mass Spectrometry* Departamento de Química e Bioquímica, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, Campo Grande, Lisboa, Portugal (2013)
- [13] Jickells S., Negrusz A., editores. *Clarke's Analytical Forensic Toxicology*, 1st ed. Londres Chicago, Pharmaceutical Press (2008)
- [14] Nogueira J. M. F., Mikhail S.; *Um legado para a cromatografia moderna*, Química 100, 51-56 (2006)
- [15] Braithwaite A., Smith F.; *Chromatographic methods*. 5ª ed., Reino Unido, KluwerAcademic Publishers (1999)
- [16] Eith C., Kolob M., Rumi A., Seubert A. e Viehweger, K.; *Práticas em Cromatografia de iões. Uma Introdução*, Metrohm Ltda., Suíça (2006)
- [17] Scott, R.; *Principles and Practice of Chromatography*, Libraryforscience, LLC, World Wide Web, (2003)

- [18] Augusto, C.; *Validação de Metodologia Analítica para a Determinação da Composição Química do Gás Natural por Cromatografia em Fase Gasosa Aliada à Estimativa dos Parâmetros de Precisão através de Comparação Laboratorial*. Pós-graduação, Departamento de Tecnologia de Processos Químicos e Bioquímicos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, (2011)
- [19] Silva, I.; *Análise de pesticidas na polpa e casca de frutas para sumo*, Tese de Mestrado, Departamento de Química da Universidade de Aveiro, Aveiro, (2009)
- [20] [http://www.ebah.pt/content/ABAAAAa\\_8AI/cromatografia-gasosa-acolpada-a-espectrometria-massa](http://www.ebah.pt/content/ABAAAAa_8AI/cromatografia-gasosa-acolpada-a-espectrometria-massa) consultado a 22-09-2016
- [21] McNair H.M., Miller J.M.; *Basic Gas Chromatography*, 2ª ed, EUA, John Wiley & Sons, Inc., (2009)
- [22] Kitson F., Sparkman D. e Penton Z.; *Gas Chromatography and Mass Spectrometry. A practical guide*. Academy Press, New York (1996)
- [23] Ferreira C.; *Validação do Método de Determinação de Butóxido de Piperonilo, Permetrina e Piretrina em Inseticidas por Cromatografia em Fase Gasosa*. Tese de Mestrado, Departamento de Química da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, Porto (2010)
- [24] Neves H. J. C., Freitas A. M. C.; *Introdução à Cromatografia Gás-Líquido de Alta Resolução*, Portugal: Dias de Sousa, Lda; (1996)
- [25] Grob R. L., Barry E. F.; *Modern Practice of Gas Chromatography*, 4ª ed. Hoboken: John Wiley & Sons, Inc.; (2004)
- [26] Agilent Technologies; *Fundamentals of Gas Chromatography*, G1176-90000, Agilent Technologies, USA, (2002)
- [27] Skoog D. A., Holler F. J., Nieman T.A.; *Principles of Instrumental Analysis*, 5ª ed. EUA: Saunders College Publishing, (1998)
- [28] Alves, F., *Pesquisa de Pesticidas Organoclorados em Sedimentos e Rizo-sedimentos do Estuário do Rio Douro*. Tese de Mestrado, Departamento de Química da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, Porto, (2005)
- [29] Afonso J. C.; *Análise Química Quantitativa*, Vogel, Livros Técnicos e Científicos, 6ª Edição, (2002)
- [30] Skoog, West, Holler, Crouch; *Fundamentos de Química Analítica*, Editora Thomson, 8ª Edição, 889-945,(2000)
- [31] Jickells S., Negrusz A.; *Clarke's Analytical Forensic Toxicology*, Pharmaceutical Press 1, 3ª Edition, (2008)

[32] Gonçalves M.; *Métodos Instrumentais para Análise de Soluções*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, (1996)

[33] <http://teaching.shu.ac.uk/hwb/chemistry/tutorials/chrom/gaschrom.htm> consultado a 22-09-2016



Anexo I – Lei nº17/2009 de 6 de Maio e Lei nº5/2006 de 23  
de Fevereiro



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**

**Lei n.º 17/2009**

**de 6 de Maio**

**Procede à segunda alteração à Lei n.º 5/2006, de 23 de Fevereiro, que aprova o novo regime jurídico das armas e suas munições**

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, o seguinte:

**Artigo 1.º**

**Alteração à Lei n.º 5/2006, de 23 de Fevereiro**

Os artigos 1.º a 5.º, 7.º, 8.º, 11.º, 12.º, 14.º, 15.º, 17.º, 19.º, 21.º, 22.º, 28.º a 30.º, 32.º, 34.º, 35.º, 38.º, 39.º, 41.º a 43.º, 45.º, 47.º, 48.º, 51.º a 53.º, 55.º, 56.º, 60.º, 62.º a 65.º, 67.º, 68.º, 70.º, 71.º, 73.º a 75.º, 77.º a 82.º, 84.º a 89.º, 91.º, 95.º, 97.º a 99.º, 101.º, 107.º a 109.º e 113.º da Lei n.º 5/2006, de 23 de Fevereiro, que aprova o novo regime jurídico das armas e suas munições, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 59/2007, de 4 de Setembro, passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 1.º

[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — Ficam ainda excluídas do âmbito de aplicação

da presente lei as actividades referidas no n.º 1 relativas a armas de fogo e munições cuja data de fabrico seja anterior a 1 de Janeiro de 1891, bem como aquelas que utilizem munições obsoletas, constantes de portaria do Ministério da Administração Interna ou que obtenham essa classificação por peritagem individual da Polícia de Segurança Pública (PSP).

4 — Ficam também excluídos do âmbito de aplicação da presente lei:

a) As espadas, sabres, espadins, baionetas e outras armas tradicionalmente destinadas a honras e cerimoniais militares ou a outras cerimónias oficiais;

b) Os marcadores de *paintball*, respectivas partes e acessórios.

5 — A detenção, uso e porte de arma por militares dos quadros permanentes das Forças Armadas e por membros das forças e serviços de segurança são regulados por lei própria.

**Artigo 2.º**

[...]

- 1 — .....

a) ‘Aerossol de defesa’ todo o contentor portátil de gases comprimidos cujo destino seja unicamente o de produzir descargas de gases momentaneamente neutralizantes da capacidade agressora, não podendo pela sua apresentação e características ser confundido com outras armas ou dissimular o fim a que se destina;

b) .....

c) ‘Arma de acção dupla’ a arma de fogo que pode ser disparada efectuando apenas a operação de accionar o gatilho;

d) .....

e) ‘Arma de alarme ou salva’ o dispositivo com a configuração de uma arma de fogo destinado unicamente a produzir um efeito sonoro semelhante ao produzido por aquela no momento do disparo;

f) .....

g) ‘Arma de ar comprimido desportiva’ a arma de ar comprimido reconhecida por uma federação desportiva como adequada para a prática de tiro desportivo, nos termos do disposto na respectiva lei;

h) ‘Arma de ar comprimido de aquisição condicionada’ a arma de ar comprimido capaz de propulsar projecteis de calibre superior a 5,5 mm e as de qualquer calibre, capazes de propulsar projecteis, cuja energia cinética, medida à boca do cano, seja igual ou superior a 24 J;

i) ‘Arma de ar comprimido de aquisição livre’ a arma de ar comprimido, de calibre até 5,5 mm, capaz de propulsar projecteis, cuja energia cinética, medida à boca do cano, seja inferior a 24 J;

j) ‘Arma automática’ a arma de fogo que, mediante uma única acção sobre o gatilho ou disparador, faz uma série contínua de vários disparos;

l) [Anterior alínea j).]

m) ‘Arma branca’ todo o objecto ou instrumento portátil dotado de uma lâmina ou outra superfície cortante, perfurante, ou corto-contundente, de comprimento igual ou superior a 10 cm e, independentemente das suas dimensões, as facas borboleta, as facas de abertura automática ou de ponta e mola, as facas de arremesso, os estiletos com lâmina ou haste e todos os objectos destinados a lançar lâminas, flechas ou virotões;

n) [Anterior alínea m).]

o) ‘Arma eléctrica’ todo o sistema portátil alimentado por fonte energética e destinado unicamente a produzir descarga eléctrica momentaneamente neutralizante da capacidade motora humana, não podendo, pela sua apresentação e características, ser confundida com outras armas ou dissimular o fim a que se destina;

p) [Anterior alínea o).]

q) [Anterior alínea p).]

r) [Anterior alínea q).]

s) [Anterior alínea r).]

t) ‘Arma de fogo desactivada’ a arma de fogo a que foi retirada peça ou peças necessárias para obter o disparo do projectil;

u) ‘Arma de fogo obsoleta’ a arma de fogo excluída do âmbito de aplicação da lei por ser de fabrico anterior a 1 de Janeiro de 1891, bem como aquelas que, sendo de fabrico posterior àquela data, utilizem munições obsoletas constantes da lista de calibres obsoletos publicada em portaria do Ministério da Administração Interna ou que obtenham essa classificação por peritagem individual da PSP;

v) ‘Arma de fogo modificada’ a arma de fogo que, mediante uma intervenção não autorizada de qualquer tipo, sofreu alterações das suas partes essenciais, marcas e numerações de origem, ou aquela cuja coronha tenha sido reduzida de forma relevante na sua dimensão a um punho ou substituída por outra telescópica ou rebatível;

x) ‘Arma de fogo transformada’ o dispositivo que, mediante uma intervenção mecânica modificadora, ob-

teve características que lhe permitam funcionar como arma de fogo;

z) ‘Arma lançadora de gases’ o dispositivo portátil destinado a lançar gases por um cano;

aa) [Anterior alínea v).]

ab) [Anterior alínea x).]

ac) [Anterior alínea z).]

ad) ‘Arma de repetição’ a arma de fogo com depósito fixo ou com carregador amovível que, após cada disparo, é recarregada pela acção do atirador sobre um mecanismo que transporta e introduz na câmara nova munição, retirada do depósito ou do carregador ou que posiciona a câmara para ser disparada a munição que contém;

ae) [Anterior alínea ab).]

af) [Anterior alínea ac).]

ag) ‘Reprodução de arma de fogo para práticas recreativas’ o mecanismo portátil com a configuração de arma de fogo das classes A, B, B1, C e D, pintado com cor fluorescente, amarela ou encarnada, indelével, claramente visível quando empunhado, em 5 cm a contar da boca do cano e na totalidade do punho, caso se trate de arma curta, ou em 10 cm a contar da boca do cano e na totalidade da coronha, caso se trate de arma longa, por forma a não ser susceptível de confusão com as armas das mesmas classes, apto unicamente a disparar esfera não metálica cuja energia à saída da boca do cano não seja superior a 1,3 J para calibres inferiores ou iguais a 6 mm e munições compactas, ou a 13 J para outros calibres e munições compostas por substâncias gelatinosas;

ah) ‘Marcador de *paintball*’ o mecanismo portátil propulsado a ar comprimido, apto unicamente a disparar esfera não metálica constituída por tinta hidrossolúvel e biodegradável não poluente contida em invólucro de gelatina, cuja energia à saída da boca do cano não seja superior a 13 J;

ai) [Anterior alínea ae).]

aj) ‘Arma de tiro a tiro’ a arma de fogo sem depósito ou carregador, de um ou mais canos, que é carregada mediante a introdução manual de uma munição em cada câmara ou câmaras ou em compartimento situado à entrada destas;

al) [Anterior alínea ag).]

am) [Anterior alínea ah).]

an) ‘Bastão extensível’ o instrumento portátil telescópico, rígido ou flexível, destinado a ser empunhado como meio de agressão ou defesa;

ao) [Anterior alínea ai).]

ap) ‘Boxer’ o instrumento metálico ou de outro material duro destinado a ser empunhado e a ampliar o efeito resultante de uma agressão;

aq) [Anterior alínea al).]

ar) [Anterior alínea am).]

as) ‘Estilete’ a arma branca, ou instrumento com configuração de arma branca, composta por uma haste perfurante sem gumes e por um punho;

at) ‘Estrela de lançar’ a arma branca, ou instrumento com configuração de arma branca, em forma de estrela com pontas cortantes que se destina a ser arremessada manualmente;

au) ‘Faca de arremesso’ a arma branca, ou instrumento com configuração de arma branca, composta por uma lâmina integrando uma zona de corte e perfuração e outra destinada a ser empunhada ou a servir de contrapeso com vista a ser lançada manualmente;

av) ‘Faca de borboleta’ a arma branca, ou instrumento com configuração de arma branca, composta por uma lâmina articulada num cabo ou empunhadura dividido longitudinalmente em duas partes também articuladas entre si, de tal forma que a abertura da lâmina pode ser obtida instantaneamente por um movimento rápido de uma só mão;

ax) ‘Faca de abertura automática ou faca de ponta e mola’ a arma branca, ou instrumento com configuração de arma branca, composta por um cabo ou empunhadura que encerra uma lâmina, cuja disponibilidade pode ser obtida instantaneamente por acção de uma mola sob tensão ou outro sistema equivalente;

az) [Anterior alínea as).]

aaa) ‘Pistola-metralhadora’ a arma de fogo automática, compacta, que utiliza munições para arma de fogo curta;

aab) ‘Réplica de arma de fogo’ a arma de fogo de carregamento pela boca, apta a disparar um ou mais projecteis, utilizando carga de pólvora preta ou similar, que não seja classificada no âmbito do n.º 3 do artigo 1.º;

aac) ‘Reprodução de arma de fogo’ o mecanismo portátil com a configuração de uma arma de fogo que, pela sua apresentação e características, possa ser confundida com as armas previstas nas classes A, B, B1, C e D, com exclusão das reproduções de arma de fogo para práticas recreativas, das armas de alarme ou de salva não transformáveis e das armas de *starter*;

aad) ‘Revólver’ a arma de fogo curta, de repetição, com depósito constituído por tambor contendo várias câmaras;

aae) ‘Arma de *starter*’ o dispositivo tecnicamente não susceptível de ser transformado em arma de fogo, com a configuração de arma de fogo, destinado unicamente a produzir um efeito sonoro, para ser utilizado em actividades desportivas e treinos de caça;

aaaf) ‘Arma com configuração de armamento militar’ a arma de fogo que, pela sua configuração ou características técnicas, seja susceptível de ser confundida com equipamentos, meios militares e material de guerra ou classificada como tal.

2 — .....

a) .....

b) .....

c) .....

d) ‘Báscula’ parte da arma de fogo em que se articula o cano ou canos e que obtura a câmara ou câmaras fazendo o efeito de culatra;

e) [Anterior alínea d).]

f) [Anterior alínea e).]

g) [Anterior alínea f).]

h) [Anterior alínea g).]

i) [Anterior alínea h).]

j) [Anterior alínea i).]

l) [Anterior alínea j).]

m) [Anterior alínea l).]

n) [Anterior alínea m).]

o) ‘Culatra’ a parte da arma de fogo que obtura a extremidade do cano onde se localiza a câmara;

p) [Anterior alínea o).]

q) [Anterior alínea p).]

r) [Anterior alínea q).]

s) [Anterior alínea r).]

t) [Anterior alínea s).]

u) [Anterior alínea t).]

v) [Anterior alínea u).]

x) [Anterior alínea v).]

z) [Anterior alínea x).]

aa) [Anterior alínea z).]

ab) ‘Sistema de segurança de arma’ mecanismo da arma que pode ser accionado pelo atirador, destinado a impedir o seu disparo quando actuado o gatilho.

3 — .....

a) .....

b) .....

c) .....

d) .....

e) ‘Cartucho’ o recipiente metálico, plástico ou de vários materiais, que se destina a conter o fulminante, a carga propulsora, a bucha e a carga de múltiplos projecteis, ou o projectil único, para utilização em armas de fogo com cano de alma lisa;

f) ‘Bucha’ a parte componente de uma munição em plástico ou outro material destinada a separar a carga propulsora do projectil ou múltiplos projecteis, podendo também incorporar um recipiente que contém projecteis;

g) ‘Cartucho carregado’ a munição para arma de fogo com cano de alma lisa contendo todos os seus componentes em condições de ser disparado;

h) ‘Cartucho vazio’ o cartucho para arma de fogo com cano de alma lisa não contendo nenhum dos componentes necessários ao disparo;

i) ‘Cartucho de letalidade reduzida’ o cartucho carregado com projectil ou carga de projectil não metálicos com vista a não ser letal;

j) ‘Cartucho carregado com bala’ a munição carregada com projectil único, para arma com cano de alma lisa, ou arma com cano raído para utilização de munições para arma com cano de alma lisa;

l) [Anterior alínea g).]

m) [Anterior alínea h).]

n) ‘Fulminante ou escorva’ o componente da munição composto por uma cápsula que contém mistura explosiva, a qual, quando deflagrada, provoca uma chama intensa destinada a inflamar a carga propulsora da munição, não fazendo parte da munição nas armas de carregamento pela boca;

o) ‘Invólucro’ o recipiente metálico, de plástico ou de outro material, que se destina a conter o fulminante, a carga propulsora e o projectil para utilização em armas com cano de alma estriada;

p) ‘Munição de arma de fogo’ o cartucho ou invólucro ou outro dispositivo contendo o conjunto de componentes que permitem o disparo do projectil ou de múltiplos projecteis, quando introduzidos numa arma de fogo;

q) ‘Munição com projectil desintegrável’ a munição cujo projectil é fabricado com o objectivo de se desintegrar no impacte com qualquer superfície ou objecto duro;

r) ‘Munição com projectil expansivo’ a munição cujo projectil é fabricado com o objectivo de expandir no impacte com um corpo sólido;

s) ‘Munição com projectil explosivo’ a munição com projectil contendo uma carga que explode no momento do impacte;

t) ‘Munição com projectil incendiário’ a munição com projectil contendo um composto químico que se inflama em contacto com o ar ou no momento do impacte;

u) ‘Munição com projectil encamisado’ a munição com projectil designado internacionalmente como *full metal jacket* (FMJ), com camisa metálica que cobre o núcleo em toda a sua extensão, com excepção, ou não, da base;

v) ‘Munição com projectil perfurante’ a munição com projectil destinado a perfurar alvos duros e resistentes;

x) ‘Munição com projectil tracejante’ a munição com projectil que contém uma substância pirotécnica destinada a produzir chama, ou chama e fumo, de forma a tornar visível a sua trajectória;

z) ‘Munição com projectil cilíndrico’ a munição designada internacionalmente como *wadcutter* de projectil cilíndrico ou de ponta achatada, destinada a ser usada em tiro desportivo, provocando no alvo um orifício de contorno bem definido;

aa) ‘Munição obsoleta’ a munição de fabrico anterior a 1 de Janeiro de 1891, ou posterior a essa data, que tenha deixado de ser produzida industrialmente e que não é comercializada há pelo menos 40 anos;

ab) [Anterior alínea x).]

ac) [Anterior alínea z).]

ad) [Anterior alínea aa).]

ae) ‘Munição de salva ou alarme’ a munição sem projectil e destinada unicamente a produzir um efeito sonoro no momento do disparo.

4 — .....

a) .....

b) ‘Arma de fogo com segurança accionada’ a arma de fogo em que está accionado o mecanismo que impede o disparo pela pressão no gatilho;

c) [Anterior alínea b).]

d) [Anterior alínea c).]

e) ‘Culatra aberta’ a posição em que a culatra, a corrediça ou a báscula de uma arma se encontra de forma que a câmara não esteja obturada;

f) ‘Culatra fechada’ a posição em que a culatra, corrediça, ou báscula de uma arma se encontra de forma a obturar a câmara;

g) [Anterior alínea f).]

5 — .....

a) .....

b) .....

c) ‘Cedência a título de empréstimo’ a entrega de arma a terceiro, para que este se sirva dela durante certo período, com a obrigação de a restituir findo o mesmo, saindo a arma da esfera de disponibilidade do seu proprietário;

d) [Anterior alínea c).]

e) [Anterior alínea d).]

f) ‘Data de fabrico de arma’ o ano em que a arma foi produzida ou, sendo desconhecido, quando iniciada a sua produção;

g) [Anterior alínea f).]

h) [Anterior alínea g).]

i) [Anterior alínea h).]

j) [Anterior alínea i).]

l) ‘Explosivo civil’ todas as substâncias ou produtos explosivos cujo fabrico, comércio, transferência, importação e utilização estejam sujeitos a autorização concedida pela autoridade competente;

m) [Anterior alínea j).]

n) ‘Engenho explosivo ou incendiário improvisado’ todos aqueles que utilizam substâncias ou produtos explosivos ou incendiários de fabrico artesanal não autorizado;

o) ‘Guarda de arma’ o acto de depositar a arma, no domicílio ou outro local autorizado, em cofre ou armário de segurança não portáteis, casa-forte ou fortificada, bem como a aplicação de cadeado, accionamento de mecanismo ou remoção de peça que impossibilite disparar a mesma;

p) ‘Porte de arma’ o acto de trazer consigo uma arma branca ou uma arma municiada ou carregada ou em condições de o ser para uso imediato;

q) [Anterior alínea o).]

r) ‘Transporte de arma’ o acto de transferência de uma arma descarregada e desmuniada ou desmontada de um local para outro, de forma a não ser susceptível de uso imediato;

s) ‘Uso de arma’ o acto de empunhar, apontar ou disparar uma arma;

t) [Anterior alínea r).]

u) ‘Cadeado de gatilho’ o dispositivo aplicado ou fazendo parte da arma que impede o accionamento do gatilho e o disparo da arma;

v) ‘Importação’ a entrada ou introdução nos limites fiscais do território nacional, de quaisquer bens, bem como a sua permanência em estância alfandegária ou zona internacional, a aguardar os procedimentos legais aduaneiros, quando provenientes de países terceiros à União Europeia;

x) ‘Exportação’ a saída dos limites fiscais do território nacional de quaisquer bens com destino a país terceiro à União Europeia, bem como a sua permanência em estância alfandegária ou zona internacional a aguardar os procedimentos legais aduaneiros;

z) ‘Trânsito’ a passagem por território nacional, a aguardar os procedimentos legais aduaneiros, de quaisquer bens oriundos de país terceiro e que se destinam a exportação ou transferência para outro Estado;

aa) ‘Homologação de armas e munições’ a aprovação de marca, modelo, bem como demais características técnicas de armas pelo director nacional da PSP;

ab) ‘Transferência’ a entrada em território nacional de quaisquer bens previstos na presente lei, quando provenientes de Estados membros da União Europeia tendo Portugal como destino final, ou a saída de quaisquer bens de Portugal tendo como destino final Estados membros da União Europeia;

ac) ‘Norma técnica’ a informação emitida pela Direcção Nacional da PSP destinada a comunicar instrução técnica ou procedimental aos titulares de licenças e alvarás emitidos ao abrigo da presente lei;

ad) ‘Arma de aquisição condicionada’ a arma que só pode ser adquirida por quem tenha licença habilitante e autorização da Direcção Nacional da PSP;

ae) ‘Ornamentação’ a exposição de arma em local a indicar pelo requerente e identificado na correspondente licença F.

### Artigo 3.º

[...]

1 — .....

2 — .....

a) Os equipamentos, meios militares e material de guerra, ou classificados como tal por portaria do Ministério da Defesa Nacional;

b) .....

c) .....

d) .....

e) .....

f) .....

g) .....

h) Os aerossóis de defesa não constantes da alínea a) do n.º 7 do presente artigo e as armas lançadoras de gases que estejam dissimuladas de forma a ocultarem a sua configuração;

i) Os bastões eléctricos ou extensíveis, de uso exclusivo das Forças Armadas ou forças e serviços de segurança;

j) Outros aparelhos que emitam descargas eléctricas sem as características constantes da alínea b) do n.º 7 do presente artigo ou que estejam dissimulados de forma a ocultarem a sua configuração;

l) .....

m) .....

n) As reproduções de armas de fogo e as armas de alarme ou salva que possam ser convertidas em armas de fogo;

o) .....

p) .....

q) .....

r) .....

s) As miras telescópicas, excepto aquelas que tenham afectação ao exercício de quaisquer práticas venatórias, recreativas ou desportivas federadas;

t) As armas longas semiautomáticas com a configuração das armas automáticas para uso militar ou das forças de segurança.

3 — .....

4 — .....

a) .....

b) Os revólveres com os calibres denominados .32 S & W Long e .32 H & R Magnum.

5 — .....

a) .....

b) .....

c) .....

d) .....

e) .....

f) .....

g) As armas de ar comprimido de aquisição condicionada.

6 — .....

7 — .....

a) Os aerossóis de defesa com gás, cujo princípio activo seja a capsicina ou oleoresina de capsicum (gás pimenta) com uma concentração não superior a 5 %, e que não possam ser confundíveis com armas de outra classe ou que não estejam dissimulados de forma a ocultarem a sua configuração;

b) As armas eléctricas até 200 000 V, com mecanismo de segurança e que não possam ser confundíveis com armas de outra classe ou que não estejam dissimuladas de forma a ocultarem a sua configuração;

c) As armas de fogo e suas munições, de produção industrial, unicamente aptas a disparar projecteis não metálicos ou a impulsionar dispositivos, concebidas de origem para eliminar qualquer possibilidade de agressão letal e que tenham merecido homologação por parte da Direcção Nacional da PSP.

8 — .....

a) As matracas, sabres e outras armas brancas tradicionalmente destinadas às artes marciais ou a ornamentação;

b) As réplicas de armas de fogo quando destinadas a ornamentação;

c) As armas de fogo inutilizadas quando destinadas a ornamentação.

9 — São armas e munições da classe G:

a) .....

b) .....

c) .....

d) As armas de ar comprimido desportivas e de aquisição livre;

e) As reproduções de armas de fogo para práticas recreativas;

f) As armas de *starter*;

g) As armas de alarme ou salva que não estejam incluídas na alínea n) do n.º 2 do presente artigo;

h) As munições para armas de alarme ou salva e para armas de *starter*.

10 — Para efeitos do disposto na legislação específica da caça, são permitidas as armas de fogo referidas nas alíneas a), b) e c) do n.º 5 e nas alíneas a), b) e c) do n.º 6, com excepção das armas com configuração de armamento militar.

11 — As armas só podem ser afectas à actividade que motivou a concessão, podendo, por despacho do director nacional da PSP, ser afectas a mais de uma actividade por solicitação fundamentada do interessado.

12 — As partes essenciais das armas de fogo estão incluídas na classe em que tiver sido classificada a arma de fogo de que fazem parte ou a que se destinam.

#### Artigo 4.º

[...]

1 — .....

2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, mediante autorização especial do director nacional da PSP, podem ser autorizadas a venda, a aquisição, a cedência, a detenção, a utilização, a importação, a exportação e a transferência de armas e acessórios da classe A destinados a museus públicos ou privados, investigação científica ou industrial e utilizações em realizações teatrais, cinematográficas ou outros espectáculos de natureza artística, de reconhecido interesse cultural, com excepção de meios militares e material de guerra cuja autorização é da competência do ministro que tutela o sector da defesa nacional.

3 — As autorizações a que se refere o número anterior são requeridas com justificação da motivação, indicação do tempo de utilização e respectivo plano de segurança.

#### Artigo 5.º

[...]

1 — .....

2 — .....

3 — .....

4 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, mediante autorização especial do director nacional da PSP, podem ser autorizadas a venda, a aquisição, a cedência, a detenção, a utilização, a importação, a exportação e a transferência de armas e acessórios da classe B destinados a museus públicos ou privados, investigação científica ou industrial e utilizações em realizações teatrais, cinematográficas ou outros espectáculos de natureza artística, de reconhecido interesse cultural.

#### Artigo 7.º

[...]

1 — .....

2 — .....

3 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, mediante autorização especial do director nacional da PSP, podem ser autorizadas a venda, a aquisição, a cedência, a detenção, a utilização, a importação, a exportação e a transferência de armas e acessórios da classe C destinados a museus públicos ou privados, investigação científica ou industrial, utilizações em realizações teatrais, cinematográficas ou outros espectáculos de natureza artística, de reconhecido interesse cultural.

4 — Sem prejuízo do disposto no n.º 2, mediante autorização especial do director nacional da PSP, podem ainda ser autorizadas a venda, a aquisição, a cedência, a detenção, a utilização, a importação, a exportação e a transferência das armas referidas nas alíneas a) e c) do n.º 5 do artigo 3.º às entidades privadas gestoras ou concessionárias de zonas de caça ou pesca.

#### Artigo 8.º

[...]

1 — .....

2 — .....

3 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, mediante autorização especial do director nacional da PSP, podem ser autorizadas a venda, a aquisição, a cedência, a detenção, a utilização, a importação, a exportação e a transferência de armas e acessórios da classe D a entidades privadas gestoras ou concessionárias de zonas de caça ou pesca, museus públicos ou privados, investigação científica ou industrial e utilizações em realizações teatrais, cinematográficas ou outros espectáculos de natureza artística, de reconhecido interesse cultural.

#### Artigo 11.º

##### Armas e munições da classe G

1 — .....

2 — .....

3 — A aquisição de reproduções de armas de fogo para práticas recreativas é permitida aos maiores de 18 anos, mediante declaração aquisitiva e prova da inscrição numa associação de promoção desportiva reconhecida pelo Instituto do Desporto de Portugal, I. P., e registada junto da PSP.

4 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, aos menores de 18 anos e maiores de 16 anos é permitida a aquisição de reproduções de armas de fogo para práticas recreativas desde que autorizados para o efeito por quem exerça a responsabilidade parental.

5 — (Anterior n.º 4.)

6 — A detenção, o uso e o porte das armas referidas nos n.ºs 1 a 4, bem como das armas de *starter* e de alarme, só são permitidos no domicílio, transporte e para o exercício das actividades para as quais foi solicitada autorização de aquisição.

7 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, a detenção, uso, porte e transporte de reproduções de armas de fogo para práticas recreativas, ainda que não contendo as características previstas na alínea *ag*) do n.º 1 do artigo 2.º, podem ser temporariamente autorizadas a praticantes estrangeiros em provas internacionais realizadas em Portugal, pelo período necessário à sua participação nas provas, mediante requerimento instruído com prova da inscrição no evento, a formular junto da Direcção Nacional da PSP pela entidade promotora da iniciativa.

8 — A aquisição de armas de *starter* pode ser autorizada a quem demonstrar, fundamentadamente, necessitar das mesmas para a prática desportiva ou de treino de caça.

9 — A aquisição de munições para as armas de alarme ou salva e para armas de *starter* pode ser autorizada a quem for autorizada a aquisição destas mesmas armas.

10 — A aquisição de armas de ar comprimido de aquisição livre é permitida aos maiores de 18 anos, mediante declaração aquisitiva.

11 — A aquisição de armas de ar comprimido destinadas à prática de actividades desportivas é permitida mediante declaração aquisitiva e prova de inscrição numa federação de tiro desportivo que as reconheça como adequadas para a prática daquela modalidade desportiva.

12 — Não é permitido o uso e porte de armas de ar comprimido fora de propriedade privada e dos locais autorizados.

Artigo 12.º

[...]

- 1 — .....
- a) Licença B, para o uso e porte de armas das classes B, B1 e E;
- b) .....
- c) .....
- d) .....
- e) .....
- f) .....
- g) .....
- h) .....

2 — Às situações de isenção ou dispensa de licença legalmente previstas são correspondentemente aplicáveis as obrigações previstas para os titulares de licença.

3 — O uso e porte de arma por quem desempenha actividades profissionais que o exijam, que não as desempenhadas pelas Forças Armadas e forças e serviços

de segurança, é regulado por despacho do director nacional da PSP.

Artigo 14.º

[...]

- 1 — .....
- a) .....
- b) .....
- c) .....
- d) .....
- e) Sejam portadores do certificado de aprovação em curso de formação técnica e cívica para o uso e porte de armas de fogo da classe B1.

2 — Sem prejuízo do disposto no artigo 30.º da Constituição e do número seguinte, para efeito de apreciação do requisito constante na alínea *c*) do número anterior, é susceptível de indiciar falta de idoneidade para efeitos de concessão de licença o facto de, entre outros, ao requerente ter sido aplicada medida de segurança ou ter sido condenado pela prática de crime doloso, cometido com uso de violência, em pena superior a 1 ano de prisão.

3 — No decurso do período anterior à verificação do cancelamento definitivo da inscrição no registo criminal das decisões judiciais em que o requerente foi condenado, pode este requerer que lhe seja reconhecida a idoneidade para os fins pretendidos, pelo tribunal da última condenação.

4 — O incidente corre por apenso ao processo principal, sendo instruído com requerimento fundamentado do requerente, que é obrigatoriamente ouvido pelo juiz do processo, que decide, produzida a necessária prova e após parecer do Ministério Público.

5 — (Anterior n.º 4.)

6 — (Anterior n.º 5.)

Artigo 15.º

[...]

- 1 — .....
- a) .....
- b) Demonstrem carecer da licença para a prática de actos venatórios de caça maior ou menor e se encontrem habilitados com carta de caçador com arma de fogo ou demonstrem fundamentadamente carecer da mesma por motivos profissionais;
- c) .....
- d) .....
- e) .....
- 2 — .....
- 3 — .....
- 4 — .....

Artigo 17.º

[...]

- 1 — .....
- a) .....
- b) Demonstrem carecer da licença para a prática desportiva de artes marciais, sendo atletas federados, práticas recreativas em propriedade privada, detenção

de réplicas e armas de fogo inutilizadas destinadas a ornamentação e armas brancas destinadas ao mesmo fim;

- c) .....
- d) .....

- 2 — .....
- 3 — .....

4 — Por despacho do director nacional da PSP, a solicitação do interessado, através de quem exerça a responsabilidade parental, pode ser permitida a aquisição, a detenção, o uso e o porte das armas indicadas na alínea a) do n.º 8 do artigo 3.º, quando destinadas à prática de artes marciais, a menores de 18 anos e maiores de 14 anos, sendo atletas federados.

Artigo 19.º

[...]

1 — Podem ser concedidas licenças especiais para o uso e porte de arma das classes B e B1 quando solicitadas pelo Presidente da República, pelo Presidente da Assembleia da República, pelos ministros, pelos Presidentes das Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas e pelos Presidentes dos Governos Regionais, para afectação a funcionários ao seu serviço.

- 2 — .....

Artigo 21.º

[...]

1 — Os cursos de formação técnica e cívica para o uso e porte de armas de fogo das classes B1, C e D, e para o exercício de actividade de armeiro, são ministrados pela PSP ou por entidades por si credenciadas para o efeito.

- 2 — .....

Artigo 22.º

[...]

1 — Os titulares de licença B1 devem submeter-se, em cada cinco anos, a um curso de actualização técnica e cívica para o uso e porte de armas de fogo, ministrado nos termos do artigo anterior.

2 — Os titulares de licenças C e D devem submeter-se, em cada 10 anos, a um curso de actualização técnica e cívica para o uso e porte de armas de fogo, ministrado nos termos do artigo anterior.

3 — Exceptuam-se do disposto nos números anteriores os titulares de licença de tiro desportivo e de licença federativa válida, que façam prova da prática desportiva com armas de fogo.

Artigo 28.º

[...]

1 — A renovação da licença de uso e porte de arma deve ser requerida até ao termo do seu prazo e depende da verificação, à data do pedido, dos requisitos exigidos para a sua concessão.

2 — O requisito de frequência do curso de formação técnica e cívica para o uso e porte de arma da classe respectiva é substituído por prova da frequência do curso de actualização correspondente, previsto no artigo 22.º, sempre que exigível.

Artigo 29.º

[...]

1 — Nos casos em que se verifique a caducidade da licença, o respectivo titular tem o prazo de 180 dias para promover a sua renovação, solicitar outra licença que permita a detenção, uso ou porte das armas adquiridas ao abrigo da licença caducada ou proceder à transmissão das respectivas armas.

2 — Sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 99.º-A, logo que caducar a licença, as armas adquiridas ao abrigo da mesma e que não estejam legalmente autorizadas a ser utilizadas ao abrigo doutra licença passam a ser consideradas, a título transitório, como em detenção domiciliária, durante o prazo estipulado no número anterior.

3 — No caso de o titular da licença caducada ser titular de outra licença que permita a detenção, uso ou porte, das armas adquiridas ao abrigo daquela, pode solicitar, no prazo referido no n.º 1, que as mesmas sejam consideradas tituladas por esta outra licença.

4 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, nos casos em que não seja autorizada a renovação da licença ou seja indeferida a concessão da nova licença a que se refere o n.º 1, deve o interessado depositar a respectiva arma na PSP, acompanhada dos documentos inerentes, no prazo de 15 dias após a notificação da decisão, sob pena de incorrer em crime de desobediência qualificada.

5 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, nos 15 dias seguintes à data em que a decisão se tornar definitiva, pode o interessado proceder à transmissão da arma, remetendo à PSP o respectivo comprovativo.

6 — Findo o prazo de 15 dias referido no número anterior, a arma é declarada perdida a favor do Estado.

Artigo 30.º

[...]

- 1 — .....
- 2 — .....

- a) .....
- b) .....

c) Identificação da marca, modelo, tipo e calibre ou, no caso de partes essenciais de arma de fogo, a identificação da arma a que se destinam e as características dessas partes;

- d) .....
- e) Autorização para que a PSP, sem prejuízo do disposto no artigo 34.º da Constituição e após notificação para o efeito, proceda à fiscalização das condições de segurança da guarda das armas.

3 — .....

4 — .....

5 — (Revogado.)

Artigo 32.º

[...]

- 1 — .....
- 2 — Ao titular da licença C só é permitida a detenção

até duas armas de fogo desta classe, excepto se a sua guarda for feita em cofre ou armário de segurança não portáteis, casa-forte ou fortificada para a guarda das mesmas, devidamente verificados pela PSP.

3 — Ao titular da licença D só é permitida a detenção até duas armas de fogo desta classe, excepto se a sua guarda for feita em cofre ou armário de segurança não portáteis, devidamente verificados pela PSP.

4 — Ao titular de licença de detenção de arma no domicílio só é permitida a detenção até duas armas de fogo, excepto se a sua guarda for feita em cofre ou armário de segurança não portáteis, devidamente verificados pela PSP.

5 — .....

6 — Sempre que, por razões legais ou de estrutura do edifício, não seja possível a edificação de casa-forte ou fortificada, podem estas ser substituídas por cofre com fixação à parede ou pavimento, devidamente verificado pela PSP.

#### Artigo 34.º

[...]

1 — O proprietário ou o detentor de uma arma das classes B e B1 não pode, em momento algum, ter em seu poder mais de 250 munições por cada uma das referidas classes.

2 — A aquisição de munições depende da apresentação do livrete de manifesto da arma, da licença de uso e porte de arma, do livro de registo de munições e de prova da identidade do titular da licença.

#### Artigo 35.º

[...]

1 — A compra e venda de munições para as armas das classes C e D é livre, mediante prova da identidade do comprador, exibição do livrete de manifesto da respectiva arma ou do documento comprovativo da cedência a título de empréstimo da mesma, licença de uso e porte de arma e emissão de factura discriminada das munições vendidas.

2 — Aos titulares das licenças C e D não é permitida a detenção de mais de 2000 munições para armas da classe D ou de mais de 250 munições para cada calibre de armas da classe C, salvo por autorização especial do director nacional da PSP, mediante requerimento do interessado através do qual comprove possuir as necessárias condições de segurança para o seu armazenamento.

3 — (*Anterior n.º 2.*)

#### Artigo 38.º

[...]

1 — Podem ser objecto de cedência, a título de empréstimo, a terceiro que as possa legalmente deter, as armas das classes C e D, desde que destinadas ao exercício de prática venatória ou treino de caça, nas condições definidas na legislação regulamentar da presente lei.

2 — .....

3 — .....

4 — .....

#### Artigo 39.º

[...]

1 — .....

2 — .....

a) .....

b) .....

c) .....

d) Disparar as armas unicamente em carreiras ou campos de tiro ou no exercício de actos venatórios, actos de gestão cinegética e outras actividades de carácter venatório, nomeadamente no treino de caça em áreas específicas para o efeito, em provas desportivas ou em práticas recreativas em propriedades rústicas privadas em condições de segurança para o efeito;

e) .....

f) .....

g) .....

h) .....

i) .....

#### Artigo 41.º

[...]

1 — .....

2 — As armas de fogo curtas devem ser portadas em condições de segurança, em coldre ou estojo próprio para o seu porte, com dispositivo de segurança, sem qualquer munição introduzida na câmara, com excepção dos revólveres.

3 — As armas de fogo devem ser transportadas de forma separada das respectivas munições, com cadeado de gatilho ou mecanismo que impossibilite o seu uso, ou desmontadas de forma a que não sejam facilmente utilizáveis, ou sem peça que possibilite o seu disparo, em bolsa ou estojo próprios para o modelo em questão, com adequadas condições de segurança.

4 — .....

#### Artigo 42.º

[...]

1 — .....

2 — .....

a) O exercício da prática desportiva ou de actos venatórios, actos de gestão cinegética e outras actividades de carácter venatório, nomeadamente o treino de tiro em zonas de caça nas áreas específicas para o efeito, em provas desportivas e em práticas recreativas em propriedades rústicas privadas com condições de segurança para o efeito;

b) .....

c) .....

#### Artigo 43.º

[...]

1 — O portador que se separe fisicamente da arma de fogo deve colocá-la no interior de um cofre ou armário de segurança não portáteis, sempre que exigido.

2 — Nos casos não abrangidos pelo número anterior, deve o portador retirar à arma peça que possibilite o seu disparo, que deve ser guardada separadamente, ou fixá-la a parede ou a outro objecto fixo, ou apor-lhe cadeado ou mecanismo de bloqueio, por forma a que não seja possível a sua utilização.

3 — O cofre ou armário referidos no n.º 1 podem ser substituídos por casa-forte ou fortificada.

SECÇÃO III

**Proibição de detenção, uso e porte de arma**

Artigo 45.º

[...]

1 — É proibida a detenção, uso e porte de arma, bem como o seu transporte fora das condições de segurança previstas no artigo 41.º, sob a influência de álcool ou de outras substâncias estupefacientes ou psicotrópicas, sendo o portador de arma, por ordem de autoridade policial competente, obrigado, sob pena de incorrer em crime de desobediência qualificada, a submeter-se a provas para a sua detecção.

2 — .....

3 — .....

4 — Para efeitos do disposto no n.º 1, considera-se detenção de arma o facto de esta se encontrar na esfera de disponibilidade imediata do detentor, montada, municiada, e apta a disparar.

Artigo 47.º

[...]

Por despacho do director nacional da PSP, podem ser concedidos alvarás de armeiro para o exercício da actividade de fabrico, compra e venda ou reparação de armas das classes B, B1, C, D, E, F e G e das suas munições, para efeitos cénicos ou cinematográficos e leilão de armas, e ainda para armas e munições de colecções temáticas definidas no artigo 27.º da Lei n.º 42/2006, de 25 de Agosto.

Artigo 48.º

[...]

1 — .....

a) Alvará de armeiro do tipo 1, para o fabrico, montagem e reparação de armas de fogo e suas munições;

b) .....

c) .....

d) Alvará de armeiro do tipo 4, para importar, transferir, deter e ceder temporariamente armas e acessórios de todas as classes, com excepção dos equipamentos, meios militares e material de guerra, para efeitos cénicos e cinematográficos;

e) Alvará de armeiro do tipo 5, para venda e leilão de armas destinadas a colecção.

2 — .....

a) .....

b) .....

c) .....

d) Seja portador do certificado de aprovação para o exercício da actividade de armeiro ou, tratando-se de pessoa colectiva, possua um responsável técnico que preencha os requisitos das alíneas a) a e);

e) .....

f) .....

3 — Quando o requerente for uma pessoa colectiva, os requisitos mencionados nas alíneas a), b), c) e e) do número anterior têm de se verificar relativamente a todos os sócios e gerentes ou aos cinco maiores accionistas ou administradores, conforme os casos.

4 — .....

5 — .....

6 — .....

7 — .....

8 — .....

9 — Aos elementos das forças e serviços de segurança e das Forças Armadas, quando no activo, é interdito o exercício da actividade de armeiro.

10 — Sem prejuízo do disposto no artigo 68.º-A, os titulares de alvará de armeiro só podem exercer a sua actividade em estabelecimentos licenciados para o efeito, de acordo com as regras de segurança definidas, podendo apenas transaccionar, para além de todos os bens, materiais e equipamentos de venda livre, as armas, munições e equipamentos previstos na presente lei que recaiam no âmbito do seu alvará.

11 — O exercício da actividade de armeiro em feiras da especialidade ou feiras agrícolas, bem como em exposições, carece de autorização prévia do director nacional da PSP.

12 — As regras de funcionamento, obrigações, requisitos de concessão e das taxas a cobrar pela emissão dos alvarás de armeiro tipo 4 e 5 são estabelecidos por portaria do Ministério da Administração Interna.

Artigo 51.º

[...]

1 — .....

a) .....

b) .....

c) .....

d) .....

e) Facultar às autoridades competentes, sempre que por estas solicitado, o acesso aos registos de armas e munições, bem como a conferência das armas e munições em existência;

f) Facultar às autoridades competentes, sempre que por estas solicitado, o acesso às armas transferidas de outro Estado membro, bem como à respectiva documentação.

2 — .....

3 — .....

4 — .....

5 — .....

6 — .....

7 — Os registos devem ser mantidos por um período de 20 anos.

Artigo 52.º

[...]

1 — .....

2 — Cabe aos armeiros ou aos seus trabalhadores verificar a identidade do comprador, a existência das licenças ou autorizações habilitantes, confirmar e explicar as características e efeitos da arma e munições vendidas, bem como as regras de segurança aplicáveis.

3 — .....

Artigo 53.º

[...]

1 — O titular de alvará do tipo 1 é obrigado a marcar, de modo permanente, nas armas por ele produzidas, por

marcação incisiva ou indelével, o seu nome ou marca, modelo, país de origem, o ano e o número de série de fabrico e a apresentar, de seguida, as mesmas à PSP para efeitos de exame.

2 — .....

#### Artigo 55.º

[...]

1 — .....

2 — .....

3 — .....

4 — As alterações de características das armas para efeito de maior aptidão venatória ou desportiva são requeridas ao director nacional da PSP, sendo obrigatório o seu averbamento ao respectivo manifesto.

#### Artigo 56.º

[...]

1 — Só é permitido efectuar disparos com armas de fogo em carreiras e campos de tiro devidamente autorizados ou no exercício de actos venatórios, actos de gestão cinegética e outras actividades de carácter venatório, nomeadamente o treino de caça em áreas específicas para o efeito, em provas desportivas, em práticas recreativas em propriedades rústicas privadas em condições de segurança para o efeito e nos demais locais permitidos por lei.

2 — .....

3 — É permitida a prática recreativa de tiro com armas de fogo em propriedades rústicas privadas, desde que observadas as condições de segurança definidas por despacho do director nacional da PSP.

#### Artigo 60.º

[...]

1 — A importação e a exportação de armas de aquisição condicionada, partes essenciais de armas de fogo, munições, fulminantes, cartuchos ou invólucros com fulminantes, punhos para armas de fogo longas e coronhas retrácteis ou rebatíveis, estão sujeitas a prévia autorização do director nacional da PSP.

2 — .....

3 — .....

4 — .....

5 — .....

6 — O requerimento, acompanhado pelo certificado de utilizador final, individual ou colectivo, quando a arma se destine à exportação, indica o tipo, a marca, o modelo, o calibre, o número de série de fabrico, demais características da arma e a indicação de a arma ter sido sujeita ao controlo de conformidade.

7 — Previamente à concessão da autorização de exportação, a PSP solicita ao Ministério dos Negócios Estrangeiros parecer relativo ao cumprimento pelo país de destino dos critérios previstos no Código de Conduta da União Europeia sobre exportação de armas.

8 — O parecer previsto no número anterior é vinculativo e enviado à PSP no prazo de 10 dias após o pedido.

9 — Só podem ser admitidas em território nacional as armas homologadas por despacho do director nacional da PSP, nos termos do artigo 11.º-A.

#### Artigo 62.º

##### Autorização prévia para a importação e exportação temporária

1 — O director nacional da PSP pode emitir autorização prévia, nos seguintes casos:

a) Para a importação e exportação temporária de armas e partes essenciais de armas de aquisição condicionada, destinadas à prática venatória e competições desportivas;

b) Para a importação e exportação temporária de armas e partes essenciais de armas de aquisição condicionada, destinadas a feiras da especialidade, feiras agrícolas ou de colecionadores, exposições, mostruários e demonstrações;

c) Para a importação e exportação temporária de armas e partes essenciais de armas de aquisição condicionada, com vista à sua alteração ou reparação.

2 — O requerimento será formulado pelos proprietários, fabricantes, armeiros, agentes comerciais ou entidades que promovem as iniciativas referidas no n.º 1.

3 — Da autorização constam a classe, tipo, modelo, calibre e demais características das armas e suas quantidades, o prazo de permanência ou ausência do país, bem como, se for caso disso, as regras de segurança a observar.

4 — *(Revogado.)*

#### Artigo 63.º

[...]

1 — .....

2 — A peritagem só pode ser efectuada após o importador ou exportador fornecer os dados que não tenha apresentado no momento do pedido de autorização prévia, relativos às armas de aquisição condicionada, às partes essenciais de armas de fogo, às munições, aos fulminantes, aos cartuchos ou invólucros com fulminantes.

3 — *(Anterior n.º 2.)*

4 — *(Anterior n.º 3.)*

5 — Quando, na sequência da peritagem referida no número anterior, as armas, munições e acessórios sejam classificados como arma com a configuração de armamento militar, o processo de atribuição das autorizações para importação, exportação, transferência, trânsito e transbordo é encerrado, as armas são devolvidas à origem e o respectivo processo de notificação internacional segue o disposto na legislação própria aplicável, no âmbito do Ministério da Defesa Nacional.

#### Artigo 64.º

[...]

1 — A importação e a exportação de armas, partes essenciais de armas de fogo, munições, fulminantes, cartuchos ou invólucros com fulminantes, punhos para armas de fogo longas e coronhas retrácteis ou rebatíveis efectuam-se nas estâncias aduaneiras de Lisboa, Porto, Faro, Ponta Delgada e Funchal da Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo (DGAIEC).

2 — .....

3 — .....

4 — .....

Artigo 65.º

[...]

1 — Na ausência de prévia autorização de importação ou de exportação, as armas, munições e partes essenciais de armas de fogo, fulminantes e invólucros com fulminantes ficam depositados em local a determinar pela PSP ou pelo chefe da estância aduaneira, se esta reunir condições de segurança adequadas, sendo o proprietário notificado de que as armas e munições ou outros artigos serão perdidos a favor do Estado se não for regularizada a sua situação no prazo de 180 dias.

- 2 — .....
- 3 — .....

Artigo 67.º

[...]

1 — A expedição ou transferência de armas de aquisição condicionada, partes essenciais de armas de fogo, munições, fulminantes, cartuchos ou invólucros com fulminantes, punhos para armas de fogo longas e coronhas retrácteis ou rebatíveis de Portugal para os Estados membros da União Europeia depende de autorização, nos termos dos números seguintes.

- 2 — .....
- 3 — .....
- 4 — .....
- 5 — .....
- 6 — .....

Artigo 68.º

[...]

1 — A admissão ou entrada e a circulação de armas de aquisição condicionada, partes essenciais de armas de fogo, munições, fulminantes, cartuchos ou invólucros com fulminantes, punhos para armas de fogo longas e coronhas retrácteis ou rebatíveis procedentes de outros Estados membros da União Europeia dependem de autorização prévia, quando exigida, nos termos dos números seguintes.

- 2 — .....
- 3 — .....

4 — Cumpridos os requisitos dos números anteriores e após verificação por perito da PSP das características dos bens referidos no n.º 1, é emitida uma autorização de transferência definitiva, por despacho do director nacional da PSP, de onde constem os elementos referidos no n.º 2 do artigo anterior.

- 5 — .....

6 — Só podem ser admitidas em território nacional as armas de fogo, reproduções de armas de fogo, armas de salva ou alarme, armas de *starter* e munições homologadas por despacho do director nacional da PSP, nos termos do artigo 11.º-A.

Artigo 70.º

[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — .....
- 4 — .....

5 — São averbadas as armas de propriedade do requerente e aquelas de que é legítimo detentor e utilizador, bem como o seu extravio ou furto.

Artigo 71.º

[...]

1 — .....

2 — O visto prévio a que se refere o número anterior não é exigido para o exercício de prática venatória ou desportiva, desde que comprovado o motivo da deslocação, nomeadamente mediante a apresentação de um convite ou de outro documento que prove a prática das actividades de caça ou de tiro desportivo no Estado membro de destino.

Artigo 73.º

[...]

1 — O manifesto das armas das classes B, B1, C e D e das previstas na alínea c) do n.º 7 e na alínea b) do n.º 8 do artigo 3.º é obrigatório, resulta da sua importação, transferência, fabrico, apresentação voluntária ou aquisição e faz-se em função das respectivas características, classificando-as de acordo com o disposto no artigo 3.º

- 2 — .....
- 3 — .....
- 4 — .....

Artigo 74.º

[...]

1 — As armas sujeitas a manifesto têm de estar marcadas com o nome ou marca de origem, número de série de fabrico, calibre e modelo, com excepção das que foram fabricadas antes de 1950, que apenas têm de estar marcadas com o nome ou marca de origem e número de série de fabrico.

2 — As armas que não estejam marcadas em conformidade com o disposto no número anterior são marcadas com um código numérico e com punção da PSP.

3 — A marcação deve ser efectuada de molde a não diminuir o valor patrimonial das armas.

4 — Cada embalagem de munições produzidas, comercializadas e utilizadas em Portugal tem de ser marcada, de forma a identificar o fabricante, o calibre, o tipo de munição e o número de identificação do lote, em conformidade com regras a estabelecer por portaria do Ministério da Administração Interna.

Artigo 75.º

[...]

1 — .....

2 — As armas que se inutilizem por completo são entregues à PSP para efeitos de peritagem.

3 — Quando da peritagem resultar a reclassificação da arma como arma inutilizada, pode o respectivo proprietário requerer à PSP a sua devolução, quando titular de licença aplicável, ou a sua destruição.

## Artigo 77.º

[...]

1 — Os titulares de licenças e de alvarás previstos na presente lei ou aqueles a quem a respectiva lei orgânica ou estatuto profissional atribui ou dispensa da licença de uso e porte de arma são civilmente responsáveis, independentemente da sua culpa, por danos causados a terceiros em consequência da utilização das armas de fogo que detenham ou do exercício da sua actividade.

2 — .....

3 — Com excepção dos titulares de licenças E ou de licença especial, quando a arma não for da sua propriedade, é obrigatória a celebração de contrato de seguro de responsabilidade civil com empresa seguradora mediante o qual seja transferida a sua responsabilidade até um capital mínimo a definir em portaria conjunta dos Ministros das Finanças e da Administração Interna.

4 — .....

5 — .....

6 — Os titulares de licenças e de alvarás previstos na presente lei ou aqueles a quem a respectiva lei orgânica ou estatuto profissional atribui ou dispensa da licença de uso e porte de arma, deverão fazer prova, a qualquer momento e em sede de fiscalização, da existência de seguro válido.

## Artigo 78.º

[...]

1 — Sem prejuízo do disposto em legislação especial, todas as armas que, independentemente do motivo da entrega ou decisão, sejam declaradas perdidas a favor do Estado, ficam depositadas à guarda da PSP, que promoverá o seu destino.

2 — As armas referidas no número anterior, desde o momento do depósito à guarda da PSP até à decisão final, nomeadamente de destruição, venda, ou utilização pelas forças de segurança, devem ser acompanhadas de registo documental, consultável a todo o tempo pelo interessado, do qual devem constar os seguintes elementos:

a) Identificação da pessoa, ou entidade, que procedeu à entrega;

b) Motivo que determinou a entrega;

c) Agente que recepcionou a entrega e respectiva esquadra;

d) Características da arma, com referência à marca, modelo, calibre, condições de funcionalidade, estado de conservação e demais características relevantes;

e) Fotografia da arma aquando do depósito, da qual deve ser facultada cópia à pessoa ou entidade que procedeu à entrega;

f) Decisão final quanto ao destino da arma.

## Artigo 79.º

## Leilões de armas

1 — A Direcção Nacional da PSP organiza, pelo menos uma vez por ano, uma venda em leilão das armas que tenham sido declaradas perdidas a favor do Estado, apreendidas ou achadas e que se encontrem em condições de serem colocadas no comércio.

2 — .....

3 — .....

## Artigo 80.º

[...]

1 — .....

2 — As armas são depositadas nas instalações da PSP, da Guarda Nacional Republicana, da Polícia Judiciária ou unidade militar que melhor garanta a sua segurança e disponibilidade em todas as fases do processo, sem prejuízo do disposto em legislação especial aplicável aos órgãos de polícia criminal.

3 — .....

4 — .....

5 — Compete à PSP, manter, organizar e disponibilizar um ficheiro informático nacional de armas apreendidas, proceder à sua análise estatística e técnica e difundir informação às entidades nacionais e estrangeiras.

6 — Todas as entidades que procedam à apreensão de armas de fogo, independentemente do motivo que determinou a apreensão, comunicam a sua apreensão à PSP, para efeitos de centralização e tratamento de informação, de acordo com as regras a estabelecer por despacho dos membros do Governo competentes.

7 — Todas as armas apreendidas devem ser peritadas, registadas as suas características e o seu estado de conservação, competindo à entidade à guarda de quem ficam a sua conservação no estado em que se encontravam à data da sua apreensão.

8 — Do ficheiro informático referido no n.º 5 devem constar, entre outros, os seguintes elementos:

a) Entidade apreensora;

b) Despacho judicial que determinou, ou validou a apreensão, com menção do número do processo e respectivo tribunal.

## Artigo 81.º

[...]

Não é permitida a publicidade a armas, suas características e aptidões, excepto em meios de divulgação da especialidade, feiras de armas, feiras de caça, provas desportivas de tiro e, relativamente a armas longas, feiras agrícolas, bem como a publicidade da venda em leilão nos termos do artigo 79.º-A.

## Artigo 82.º

[...]

1 — .....

2 — .....

3 — .....

4 — O achado, logo que disponibilizado pelas autoridades, se for susceptível de comércio ou manifesto, será objecto de venda em leilão, revertendo o produto da venda para o achador, podendo este, em alternativa, requerer o seu manifesto, se for titular da licença aplicável.

## Artigo 84.º

[...]

1 — As competências atribuídas na presente lei ao director nacional da PSP podem ser delegadas e subdelegadas nos termos da lei.

2 — Compete ao director nacional da PSP a emissão de normas técnicas destinadas a estabelecer e harmonizar procedimentos operativos no âmbito do regime jurídico das armas e munições.

Artigo 85.º

[...]

O disposto na presente lei relativamente ao certificado de aprovação para o uso e porte de armas de fogo não é aplicável aos requerentes que, pela sua experiência profissional nas Forças Armadas e nas forças e serviços de segurança, tenham adquirido instrução própria no uso e manejo de armas de fogo que seja considerada adequada e bastante em certificado a emitir pelo comando ou direcção competente, nos termos da legislação regulamentar da presente lei.

Artigo 86.º

**Detenção de arma proibida e crime cometido com arma**

1 — Quem, sem se encontrar autorizado, fora das condições legais ou em contrário das prescrições da autoridade competente, detiver, transportar, importar, transferir, guardar, comprar, adquirir a qualquer título ou por qualquer meio ou obtiver por fabrico, transformação, importação, transferência ou exportação, usar ou trazer consigo:

a) Equipamentos, meios militares e material de guerra, arma biológica, arma química, arma radioactiva ou susceptível de explosão nuclear, arma de fogo automática, explosivo civil, engenho explosivo ou incendiário improvisado é punido com pena de prisão de 2 a 8 anos;

b) Produtos ou substâncias que se destinem ou possam destinar, total ou parcialmente, a serem utilizados para o desenvolvimento, produção, manuseamento, accionamento, manutenção, armazenamento ou proliferação de armas biológicas, armas químicas ou armas radioactivas ou susceptíveis de explosão nuclear, ou para o desenvolvimento, produção, manutenção ou armazenamento de engenhos susceptíveis de transportar essas armas, é punido com pena de prisão de 2 a 5 anos;

c) Arma das classes B, B1, C e D, espingarda ou carabina facilmente desmontável em componentes de reduzida dimensão com vista à sua dissimulação, espingarda não modificada de cano de alma lisa inferior a 46 cm, arma de fogo dissimulada sob a forma de outro objecto, ou arma de fogo transformada ou modificada, é punido com pena de prisão de 1 a 5 anos ou com pena de multa até 600 dias;

d) Arma da classe E, arma branca dissimulada sob a forma de outro objecto, faca de abertura automática, estilete, faca de borboleta, faca de arremesso, estrela de lançar, *boxers*, outras armas brancas ou engenhos ou instrumentos sem aplicação definida que possam ser usados como arma de agressão e o seu portador não justifique a sua posse, aerossóis de defesa não constantes da alínea a) do n.º 7 do artigo 3.º, armas lançadoras de gases, bastão, bastão extensível, bastão eléctrico, armas eléctricas não constantes da alínea b) do n.º 7 do artigo 3.º, quaisquer engenhos ou instrumentos construídos exclusivamente com o fim de serem utilizados como arma de agressão, silenciador, partes essenciais da arma de fogo, munições, bem como munições com os respectivos projecteis expansivos, perfurantes, explosivos ou incendiários, é punido com pena de prisão até 4 anos ou com pena de multa até 480 dias.

2 — .....

3 — As penas aplicáveis a crimes cometidos com arma são agravadas de um terço nos seus limites mínimo e máximo, excepto se o porte ou uso de arma for elemento do respectivo tipo de crime ou a lei já previr agravação mais elevada para o crime, em função do uso ou porte de arma.

4 — Para os efeitos previstos no número anterior, considera-se que o crime é cometido com arma quando qualquer participante traga, no momento do crime, arma aparente ou oculta prevista nas alíneas a) a d) do n.º 1, mesmo que se encontre autorizado ou dentro das condições legais ou prescrições da autoridade competente.

5 — Em caso algum pode ser excedido o limite máximo de 25 anos da pena de prisão.

Artigo 87.º

**Tráfico e mediação de armas**

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — .....

Artigo 88.º

[...]

1 — Quem, pelo menos por negligência, detiver, transportar fora das condições de segurança previstas no artigo 41.º, usar ou portar arma com uma taxa de álcool no sangue igual ou superior a 1,2 g/l é punido com pena de prisão até 1 ano ou com pena de multa até 360 dias.

2 — Na mesma pena incorre quem, pelo menos por negligência, detiver, transportar fora das condições de segurança previstas no artigo 41.º, usar ou portar arma não estando em condições de o fazer com segurança, por se encontrar sob a influência de substâncias estupefacientes ou psicotrópicas ou produtos com efeito análogo perturbadores da aptidão física, mental ou psicológica.

Artigo 89.º

[...]

Quem, sem estar especificamente autorizado por legítimo motivo de serviço ou pela autoridade legalmente competente, transportar, detiver, usar, distribuir ou for portador, em recintos desportivos ou religiosos, em zona de exclusão, em estabelecimentos ou locais onde decorra manifestação cívica ou política, bem como em estabelecimentos ou locais de diversão, feiras e mercados, qualquer das armas previstas no n.º 1 do artigo 2.º, bem como quaisquer munições, engenhos, instrumentos, mecanismos, produtos ou substâncias referidos no artigo 86.º, é punido com pena de prisão até 5 anos ou com pena de multa até 600 dias, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.

Artigo 91.º

[...]

1 — Pode ser temporariamente interdita a frequência, participação ou entrada em estabelecimento de ensino, recinto desportivo, estabelecimentos ou locais de diversão, locais onde ocorra manifestação cultural, desportiva

ou venatória, feira ou mercado, campo ou carreira de tiro, a quem for condenado:

- a) .....
- b) .....
- 2 — .....
- 3 — .....
- 4 — .....
- 5 — .....

#### Artigo 95.º

##### Responsabilidade criminal das pessoas colectivas e equiparadas

As pessoas colectivas e entidades equiparadas são responsáveis, nos termos gerais, pelos crimes previstos no n.º 1 do artigo 86.º e no artigo 87.º

#### Artigo 97.º

[...]

Quem, sem se encontrar autorizado, fora das condições legais ou em contrário das prescrições da autoridade competente, detiver, transportar, importar, guardar, comprar, adquirir a qualquer título ou por qualquer meio ou obtiver por fabrico, transformação, importação ou exportação, usar ou trazer consigo reprodução de arma de fogo, arma de alarme, munições de salva ou alarme ou armas das classes F e G, é punido com uma coima de € 600 a € 6000.

#### Artigo 98.º

[...]

Quem, sendo titular de licença, detiver, usar ou for portador, transportar arma fora das condições legais, afectar arma a actividade diversa da autorizada pelo director nacional da PSP ou em violação das normas de conduta previstas na presente lei é punido com uma coima de € 500 a € 5000.

#### Artigo 99.º

[...]

1 — Quem não observar o disposto:

- a) No n.º 3 do artigo 31.º e nos artigos 34.º e 35.º, é punido com uma coima de € 250 a € 2500;
- b) No artigo 19.º-A, é punido com uma coima de € 500 a € 5000;
- c) No n.º 6 do artigo 11.º, no n.º 3 do artigo 18.º e nos n.ºs 1 e 3 do artigo 38.º, é punido com uma coima de € 600 a € 6000;
- d) [Anterior alínea c).]

2 — Quem proceder à alteração das características das reproduções de armas de fogo para práticas recreativas é punido com coima de € 500 a € 1000.

#### Artigo 101.º

[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — Quem, não sendo titular de alvará para a exploração de carreira ou campo de tiro, se encon-

trar a exercer esta actividade é punido com coima de € 20 000 a € 40 000.

4 — Quem exercer comércio electrónico de armas, munições e acessórios da classe A e partes essenciais dessas armas é punido com coima de € 2000 a € 20 000.

5 — Quem exercer comércio electrónico em violação do disposto no artigo 50.º-A é punido com coima de € 1000 a € 10 000.

6 — Quem frequentar ou utilizar carreira ou campo de tiro não licenciado, conhecendo ou devendo conhecer, essa falta de licenciamento, é punido com coima de € 500 a € 2000.

#### Artigo 107.º

[...]

1 — O agente ou autoridade policial procede à apreensão da ou das armas de fogo, munições e respectivas licenças e manifestos, emitindo documento de apreensão com a descrição da ou das armas, munições e documentação, quando:

- a) .....
- b) .....
- c) Se encontrarem fora das condições legais ou em violação das prescrições da autoridade competente.
- 2 — .....
- 3 — .....
- 4 — .....

#### Artigo 108.º

[...]

1 — Sem prejuízo da cassação de licenças por autoridade judiciária, o director nacional da PSP pode determinar a cassação:

a) De qualquer licença de detenção, uso, ou porte de arma, quando o titular tenha sido condenado pela prática de crime doloso, cometido com uso de violência, em pena superior a 1 ano de prisão;

b) Das licenças C e D obtidas com base na titularidade de carta de caçador, quando o titular foi condenado pela prática de infracção no exercício de acto venatório, tendo-lhe sido interditado o direito de caçar ou cassada a respectiva autorização, ou cessado, por caducidade, a referida autorização;

c) De qualquer licença de detenção, uso, ou porte de arma, quando o titular for condenado por crime de maus tratos ao cônjuge ou a quem com ele viva em condições análogas, aos filhos ou a menores ao seu cuidado, ou quando pelo mesmo crime foi determinada a suspensão provisória do processo de inquérito;

d) De qualquer licença de detenção, uso, ou porte de arma, quando ao titular for aplicada medida de coacção de obrigação de não contactar com determinadas pessoas ou não frequentar certos lugares ou certos meios;

e) De qualquer licença de detenção, uso, ou porte de arma, quando ao titular for aplicada a medida de suspensão provisória do processo de inquérito mediante a imposição de idênticas injunções ou regras de conduta;

f) De qualquer licença de detenção, uso, ou porte de arma, ao titular que utilizou a arma para fins não autorizados ou diferentes daqueles a que a mesma se destina ou violou as normas de conduta do portador de arma;

g) Da licença de tiro desportivo, quando tenha cessado, por qualquer forma, a atinente licença federativa;

h) De qualquer licença de detenção, uso, ou porte de arma, quando o titular contribuiu com culpa para o furto ou extravio da arma;

i) De qualquer licença de detenção, uso, ou porte de arma, quando o titular contribuiu com culpa, na guarda, segurança ou transporte da arma, para a criação de perigo ou verificação de acidente.

2 — Nos casos previstos no n.º 1 do artigo anterior é lavrado termo de cassação provisória que seguirá juntamente com o expediente resultante da notícia do crime ou da contra-ordenação para os serviços do Ministério Público ou para a PSP, respectivamente.

3 — Nos casos previstos nas alíneas f), h) e i) do n.º 1 e nos casos em que o titular de licença de tiro desportivo tenha sido expulso da respectiva federação, a concessão de nova licença só é autorizada decorridos cinco anos após a cassação e implica sempre a verificação de todos os requisitos exigidos para a sua concessão.

4 — A Autoridade Florestal Nacional deve comunicar à Direcção Nacional da PSP, no prazo de 60 dias após a sua ocorrência, a cassação ou a caducidade da autorização para a prática de actos venatórios, bem como todas as interdições efectivas do direito de caçar de que tenha conhecimento.

5 — Para efeitos do disposto nas alíneas a), c), d) e e) do n.º 1, a cassação não ocorrerá se, observado o procedimento previsto no n.º 3 do artigo 14.º, instaurado pelo interessado até 30 dias após o trânsito em julgado da condenação, medida de coacção fixada ou da decisão da suspensão provisória do processo de inquérito, houver reconhecimento judicial da idoneidade do titular para a sua manutenção.

6 — Para efeitos do disposto nas alíneas f), h) e i) do n.º 1 e nos casos em que o titular de licença de tiro desportivo tenha sido expulso da respectiva federação, a PSP instaura um processo de inquérito com todos os elementos atinentes ao fundamento da cassação relativos à infracção e outros considerados necessários.

7 — A cassação da licença implica a sua entrega na PSP, acompanhada da arma ou armas que a mesma autoriza e respectivos documentos inerentes, no prazo de 15 dias após a notificação do despacho, sob pena de cometimento de crime de desobediência qualificada.

8 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, no prazo de 180 dias após o depósito ou após a data em que a decisão se tornar definitiva, pode o interessado proceder à transmissão da arma, remetendo à PSP o respectivo comprovativo.

9 — Findo o prazo referido no número anterior, a arma é declarada perdida a favor do Estado.

Artigo 109.º

[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — .....

4 — Compete ainda à PSP a verificação dos bens presentes na presente lei e que se encontrem em trânsito nas zonas portuárias e aeroportuárias internacionais, com a possibilidade de abertura de volumes e contentores, para avaliação do seu destino e proveniência.

Artigo 113.º

[...]

- 1 — .....
- a) .....
- b) .....
- c) .....
- d) Autorização de uso e porte de arma de defesa ‘modelo V’ e ‘modelo V-A’ transita para licença especial, aplicando-se as mesmas regras que a esta relativamente à caducidade e validade, bem como no que se refere aos requisitos previstos para a sua concessão;
- e) .....
- 2 — .....
- 3 — .....

Artigo 2.º

Aditamento à Lei n.º 5/2006, de 23 de Fevereiro

São aditados os artigos 11.º-A, 19.º-A, 50.º-A, 68.º-A, 79.º-A, 95.º -A, 99.º-A e 112.º-A à Lei n.º 5/2006, de 23 de Fevereiro, que aprova o novo regime jurídico das armas e suas munições, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 59/2007, de 4 de Setembro, com a seguinte redacção:

«Artigo 11.º-A

Homologação

1 — São sujeitas a homologação, mediante catálogo a publicar anualmente pela PSP, as armas de fogo, reproduções de armas de fogo, armas de salva ou alarme, armas de *starter* e munições destinadas a venda, aquisição, cedência, detenção, importação, exportação e transferência.

2 — Para fins de homologação de armas de fogo, reproduções de armas de fogo, armas de salva ou alarme, armas de *starter* e munições, que não constem do catálogo referido no n.º 1, o interessado submete requerimento ao director nacional da PSP, sendo o processo instruído com a descrição técnica pormenorizada da arma e munições e com catálogo fotográfico, em modelo e condições a definir por despacho do director nacional da PSP.

3 — É proibida a importação, exportação, transferência e comércio, em território nacional, de armas de fogo, reproduções de armas de fogo, armas de salva ou alarme, armas de *starter* e munições não homologadas.

Artigo 19.º-A

Licença para menores

Sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 15.º, aos menores com a idade mínima de 16 anos pode ser autorizado o uso e porte de armas da classe D, para a prática de actos venatórios de caça maior ou menor, desde que acompanhados no mesmo acto cinegético por quem exerce a responsabilidade parental ou, mediante autorização escrita deste e sendo portadores desta autorização, por qualquer pessoa habilitada com licença para a prática do acto venatório, identificada naquela autorização, que seja simultaneamente proprietária da arma utilizada pelo menor e titular da licença correspondente.

## Artigo 50.º-A

**Comércio electrónico**

1 — É permitido aos armeiros o comércio electrónico de bens que recaiam no âmbito do seu alvará, com excepção de armas, munições e acessórios da classe A e partes essenciais dessas armas.

2 — O comércio electrónico não dispensa que a aquisição de bens permitidos ao abrigo da presente lei seja titulada pelos originais ou fotocópias autenticadas dos documentos necessários para a sua realização, nem que a sua entrega seja efectuada no estabelecimento de armeiro, cujo alvará permita a referida transacção, mantendo-se as obrigações do n.º 2 do artigo 52.º

3 — Para efeitos do disposto no número anterior, não é admissível a apresentação de fotocópias autenticadas de autorizações prévias de importação, exportação ou de transferência.

## Artigo 68.º-A

**Transferência temporária**

1 — O director nacional da PSP pode autorizar previamente a transferência temporária de:

a) Armas e partes essenciais de armas de aquisição condicionada, destinadas a práticas venatórias e competições desportivas;

b) Armas e partes essenciais de armas de aquisição condicionada, destinadas a feiras da especialidade, feiras agrícolas ou de colecionadores, exposições, mostruários e demonstrações;

c) Armas e partes essenciais de armas de aquisição condicionada, com vista à sua alteração ou reparação.

2 — O requerimento será formulado pelos proprietários, fabricantes, armeiros, agentes comerciais e entidades que promovem as iniciativas referidas no n.º 1.

3 — Da autorização constam a classe, tipo, marca, modelo, calibre, número de série de fabrico e demais características da arma ou munições, e as suas quantidades, o prazo de permanência ou ausência do País, bem como as regras de segurança a observar.

4 — A autorização prevista na alínea a) do n.º 1 é dispensada aos titulares do cartão europeu de arma de fogo, desde que nele estejam averbadas as armas a transferir.

## Artigo 79.º-A

**Publicidade da venda em leilão**

1 — Quando decidida a venda em leilão, como destino das armas, procede-se à respectiva publicitação, mediante editais, anúncios e divulgação através da Internet.

2 — Os editais são afixados, com a antecipação de 10 dias úteis, na porta de cada um dos comandos distritais da PSP.

3 — Os anúncios são publicados, com a antecipação referida no número anterior, num dos jornais mais lidos de expressão nacional.

4 — Em todos os meios de publicitação da venda incluem-se, para que permita a sua fácil compreensão, as seguintes indicações:

- a) Número de armas por cada classe;
- b) Local, data e hora da venda em leilão.

5 — Os bens destinados a leilão devem estar expostos para exame dos interessados, durante os cinco dias anteriores à data prevista para a sua venda em leilão, devendo, para o efeito, os interessados solicitar informação a uma qualquer esquadra da PSP, sobre o local e hora onde podem examinar os bens.

6 — A publicitação através da Internet faz-se mediante a publicação, em destaque, no sítio oficial da PSP, do anúncio referido no n.º 3, durante os 15 dias que antecedem o leilão.

7 — A publicação de anúncios poderá não ter lugar quando o departamento responsável pela venda considere justificadamente os bens de reduzido valor, procedendo-se, porém, sempre, à afixação de editais e à publicitação através da Internet.

8 — No que não esteja expressamente previsto na presente lei, à venda das armas aplicar-se-á, com as necessárias adaptações, o disposto nos artigos 248.º e seguintes do Código de Procedimento e de Processo Tributário.

## Artigo 95.º-A

**Detenção e prisão preventiva**

1 — Há lugar à detenção em flagrante delito pelos crimes previstos nos artigos 86.º, 87.º e 89.º da presente lei e pelos crimes cometidos com arma puníveis com pena de prisão.

2 — A detenção prevista no número anterior deve manter-se até o detido ser apresentado a audiência de julgamento sob a forma sumária ou a primeiro interrogatório judicial para eventual aplicação de medida de coacção ou de garantia patrimonial, sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 143.º, no n.º 1 do artigo 261.º, no n.º 3 do artigo 382.º e no n.º 2 do artigo 385.º do Código de Processo Penal.

3 — Fora de flagrante delito, a detenção pelos crimes previstos no n.º 1 pode ser efectuada por mandado do juiz ou, nos casos em que for admissível prisão preventiva, do Ministério Público.

4 — As autoridades de polícia criminal podem também ordenar a detenção fora de flagrante delito, por iniciativa própria, nos casos previstos na lei, e devem fazê-lo se houver perigo de continuação da actividade criminosa.

5 — É aplicável ao arguido a prisão preventiva quando houver fortes indícios da prática de crime doloso previsto no n.º 1, punível com pena de prisão no máximo superior a 3 anos, verificadas as demais condições de aplicação da medida.

## Artigo 99.º-A

**Violação específica de norma de conduta atinente à renovação de licença de uso e porte de arma**

1 — Quem, sendo detentor de arma, deixar caducar a sua licença de uso e porte de arma, tendo ou não posteriormente promovido a tramitação necessária à sua legalização prevista nos n.ºs 1 e 3 do artigo 29.º, é punido com coima de € 250 a € 2500.

2 — A detenção de arma, verificada a caducidade da licença de uso e porte de arma sem que tenha sido promovida a sua renovação, requerida nova licença aplicável no prazo previsto no n.º 1 do artigo 29.º ou solicitada a sua titularidade ao abrigo de outra licença aplicável conforme o disposto no n.º 3 do artigo 29.º, é considerada detenção de arma fora das condições legais, para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 86.º e do artigo 97.º

## Artigo 112.º-A

**Reclassificação de armas**

1 — As armas que, no âmbito da presente lei, venham a ser reclassificadas só podem ser detidas e utilizadas nos termos permitidos pela presente lei.

2 — Se o titular da arma reclassificada não a puder deter e utilizar no âmbito da presente lei, tem o prazo de seis meses para proceder à sua venda ou inutilização, sob pena de a mesma ser declarada perdida a favor do Estado.»

## Artigo 3.º

**Alteração à sistemática da Lei n.º 5/2006, de 23 de Fevereiro**

1 — O capítulo II da Lei n.º 5/2006, de 23 de Fevereiro, passa a denominar-se «Homologação, licenças para uso e porte de armas ou sua detenção».

2 — A secção I do capítulo II da Lei n.º 5/2006, de 23 de Fevereiro, passa a denominar-se «Homologação, tipos de licença e atribuição».

## Artigo 4.º

**Republicação**

É republicada, em anexo à presente lei, da qual faz parte integrante, a Lei n.º 5/2006, de 23 de Fevereiro, com a redacção actual, sem prejuízo da caducidade do disposto no artigo 112.º, nos n.ºs 2 e 3 do artigo 113.º, nos artigos 115.º e 117.º e nas alíneas a) e b) do artigo 119.º da mesma.

## Artigo 5.º

**Disposições transitórias**

1 — As armas classificadas ao abrigo da anterior redacção do n.º 3 do artigo 1.º, como utilizando munições de calibre obsoleto, que não forem abrangidas pela portaria do Ministério da Administração Interna a que se refere a actual redacção do n.º 3 do artigo 1.º, devem ser manifestadas no prazo de seis meses a contar da publicação daquela portaria.

2 — Quem detiver entre três a cinco armas das classes C e D, fica obrigado a observar as condições de guarda das armas a que se refere o artigo 32.º, no prazo de três meses a partir da entrada em vigor da presente lei.

3 — Quem desenvolver as actividades compreendidas nas alíneas d) e e) do n.º 1 do artigo 48.º fica obrigado a requerer o respectivo alvará de armeiro no prazo de seis meses a partir da entrada em vigor da presente lei.

4 — Quem detiver munições cujo número exceda os limites previstos no artigo 35.º da presente lei, deverá obedecer aos limites previstos no referido artigo, no prazo de três meses a partir da entrada em vigor da presente lei.

## Artigo 6.º

**Regulamentação**

São aprovadas por portaria do Ministério da Administração Interna, a publicar no prazo de 180 dias, as normas relativas às seguintes matérias:

a) A lista das armas obsoletas a que se refere o n.º 3 do artigo 1.º;

b) A marcação das embalagens de munições a que se refere o n.º 4 do artigo 74.º

## Artigo 7.º

**Norma revogatória**

São revogados o n.º 5 do artigo 30.º, o n.º 4 do artigo 62.º e o anexo a que se referia o n.º 3 do artigo 1.º da presente lei, na sua redacção original.

## Artigo 8.º

**Entrada em vigor**

1 — A presente lei entra em vigor 30 dias após a sua publicação.

2 — O artigo 11.º-A entra em vigor um ano após a publicação da presente lei.

Aprovada em 19 de Março de 2009.

O Presidente da Assembleia da República, *Jaime Gama*.

Promulgada em 21 de Abril de 2009.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendada em 22 de Abril de 2009.

O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

ANEXO

**Republicação da Lei n.º 5/2006, de 23 de Fevereiro**

## CAPÍTULO I

**Disposições gerais**

## SECÇÃO I

**Objecto, âmbito, definições legais e classificação das armas**

## Artigo 1.º

**Objecto e âmbito**

1 — A presente lei estabelece o regime jurídico relativo ao fabrico, montagem, reparação, importação, exportação, transferência, armazenamento, circulação, comércio, aquisição, cedência, detenção, manifesto, guarda, segurança, uso e porte de armas, seus componentes e munições, bem como o enquadramento legal das operações especiais de prevenção criminal.

2 — Ficam excluídas do âmbito de aplicação da presente lei as actividades relativas a armas e munições destinadas às Forças Armadas, às forças e serviços de segurança, bem como a outros serviços públicos cuja lei expressamente as exclua, bem como aquelas que se destinem exclusivamente a fins militares.

3 — Ficam ainda excluídas do âmbito de aplicação da presente lei as actividades referidas no n.º 1 relativas a armas de fogo e munições cuja data de fabrico seja anterior a 1 de Janeiro de 1891, bem como aquelas que utilizem munições obsoletas, constantes de portaria do Ministério da Administração Interna ou que obtenham essa classificação por peritagem individual da Polícia de Segurança Pública (PSP).

4 — Ficam também excluídos do âmbito de aplicação da presente lei:

a) As espadas, sabres, espadins, baionetas e outras armas tradicionalmente destinados a honras e cerimoniais militares ou a outras cerimónias oficiais;

b) Os marcadores de *paintball*, respectivas partes e acessórios.

5 — A detenção, uso e porte de arma por militares dos quadros permanentes das Forças Armadas e por membros das forças e serviços de segurança são regulados por lei própria.

## Artigo 2.º

### Definições legais

Para efeitos do disposto na presente lei e sua regulamentação e com vista a uma uniformização conceptual, entende-se por:

1 — Tipos de armas:

a) «Aerossol de defesa» todo o contentor portátil de gases comprimidos cujo destino seja unicamente o de produzir descargas de gases momentaneamente neutralizantes da capacidade agressora, não podendo pela sua apresentação e características ser confundido com outras armas ou dissimular o fim a que se destina;

b) «Arco» a arma branca destinada a lançar flechas mediante o uso da força muscular;

c) «Arma de acção dupla» a arma de fogo que pode ser disparada efectuando apenas a operação de accionar o gatilho;

d) «Arma de acção simples» a arma de fogo que é disparada mediante duas operações constituídas pelo armar manual do mecanismo de disparo e pelo accionar do gatilho;

e) «Arma de alarme ou salva» o dispositivo com a configuração de uma arma de fogo destinado unicamente a produzir um efeito sonoro semelhante ao produzido por aquela no momento do disparo;

f) «Arma de ar comprimido» a arma accionada por ar ou outro gás comprimido, com cano de alma lisa ou estriada, destinada a lançar projectil metálico;

g) «Arma de ar comprimido desportiva» a arma de ar comprimido reconhecida por uma federação desportiva como adequada para a prática de tiro desportivo, nos termos do disposto na respectiva lei;

h) «Arma de ar comprimido de aquisição condicionada» a arma de ar comprimido capaz de propulsar projecteis de calibre superior a 5,5 mm e as de qualquer calibre, capazes de propulsar projecteis, cuja energia cinética, medida à boca do cano, seja igual ou superior a 24 J;

i) «Arma de ar comprimido de aquisição livre» a arma de ar comprimido, de calibre até 5,5 mm, capaz de propulsar projecteis, cuja energia cinética, medida à boca do cano, seja inferior a 24 J;

j) «Arma automática» a arma de fogo que, mediante uma única acção sobre o gatilho ou disparador, faz uma série contínua de vários disparos;

l) «Arma biológica» o engenho susceptível de libertar ou de provocar contaminação por agentes microbiológicos ou outros agentes biológicos, bem como toxinas, seja qual for a sua origem ou modo de produção, de tipos e em quantidades que não sejam destinados a fins profilácticos

de protecção ou outro de carácter pacífico e que se mostrem nocivos ou letais para a vida;

m) «Arma branca» todo o objecto ou instrumento portátil dotado de uma lâmina ou outra superfície cortante, perfurante, ou corto-contundente, de comprimento igual ou superior a 10 cm e, independentemente das suas dimensões, as facas borboleta, as facas de abertura automática ou de ponta e mola, as facas de arremesso, os estiletos com lâmina ou haste e todos os objectos destinados a lançar lâminas, flechas ou virotões;

n) «Arma de carregamento pela boca» a arma de fogo em que a culatra não pode ser aberta manualmente e o carregamento da carga propulsora e do projectil só podem ser efectuados pela boca do cano, no caso das armas de um ou mais canos, e pela boca das câmaras, nas armas equipadas com tambor, considerando-se equipadas às de carregamento pela boca as armas que, tendo uma culatra móvel, não podem disparar senão cartucho combustível, sendo o sistema de ignição colocado separadamente no exterior da câmara;

o) «Arma eléctrica» todo o sistema portátil alimentado por fonte energética e destinado unicamente a produzir descarga eléctrica momentaneamente neutralizante da capacidade motora humana, não podendo, pela sua apresentação e características, ser confundida com outras armas ou dissimular o fim a que se destina;

p) «Arma de fogo» todo o engenho ou mecanismo portátil destinado a provocar a deflagração de uma carga propulsora geradora de uma massa de gases cuja expansão impele um ou mais projecteis;

q) «Arma de fogo curta» a arma de fogo cujo cano não exceda 30 cm ou cujo comprimento total não exceda 60 cm;

r) «Arma de fogo inutilizada» a arma de fogo a que foi retirada ou inutilizada peça ou parte essencial para obter o disparo do projectil e que seja acompanhada de certificado de inutilização emitido ou reconhecido pela Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública (PSP);

s) «Arma de fogo longa» qualquer arma de fogo com exclusão das armas de fogo curtas;

t) «Arma de fogo desactivada» a arma de fogo a que foi retirada peça ou peças necessárias para obter o disparo do projectil;

u) «Arma de fogo obsoleta» a arma de fogo excluída do âmbito de aplicação da lei por ser de fabrico anterior a 1 de Janeiro de 1891, bem como aquelas que, sendo de fabrico posterior àquela data, utilizem munições obsoletas constantes da lista de calibres obsoletos publicada em portaria do Ministério da Administração Interna ou que obtenham essa classificação por peritagem individual da PSP;

v) «Arma de fogo modificada» a arma de fogo que, mediante uma intervenção não autorizada de qualquer tipo, sofreu alterações das suas partes essenciais, marcas e numerações de origem, ou aquela cuja coronha tenha sido reduzida de forma relevante na sua dimensão a um punho ou substituída por outra telescópica ou rebatível;

x) «Arma de fogo transformada» o dispositivo que, mediante uma intervenção mecânica modificadora, obteve características que lhe permitem funcionar como arma de fogo;

z) «Arma lançadora de gases» o dispositivo portátil destinado a lançar gases por um cano;

aa) «Arma lança-cabos» o mecanismo portátil com a configuração de uma arma de fogo, destinado unicamente a lançar linha ou cabo;

ab) «Arma química» o engenho ou qualquer equipamento, munição ou dispositivo especificamente concebido para libertar produtos tóxicos e seus precursores que pela sua acção química sobre os processos vitais possa causar a morte ou lesões em seres vivos;

ac) «Arma radioactiva ou susceptível de explosão nuclear» o engenho ou produto susceptível de provocar uma explosão por fissão ou fusão nuclear ou libertação de partículas radioactivas ou ainda susceptível de, por outra forma, difundir tal tipo de partículas;

ad) «Arma de repetição» a arma de fogo com depósito fixo ou com carregador amovível que, após cada disparo, é recarregada pela acção do atirador sobre um mecanismo que transporta e introduz na câmara nova munição, retirada do depósito ou do carregador ou que posiciona a câmara para ser disparada a munição que contém;

ae) «Arma semiautomática» a arma de fogo com depósito fixo ou com carregador amovível que, após cada disparo, se carrega automaticamente e que não pode, mediante uma única acção sobre o gatilho, fazer mais de um disparo;

af) «Arma de sinalização» o mecanismo portátil com a configuração de arma de fogo destinado a lançar um dispositivo pirotécnico de sinalização, cujas características excluem a conversão para o tiro de qualquer outro tipo de projectil;

ag) «Reprodução de arma de fogo para práticas recreativas» o mecanismo portátil com a configuração de arma de fogo das classes A, B, B1, C e D, pintado com cor fluorescente, amarela ou encarnada, indelével, claramente visível quando empunhado, em 5 cm a contar da boca do cano e na totalidade do punho, caso se trate de arma curta, ou em 10 cm a contar da boca do cano e na totalidade da coronha, caso se trate de arma longa, por forma a não ser susceptível de confusão com as armas das mesmas classes, apto unicamente a disparar esfera não metálica cuja energia à saída da boca do cano não seja superior a 1,3 J para calibres inferiores ou iguais a 6 mm e munições compactas ou a 13 J para outros calibres e munições compostas por substâncias gelatinosas;

ah) «Marcador de *paintball*» o mecanismo portátil propulsionado a ar comprimido, apto unicamente a disparar esfera não metálica constituída por tinta hidrossolúvel e biodegradável não poluente contida em invólucro de gelatina, cuja energia à saída da boca do cano não seja superior a 13 J;

ai) «Arma submarina» a arma branca destinada unicamente a disparar arpão quando submersa em água;

aj) «Arma de tiro a tiro» a arma de fogo sem depósito ou carregador, de um ou mais canos, que é carregada mediante a introdução manual de uma munição em cada câmara ou câmaras ou em compartimento situado à entrada destas;

al) «Arma veterinária» o mecanismo portátil com a configuração de uma arma de fogo destinado unicamente a disparar projectil de injeção de anestésicos ou outros produtos veterinários sobre animais;

am) «Bastão eléctrico» a arma eléctrica com a forma de um bastão;

an) «Bastão extensível» o instrumento portátil telescópico, rígido ou flexível, destinado a ser empunhado como meio de agressão ou defesa;

ao) «Besta» a arma branca dotada de mecanismo de disparo que se destina exclusivamente a lançar virotão;

ap) «Boxer» o instrumento metálico ou de outro material duro destinado a ser empunhado e a ampliar o efeito resultante de uma agressão;

aq) «Carabina» a arma de fogo longa com cano de alma estriada;

ar) «Espingarda» a arma de fogo longa com cano de alma lisa;

as) «Estilete» a arma branca, ou instrumento com configuração de arma branca, composta por uma haste perfurante sem gumes e por um punho;

at) «Estrela de lançar» a arma branca, ou instrumento com configuração de arma branca, em forma de estrela com pontas cortantes que se destina a ser arremessada manualmente;

au) «Faca de arremesso» a arma branca, ou instrumento com configuração de arma branca, composta por uma lâmina integrando uma zona de corte e perfuração e outra destinada a ser empunhada ou a servir de contrapeso com vista a ser lançada manualmente;

av) «Faca de borboleta» a arma branca, ou instrumento com configuração de arma branca, composta por uma lâmina articulada num cabo ou empunhadura dividido longitudinalmente em duas partes também articuladas entre si, de tal forma que a abertura da lâmina pode ser obtida instantaneamente por um movimento rápido de uma só mão;

ax) «Faca de abertura automática ou faca de ponta e mola» a arma branca, ou instrumento com configuração de arma branca, composta por um cabo ou empunhadura que encerra uma lâmina, cuja disponibilidade pode ser obtida instantaneamente por acção de uma mola sob tensão ou outro sistema equivalente;

az) «Pistola» a arma de fogo curta, de tiro a tiro, de repetição ou semiautomática;

aaa) «Pistola-metralhadora» a arma de fogo automática, compacta, que utiliza munições para arma de fogo curta;

aab) «Réplica de arma de fogo» a arma de fogo de carregamento pela boca, apta a disparar um ou mais projecteis, utilizando carga de pólvora preta ou similar, que não seja classificada no âmbito do n.º 3 do artigo 1.º;

aac) «Reprodução de arma de fogo» o mecanismo portátil com a configuração de uma arma de fogo que, pela sua apresentação e características, possa ser confundida com as armas previstas nas classes A, B, B1, C e D, com exclusão das reproduções de arma de fogo para práticas recreativas, das armas de alarme ou de salva não transformáveis e das armas de *starter*;

aad) «Revólver» a arma de fogo curta, de repetição, com depósito constituído por tambor contendo várias câmaras;

aae) «Arma de *starter*» o dispositivo tecnicamente não susceptível de ser transformado em arma de fogo, com a configuração de arma de fogo, destinado unicamente a produzir um efeito sonoro, para ser utilizado em actividades desportivas e treinos de caça;

aaaf) «Arma com configuração de armamento militar» a arma de fogo que, pela sua configuração ou características técnicas, seja susceptível de ser confundida com equipamentos, meios militares e material de guerra ou classificada como tal.

## 2 — Partes das armas de fogo:

a) «Alma do cano» a superfície interior do cano entre a câmara e a boca;

b) «Alma estriada» a superfície interior do cano com sulcos helicoidais ou outra configuração em espiral, que permite conferir rotação ao projectil, dotando-o de estabilidade giroscópica;

c) «Alma lisa» a superfície interior do cano não dotada de qualquer dispositivo destinado a imprimir movimento de rotação ao projectil;

d) «Báscula» parte da arma de fogo em que se articula o cano ou canos e que obtura a câmara ou câmaras fazendo o efeito de culatra;

e) «Boca do cano» a extremidade da alma do cano por onde sai o projectil;

f) «Caixa da culatra» a parte da arma onde está contida e se movimenta a culatra;

g) «Câmara» a parte do cano ou, nos revólveres, a cavidade do tambor onde se introduz a munição;

h) «Cano» a parte da arma constituída por um tubo destinado a guiar o projectil no momento do disparo;

i) «Cão» a peça de um mecanismo de percussão que contém ou bate no percutor com vista ao disparo da munição;

j) «Carcaça» a parte da arma curta de que faz parte ou onde se fixa o punho e que encerra o mecanismo de disparo;

l) «Carregador» o contentor amovível onde estão alojadas as munições numa arma de fogo;

m) «Coronha» a parte de uma arma de fogo que se destina a permitir o seu apoio no ombro do atirador;

n) «Corrediça» a parte da arma automática ou semiautomática que integra a culatra e que se movimenta em calhas sobre a carcaça;

o) «Culatra» a parte da arma de fogo que obtura a extremidade do cano onde se localiza a câmara;

p) «Depósito» o compartimento inamovível de uma arma de fogo onde estão alojadas as munições;

q) «Gatilho ou cauda do gatilho» a peça do mecanismo de disparo que, quando accionada pelo atirador, provoca o disparo;

r) «Guarda-mato» a peça que protege o gatilho de accionamento accidental;

s) «Mecanismo de disparo» o sistema mecânico ou outro que, quando accionado através do gatilho, provoca o disparo;

t) «Mecanismo de travamento» o conjunto de peças destinado a bloquear a culatra móvel na posição de obturação da câmara;

u) «Partes essenciais da arma de fogo» nos revólveres, o cano, o tambor e a carcaça, nas restantes armas de fogo, o cano, a culatra, a caixa da culatra ou corrediça, a báscula e a carcaça;

v) «Percutor» a peça de um mecanismo de disparo que acciona a munição, por impacte na escorva ou fulminante;

x) «Punho» a parte da arma de fogo que é agarrada pela mão que dispara;

z) «Silenciador» o acessório que se aplica sobre a boca do cano de uma arma destinado a eliminar ou reduzir o ruído resultante do disparo;

aa) «Tambor» a parte de um revólver constituída por um conjunto de câmaras que formam um depósito rotativo de munições;

ab) «Sistema de segurança de arma» mecanismo da arma que pode ser accionado pelo atirador, destinado a impedir o seu disparo quando actuado o gatilho.

3 — Munições das armas de fogo e seus componentes:

a) «Bala ou projectil» a parte componente de uma munição ou carregamento que se destina a ser lançada através do

cano pelos gases resultantes da deflagração de uma carga propulsora ou outro sistema de propulsão;

b) «Calibre da arma» a denominação da munição para que a arma é fabricada;

c) «Calibre do cano» o diâmetro interior do cano, expresso em milímetros ou polegadas, correspondendo, nos canos de alma estriada, ao diâmetro de brocagem antes de abertas as estrias, ou equivalente a este diâmetro no caso de outros processos de fabrico;

d) «Carga propulsora ou carga de pólvora» a carga de composto químico usada para carregar as munições ou a carga de pólvora preta ou substância similar usada para carregar as armas de carregamento pela boca;

e) «Cartucho» o recipiente metálico, plástico ou de vários materiais, que se destina a conter o fulminante, a carga propulsora, a bucha e a carga de múltiplos projecteis, ou o projectil único, para utilização em armas de fogo com cano de alma lisa;

f) «Bucha» a parte componente de uma munição em plástico ou outro material, destinada a separar a carga propulsora do projectil ou múltiplos projecteis, podendo também incorporar um recipiente que contém projecteis;

g) «Cartucho carregado» a munição para arma de fogo com cano de alma lisa contendo todos os seus componentes em condições de ser disparado;

h) «Cartucho vazio» o cartucho para arma de fogo com cano de alma lisa não contendo nenhum dos componentes necessários ao disparo;

i) «Cartucho de letalidade reduzida» o cartucho carregado com projectil ou carga de projectil não metálicos com vista a não ser letal;

j) «Cartucho carregado com bala» a munição carregada com projectil único, para arma com cano de alma lisa, ou arma com cano raiado para utilização de munições para arma com cano de alma lisa;

l) «Chumbos de caça» os projecteis, com diâmetro até 4,5 mm, com que se carregam os cartuchos de caça;

m) «Componentes para recarga» os cartuchos, invólucros, fulminantes ou escorvas, carga propulsora e projecteis para munições de armas de fogo;

n) «Fulminante ou escorva» o componente da munição composto por uma cápsula que contém mistura explosiva, a qual, quando deflagrada, provoca uma chama intensa destinada a inflamar a carga propulsora da munição, não fazendo parte da munição nas armas de carregamento pela boca;

o) «Invólucro» o recipiente metálico, de plástico ou de outro material, que se destina a conter o fulminante, a carga propulsora e o projectil para utilização em armas com cano de alma estriada;

p) «Munição de arma de fogo» o cartucho ou invólucro ou outro dispositivo contendo o conjunto de componentes que permitem o disparo do projectil ou de múltiplos projecteis, quando introduzidos numa arma de fogo;

q) «Munição com projectil desintegrável» a munição cujo projectil é fabricado com o objectivo de se desintegrar no impacte com qualquer superfície ou objecto duro;

r) «Munição com projectil expansivo» a munição cujo projectil é fabricado com o objectivo de expandir no impacte com um corpo sólido;

s) «Munição com projectil explosivo» a munição com projectil contendo uma carga que explode no momento do impacte;

t) «Munição com projectil incendiário» a munição com projectil contendo um composto químico que se inflama em contacto com o ar ou no momento do impacte;

u) «Munição com projectil encamisado» a munição com projectil designado internacionalmente como *full metal jacket* (FMJ), com camisa metálica que cobre o núcleo em toda a sua extensão, com excepção, ou não, da base;

v) «Munição com projectil perfurante» a munição com projectil destinado a perfurar alvos duros e resistentes;

x) «Munição com projectil tracejante» a munição com projectil que contém uma substância pirotécnica destinada a produzir chama, ou chama e fumo, de forma a tornar visível a sua trajectória;

z) «Munição com projectil cilíndrico» a munição designada internacionalmente como *wadcutter* de projectil cilíndrico ou de ponta achatada, destinada a ser usada em tiro desportivo, provocando no alvo um orifício de contorno bem definido;

aa) «Munição obsoleta» a munição de fabrico anterior a 1 de Janeiro de 1891, ou posterior a essa data, que tenha deixado de ser produzida industrialmente e que não é comercializada há pelo menos 40 anos;

ab) «Percussão anelar ou lateral» o sistema de ignição de uma munição em que o percutor actua sobre um ponto periférico relativamente ao centro da base da mesma;

ac) «Percussão central» o sistema de ignição de uma munição em que o percutor actua sobre a escorva ou fulminante aplicado no centro da base do invólucro;

ad) «Zagalotes» os projecteis, com diâmetro superior a 4,5 mm, que fazem parte de um conjunto de múltiplos projecteis para serem disparados em armas de fogo com cano de alma lisa;

ae) «Munição de salva ou alarme» a munição sem projectil e destinada unicamente a produzir um efeito sonoro no momento do disparo.

#### 4 — Funcionamento das armas de fogo:

a) «Arma de fogo carregada» a arma de fogo que tenha uma munição introduzida na câmara e a arma de carregar pela boca em que seja introduzida carga propulsora, fulminante e projectil na câmara ou câmaras;

b) «Arma de fogo com segurança accionada», a arma de fogo em que está accionado o mecanismo que impede o disparo pela pressão no gatilho;

c) «Arma de fogo muniçada» a arma de fogo com pelo menos uma munição introduzida no seu depósito ou carregador;

d) «Ciclo de fogo» o conjunto de operações realizadas sequencialmente que ocorrem durante o funcionamento das armas de fogo de carregar pela culatra;

e) «Culatra aberta» a posição em que a culatra, a corredeira ou a báscula de uma arma se encontra de forma que a câmara não esteja obturada;

f) «Culatra fechada» a posição em que a culatra, corredeira ou báscula de uma arma se encontra de forma a obturar a câmara;

g) «Disparar» o acto de pressionar o gatilho, accionando o mecanismo de disparo da arma, de forma a provocar o lançamento do projectil.

#### 5 — Outras definições:

a) «Armeiro» qualquer pessoa singular ou colectiva cuja actividade profissional consista, total ou parcialmente, no fabrico, compra e venda ou reparação de armas de fogo e suas munições;

b) «Campo de tiro» a instalação exterior funcional e exclusivamente destinada à prática de tiro com arma de fogo carregada com munição de projecteis múltiplos;

c) «Cedência a título de empréstimo» a entrega de arma a terceiro, para que este se sirva dela durante certo período, com a obrigação de a restituir findo o mesmo, saindo a arma da esfera de disponibilidade do seu proprietário;

d) «Carreira de tiro» a instalação interior ou exterior, funcional e exclusivamente destinada à prática de tiro com arma de fogo carregada com munição de projectil único;

e) «Casa forte ou fortificada» a construção ou compartimento de uso exclusivo do portador ou detentor, integralmente edificada em betão, ou alvenaria, ou com paredes, soalho e tecto reforçados com malha ou estrutura metálica, sendo em todos os casos dotado de porta de segurança com fechadura de trancas e, caso existam, janelas com grades metálicas;

f) «Data de fabrico de arma» o ano em que a arma foi produzida ou, sendo desconhecido, quando iniciada a sua produção;

g) «Detenção de arma», o facto de ter em seu poder ou na sua esfera de disponibilidade uma arma;

h) «Disparo de advertência» o acto voluntário de disparar uma arma apontada para zona livre de pessoas e bens;

i) «Equipamentos, meios militares e material de guerra» os equipamentos, armas, engenhos, instrumentos, produtos ou substâncias fabricados para fins militares e utilizados pelas Forças Armadas e forças e serviços de segurança;

j) «Estabelecimento de diversão nocturna» entre as 0 e as 9 horas, todos os locais públicos ou privados, construídos ou adaptados para o efeito, na sequência ou não de um processo de licenciamento municipal, que se encontrem a funcionar essencialmente como bares, discotecas e similares, salas de jogos eléctricos ou manuais e feiras de diversão;

l) «Explosivo civil» todas as substâncias ou produtos explosivos cujo fabrico, comércio, transferência, importação e utilização estejam sujeitos a autorização concedida pela autoridade competente;

m) «Engenho explosivo civil» os artefactos que utilizem produtos explosivos cuja importação, fabrico e comercialização está sujeito a autorização concedida pela autoridade competente;

n) «Engenho explosivo ou incendiário improvisado» todos aqueles que utilizem substâncias ou produtos explosivos ou incendiários de fabrico artesanal não autorizado;

o) «Guarda de arma» o acto de depositar a arma, no domicílio ou outro local autorizado, em cofre ou armário de segurança não portáteis, casa-forte ou fortificada, bem como a aplicação de cadeado, accionamento de mecanismo ou remoção de peça que impossibilite disparar a mesma;

p) «Porte de arma» o acto de trazer consigo uma arma branca ou uma arma muniçada ou carregada ou em condições de o ser para uso imediato;

q) «Recinto desportivo» o espaço criado exclusivamente para a prática de desporto, com carácter fixo e com estruturas de construção que lhe garantam essa afectação e funcionalidade, dotado de lugares permanentes e reservados a assistentes, após o último controlo de entrada;

r) «Transporte de arma» o acto de transferência de uma arma descarregada e desmuniçada ou desmontada de um local para outro, de forma a não ser susceptível de uso imediato;

s) «Uso de arma» o acto de empunhar, apontar ou disparar uma arma;

t) «Zona de exclusão» a zona de controlo da circulação pedestre ou viária, definida pela autoridade pública, com

vigência temporal determinada, nela se podendo incluir os trajectos, estradas, estações ferroviárias, fluviais ou de camionagem com ligação ou a servirem o acesso a recintos desportivos, áreas e outros espaços públicos, dele envolventes ou não, onde se concentrem assistentes ou apoiantes desse evento;

u) «Cadeado de gatilho» o dispositivo aplicado ou fazendo parte da arma que impede o accionamento do gatilho e o disparo da arma;

v) «Importação» a entrada ou introdução nos limites fiscais do território nacional, de quaisquer bens, bem como a sua permanência em estância alfandegária ou zona internacional, a aguardar os procedimentos legais aduaneiros, quando provenientes de países terceiros à União Europeia;

x) «Exportação» a saída dos limites fiscais do território nacional de quaisquer bens com destino a país terceiro à União Europeia, bem como a sua permanência em estância alfandegária ou zona internacional a aguardar os procedimentos legais aduaneiros;

z) «Trânsito» a passagem por território nacional, a aguardar os procedimentos legais aduaneiros, de quaisquer bens oriundos de país terceiro e que se destinam a exportação ou transferência para outro Estado;

aa) «Homologação de armas e munições» a aprovação de marca, modelo, bem como demais características técnicas de armas pelo director nacional da PSP;

ab) «Transferência» a entrada em território nacional de quaisquer bens previstos na presente lei, quando provenientes de Estados membros da União Europeia tendo Portugal como destino final, ou a saída de quaisquer bens de Portugal tendo como destino final Estados membros da União Europeia;

ac) «Norma técnica» a informação emitida pela Direcção Nacional da PSP destinada a comunicar instrução técnica ou procedimental aos titulares de licenças e alvarás emitidos ao abrigo da presente lei;

ad) «Arma de aquisição condicionada» a arma que só pode ser adquirida por quem tenha licença habilitante e autorização da Direcção Nacional da PSP;

ae) «Ornamentação» a exposição de arma em local a indicar pelo requerente e identificado na correspondente licença F.

### Artigo 3.º

#### Classificação das armas, munições e outros acessórios

1 — As armas e as munições são classificadas nas classes A, B, B1, C, D, E, F e G, de acordo com o grau de perigosidade, o fim a que se destinam e a sua utilização.

2 — São armas, munições e acessórios da classe A:

a) Os equipamentos, meios militares e material de guerra, ou classificados como tal por portaria do Ministério da Defesa Nacional;

b) As armas de fogo automáticas;

c) As armas químicas, biológicas, radioactivas ou susceptíveis de explosão nuclear;

d) As armas brancas ou de fogo dissimuladas sob a forma de outro objecto;

e) As facas de abertura automática, estiletas, facas de borboleta, facas de arremesso, estrelas de lançar e *bo-xers*;

f) As armas brancas sem afectação ao exercício de quaisquer práticas venatórias, comerciais, agrícolas, industriais,

florestais, domésticas ou desportivas, ou que pelo seu valor histórico ou artístico não sejam objecto de colecção;

g) Quaisquer engenhos ou instrumentos construídos exclusivamente com o fim de serem utilizados como arma de agressão;

h) Os aerossóis de defesa não constantes da alínea a) do n.º 7 do presente artigo e as armas lançadoras de gases que estejam dissimuladas de forma a ocultarem a sua configuração;

i) Os bastões eléctricos ou extensíveis, de uso exclusivo das Forças Armadas ou forças e serviços de segurança;

j) Outros aparelhos que emitam descargas eléctricas sem as características constantes da alínea b) do n.º 7 do presente artigo ou que estejam dissimulados de forma a ocultarem a sua configuração;

l) As armas de fogo transformadas ou modificadas;

m) As armas de fogo fabricadas sem autorização;

n) As reproduções de armas de fogo e as armas de alarme ou salva que possam ser convertidas em armas de fogo;

o) As espingardas e carabinas facilmente desmontáveis em componentes de reduzida dimensão com vista à sua dissimulação;

p) As espingardas cujo comprimento de cano seja inferior a 46 cm;

q) As munições com bala perfurante, explosiva, incendiária, tracejante ou desintegrável;

r) Os silenciadores;

s) As miras telescópicas, excepto aquelas que tenham afectação ao exercício de quaisquer práticas venatórias, recreativas ou desportivas federadas;

t) As armas longas semiautomáticas com a configuração das armas automáticas para uso militar ou das forças de segurança.

3 — São armas da classe B as armas de fogo curtas de repetição ou semiautomáticas.

4 — São armas da classe B1:

a) As pistolas semiautomáticas com os calibres denominados 6,35 mm Browning (.25 ACP ou .25 Auto);

b) Os revólveres com os calibres denominados .32 S & W Long e .32 H & R Magnum.

5 — São armas da classe C:

a) As armas de fogo longas semiautomáticas, de repetição ou de tiro a tiro, de cano de alma estriada;

b) As armas de fogo longas semiautomáticas, de repetição ou de tiro a tiro com dois ou mais canos, se um deles for de alma estriada;

c) As armas de fogo longas semiautomáticas ou de repetição, de cano de alma lisa, em que este não exceda 60 cm;

d) As armas de fogo curtas de tiro a tiro unicamente aptas a disparar munições de percussão central;

e) As armas de fogo de calibre até 6 mm unicamente aptas a disparar munições de percussão anelar;

f) As réplicas de armas de fogo, quando usadas para tiro desportivo;

g) As armas de ar comprimido de aquisição condicionada.

6 — São armas da classe D:

a) As armas de fogo longas semiautomáticas ou de repetição, de cano de alma lisa com um comprimento superior a 60 cm;

b) As armas de fogo longas semiautomáticas, de repetição ou de tiro a tiro de cano de alma estriada com um comprimento superior a 60 cm, unicamente aptas a disparar munições próprias do cano de alma lisa;

c) As armas de fogo longas de tiro a tiro de cano de alma lisa.

7 — São armas da classe E:

a) Os aerossóis de defesa com gás, cujo princípio activo seja a capsaicina ou oleoresina de capsicum (gás pimenta) com uma concentração não superior a 5 %, e que não possam ser confundíveis com armas de outra classe ou que não estejam dissimulados de forma a ocultarem a sua configuração;

b) As armas eléctricas até 200 000 V, com mecanismo de segurança e que não possam ser confundíveis com armas de outra classe ou que não estejam dissimuladas de forma a ocultarem a sua configuração;

c) As armas de fogo e suas munições, de produção industrial, unicamente aptas a disparar projecteis não metálicos ou a impulsionar dispositivos, concebidas de origem para eliminar qualquer possibilidade de agressão letal e que tenham merecido homologação por parte da Direcção Nacional da PSP.

8 — São armas da classe F:

a) As matracas, sabres e outras armas brancas tradicionalmente destinadas às artes marciais ou a ornamentação;

b) As réplicas de armas de fogo quando destinadas a ornamentação;

c) As armas de fogo inutilizadas quando destinadas a ornamentação.

9 — São armas e munições da classe G:

a) As armas veterinárias;

b) As armas de sinalização;

c) As armas lança-cabos;

d) As armas de ar comprimido desportivas e de aquisição livre;

e) As reproduções de armas de fogo para práticas recreativas;

f) As armas de *starter*;

g) As armas de alarme ou salva que não estejam incluídas na alínea *n*) do n.º 2 do presente artigo;

h) As munições para armas de alarme ou salva e para armas de *starter*.

10 — Para efeitos do disposto na legislação específica da caça, são permitidas as armas de fogo referidas nas alíneas *a*), *b*) e *c*) do n.º 5 e nas alíneas *a*), *b*) e *c*) do n.º 6, com excepção das armas com configuração de armamento militar.

11 — As armas só podem ser afectas à actividade que motivou a concessão, podendo, por despacho do director nacional da PSP, ser afectas a mais de uma actividade por solicitação fundamentada do interessado.

12 — As partes essenciais das armas de fogo estão incluídas na classe em que tiver sido classificada a arma de fogo de que fazem parte ou a que se destinam.

## SECÇÃO II

### Aquisição, detenção, uso e porte de armas

#### Artigo 4.º

##### Armas da classe A

1 — São proibidos a venda, a aquisição, a cedência, a detenção, o uso e o porte de armas, acessórios e munições da classe A.

2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, mediante autorização especial do director nacional da PSP, podem ser autorizadas a venda, a aquisição, a cedência, a detenção, a utilização, a importação, a exportação e a transferência de armas e acessórios da classe A destinados a museus públicos ou privados, investigação científica ou industrial e utilizações em realizações teatrais, cinematográficas ou outros espectáculos de natureza artística, de reconhecido interesse cultural, com excepção de meios militares e material de guerra cuja autorização é da competência do ministro que tutela o sector da defesa nacional.

3 — As autorizações a que se refere o número anterior são requeridas com justificação da motivação, indicação do tempo de utilização e respectivo plano de segurança.

#### Artigo 5.º

##### Armas da classe B

1 — As armas da classe B são adquiridas mediante declaração de compra e venda ou doação, carecendo de prévia autorização concedida pelo director nacional da PSP.

2 — A aquisição, a detenção, o uso e o porte de armas da classe B são autorizados ao Presidente da República, ao Presidente da Assembleia da República, aos Deputados, aos membros do Governo, aos representantes da República, aos deputados regionais, aos membros dos Governos Regionais, aos membros do Conselho de Estado, aos governadores civis, aos magistrados judiciais, aos magistrados do Ministério Público e ao Provedor de Justiça.

3 — A aquisição, a detenção, o uso e o porte de armas da classe B podem ser autorizados:

a) A quem, nos termos da respectiva lei orgânica ou estatuto profissional, possa ser atribuída ou dispensada a licença de uso e porte de arma de classe B, após verificação da situação individual;

b) Aos titulares da licença B;

c) Aos titulares de licença especial atribuída ao abrigo do n.º 1 do artigo 19.º

4 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, mediante autorização especial do director nacional da PSP, podem ser autorizadas a venda, a aquisição, a cedência, a detenção, a utilização, a importação, a exportação e a transferência de armas e acessórios da classe B destinados a museus públicos ou privados, investigação científica ou industrial e utilizações em realizações teatrais, cinematográficas ou outros espectáculos de natureza artística, de reconhecido interesse cultural.

#### Artigo 6.º

##### Armas da classe B1

1 — As armas da classe B1 são adquiridas mediante declaração de compra e venda ou doação, carecendo de prévia autorização concedida pelo director nacional da PSP.

2 — A aquisição, a detenção, o uso e o porte de armas da classe B1 podem ser autorizados:

a) Aos titulares de licença de uso e porte de arma da classe B1;

b) Aos titulares de licença especial atribuída ao abrigo do n.º 1 do artigo 19.º

#### Artigo 7.º

##### Armas da classe C

1 — As armas da classe C são adquiridas mediante declaração de compra e venda ou doação, carecendo de prévia autorização concedida pelo director nacional da PSP.

2 — A aquisição, a detenção, o uso e o porte de armas da classe C podem ser autorizados:

a) Aos titulares de licença de uso e porte de arma da classe C;

b) A quem, nos termos da respectiva lei orgânica ou estatuto profissional, possa ser atribuída ou dispensada a licença de uso e porte de arma de classe C, após verificação da situação individual.

3 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, mediante autorização especial do director nacional da PSP, podem ser autorizadas a venda, a aquisição, a cedência, a detenção, a utilização, a importação, a exportação e a transferência de armas e acessórios da classe C destinados a museus públicos ou privados, investigação científica ou industrial e utilizações em realizações teatrais, cinematográficas ou outros espectáculos de natureza artística, de reconhecido interesse cultural.

4 — Sem prejuízo do disposto no n.º 2, mediante autorização especial do director nacional da PSP, podem ainda ser autorizadas a venda, a aquisição, a cedência, a detenção, a utilização, a importação, a exportação e a transferência das armas referidas nas alíneas a) e c) do n.º 5 do artigo 3.º às entidades privadas gestoras ou concessionárias de zonas de caça ou pesca.

#### Artigo 8.º

##### Armas da classe D

1 — As armas da classe D são adquiridas mediante declaração de compra e venda ou doação.

2 — A aquisição, a detenção, o uso e o porte de armas da classe D podem ser autorizados:

a) Aos titulares de licença de uso e porte de arma das classes C ou D;

b) A quem, nos termos da respectiva lei orgânica ou estatuto profissional, possa ser atribuída ou dispensada a licença de uso e porte de arma de classe D, após verificação da situação individual.

3 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, mediante autorização especial do director nacional da PSP, podem ser autorizadas a venda, a aquisição, a cedência, a utilização, a detenção, a utilização, a importação, a exportação e a transferência de armas e acessórios da classe D a entidades privadas gestoras ou concessionárias de zonas de caça ou pesca, museus públicos ou privados, investigação científica ou industrial e utilizações em realizações teatrais, cinematográficas ou outros espectáculos de natureza artística, de reconhecido interesse cultural.

#### Artigo 9.º

##### Armas da classe E

1 — As armas da classe E são adquiridas mediante declaração de compra e venda.

2 — A aquisição, a detenção, o uso e o porte de armas da classe E podem ser autorizados:

a) Aos titulares de licença de uso e porte de arma da classe E;

b) Aos titulares de licença de uso e porte de arma das classes B, B1, C e D, licença de detenção de arma no domicílio e licença especial, bem como a todos os que, por força da respectiva lei orgânica ou estatuto profissional, possa ser atribuída ou dispensada a licença de uso e porte de arma, verificada a sua situação individual.

#### Artigo 10.º

##### Armas da classe F

1 — As armas da classe F são adquiridas mediante declaração de compra e venda ou doação.

2 — A aquisição, a detenção, o uso e o porte de armas da classe F podem ser autorizados aos titulares de licença de uso e porte de arma da classe F.

#### Artigo 11.º

##### Armas e munições da classe G

1 — A aquisição de armas veterinárias e lança-cabos pode ser autorizada, mediante declaração de compra e venda, a maiores de 18 anos que, por razões profissionais ou de prática desportiva, provem necessitar das mesmas.

2 — A aquisição de armas de sinalização é permitida, mediante declaração de compra e venda e prévia autorização da PSP, a quem desenvolver actividade que justifique o recurso a meios pirotécnicos de sinalização.

3 — A aquisição de reproduções de armas de fogo para práticas recreativas é permitida aos maiores de 18 anos, mediante declaração aquisitiva e prova da inscrição numa associação de promoção desportiva reconhecida pelo Instituto do Desporto de Portugal, I. P., e registada junto da PSP.

4 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, aos menores de 18 anos e maiores de 16 anos é permitida a aquisição de reproduções de armas de fogo para práticas recreativas desde que autorizados para o efeito por quem exerça a responsabilidade parental.

5 — A autorização referida no n.º 2 deve conter a identificação do comprador e a quantidade e destino das armas de sinalização a adquirir e só pode ser concedida a quem demonstre desenvolver actividade que justifique a utilização destas armas.

6 — A detenção, o uso e o porte das armas referidas nos n.ºs 1 a 4, bem como das armas de *starter* e de alarme, só são permitidos no domicílio, transporte e para o exercício das actividades para as quais foi solicitada autorização de aquisição.

7 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, a detenção, uso, porte e transporte de reproduções de armas de fogo para práticas recreativas, ainda que não contendo as características previstas na alínea *ag*) do n.º 1 do artigo 2.º, podem ser temporariamente autorizadas a praticantes estrangeiros em provas internacionais realizadas em Portugal, pelo período necessário à sua participação nas provas, mediante requerimento instruído com prova da inscrição no evento, a

formular junto da Direcção Nacional da PSP pela entidade promotora da iniciativa.

8 — A aquisição de armas de *starter* pode ser autorizada a quem demonstrar, fundamentadamente, necessitar das mesmas para a prática desportiva ou de treino de caça.

9 — A aquisição de munições para as armas de alarme ou salva e para armas de *starter* pode ser autorizada a quem for autorizada a aquisição destas mesmas armas.

10 — A aquisição de armas de ar comprimido de aquisição livre é permitida aos maiores de 18 anos, mediante declaração aquisitiva.

11 — A aquisição de armas de ar comprimido destinadas à prática de actividades desportivas é permitida mediante declaração aquisitiva e prova de inscrição numa federação de tiro desportivo que as reconheça como adequadas para a prática daquela modalidade desportiva.

12 — Não é permitido o uso e porte de armas de ar comprimido fora de propriedade privada e dos locais autorizados.

## CAPÍTULO II

### Homologação, licenças para uso e porte de armas ou sua detenção

#### SECÇÃO I

##### Homologação, tipos de licença e atribuição

#### Artigo 11.º-A

##### Homologação

1 — São sujeitas a homologação, mediante catálogo a publicar anualmente pela PSP, as armas de fogo, reproduções de armas de fogo, armas de salva ou alarme, armas de *starter* e munições destinadas a venda, aquisição, cedência, detenção, importação, exportação e transferência.

2 — Para fins de homologação de armas de fogo, reproduções de armas de fogo, armas de salva ou alarme, armas de *starter* e munições, que não constem do catálogo referido no n.º 1, o interessado submete requerimento ao director nacional da PSP, sendo o processo instruído com a descrição técnica pormenorizada da arma e munições e com catálogo fotográfico, em modelo e condições a definir por despacho do director nacional da PSP.

3 — É proibida a importação, exportação, transferência e comércio, em território nacional, de armas de fogo, reproduções de armas de fogo, armas de salva ou alarme, armas de *starter* e munições não homologadas.

#### Artigo 12.º

##### Classificação das licenças de uso e porte de arma ou detenção

1 — De acordo com a classificação das armas constante do artigo 3.º, os fins a que as mesmas se destinam, bem como a justificação da sua necessidade, podem ser concedidas pelo director nacional da PSP as seguintes licenças de uso e porte ou detenção:

a) Licença B, para o uso e porte de armas das classes B, B1 e E;

b) Licença B1, para o uso e porte de armas das classes B1 e E;

c) Licença C, para o uso e porte de armas das classes C, D e E;

d) Licença D, para o uso e porte de armas das classes D e E;

e) Licença E, para o uso e porte de armas da classe E;

f) Licença F, para a detenção, uso e porte de armas da classe F;

g) Licença de detenção de arma no domicílio, para a detenção de armas das classes B, B1, C, D e F e uso e porte de arma da classe E;

h) Licença especial para o uso e porte de armas das classes B, B1 e E.

2 — Às situações de isenção ou dispensa de licença legalmente previstas são correspondentemente aplicáveis as obrigações previstas para os titulares de licença.

3 — O uso e porte de arma por quem desempenha actividades profissionais que o exijam, que não as desempenhadas pelas Forças Armadas e forças e serviços de segurança, é regulado por despacho do director nacional da PSP.

#### Artigo 13.º

##### Licença B

1 — Sem prejuízo das situações de isenção ou dispensa, a licença B pode ser concedida ao requerente que faça prova da cessação do direito que lhe permitiu o uso e porte de arma da classe B, pelo menos durante um período de quatro anos.

2 — A licença não é concedida se a cessação do direito que permitiu ao requerente o uso e porte de arma ocorreu em resultado da aplicação de pena disciplinar de demissão, de aposentação compulsiva, bem como de aposentação por incapacidade psíquica ou física impeditiva do uso e porte da mesma.

3 — Os pedidos de concessão de licenças de uso e porte de arma da classe B são formulados através de requerimento do qual conste o nome completo do requerente, número do bilhete de identidade, data e local de emissão, data de nascimento, profissão, estado civil, naturalidade, nacionalidade e domicílio, bem como a justificação da pretensão.

#### Artigo 14.º

##### Licença B1

1 — A licença B1 pode ser concedida a maiores de 18 anos que reúnam, cumulativamente, as seguintes condições:

a) Se encontrem em pleno uso de todos os direitos civis;

b) Demonstrem carecer da licença por razões profissionais ou por circunstâncias de defesa pessoal ou de propriedade;

c) Sejam idóneos;

d) Sejam portadores de certificado médico;

e) Sejam portadores do certificado de aprovação em curso de formação técnica e cívica para o uso e porte de armas de fogo da classe B1.

2 — Sem prejuízo do disposto no artigo 30.º da Constituição e do número seguinte, para efeito de apreciação do requisito constante na alínea c) do número anterior, é susceptível de indiciar falta de idoneidade para efeitos de concessão de licença o facto de, entre outros, ao requerente ter sido aplicada medida de segurança ou ter sido conde-

nado pela prática de crime doloso, cometido com uso de violência, em pena superior a 1 ano de prisão.

3 — No decurso do período anterior à verificação do cancelamento definitivo da inscrição no registo criminal das decisões judiciais em que o requerente foi condenado, pode este requerer que lhe seja reconhecida a idoneidade para os fins pretendidos, pelo tribunal da última condenação.

4 — O incidente corre por apenso ao processo principal, sendo instruído com requerimento fundamentado do requerente, que é obrigatoriamente ouvido pelo juiz do processo, que decide, produzida a necessária prova e após parecer do Ministério Público.

5 — Os pedidos de concessão de licenças de uso e porte de arma da classe B1 são formulados através de requerimento do qual conste o nome completo do requerente, número do bilhete de identidade, data e local de emissão, data de nascimento, profissão, estado civil, naturalidade, nacionalidade e domicílio, bem como a justificação da pretensão.

6 — O requerimento referido no número anterior deve ser acompanhado do certificado de aprovação para o uso e porte de armas de fogo da classe B1.

#### Artigo 15.º

##### Licenças C e D

1 — As licenças C e D podem ser concedidas a maiores de 18 anos que reúnam, cumulativamente, as seguintes condições:

a) Se encontrem em pleno uso de todos os direitos civis;

b) Demonstrem carecer da licença para a prática de actos venatórios de caça maior ou menor e se encontrem habilitados com carta de caçador com arma de fogo ou demonstrem fundamentadamente carecer da mesma por motivos profissionais;

c) Sejam idóneos;

d) Sejam portadores de certificado médico;

e) Sejam portadores do certificado de aprovação para o uso e porte de armas de fogo.

2 — A apreciação da idoneidade do requerente é feita nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 14.º

3 — Os pedidos de concessão de licenças de uso e porte de arma das classes C e D são formulados através de requerimento do qual conste o nome completo do requerente, número do bilhete de identidade, data e local de emissão, data de nascimento, profissão, estado civil, naturalidade, nacionalidade e domicílio.

4 — O requerimento deve ser acompanhado do certificado de aprovação para o uso e porte de armas de fogo da classe C ou D.

#### Artigo 16.º

##### Licença E

1 — A licença E pode ser concedida a maiores de 18 anos que reúnam, cumulativamente, as seguintes condições:

a) Se encontrem em pleno uso de todos os direitos civis;

b) Demonstrem justificadamente carecer da licença;

c) Sejam idóneos;

d) Sejam portadores de certificado médico.

2 — A apreciação da idoneidade do requerente é feita nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 14.º

3 — Os pedidos de concessão de licenças de uso e porte de arma da classe E são formulados através de requerimento do qual conste o nome completo do requerente, número do bilhete de identidade, data e local de emissão, data de nascimento, profissão, estado civil, naturalidade, nacionalidade e domicílio, bem como a justificação da pretensão.

#### Artigo 17.º

##### Licença F

1 — A licença F é concedida a maiores de 18 anos, que reúnam, cumulativamente, as seguintes condições:

a) Se encontrem em pleno uso de todos os direitos civis;

b) Demonstrem carecer da licença para a prática desportiva de artes marciais, sendo atletas federados, práticas recreativas em propriedade privada, detenção de réplicas e armas de fogo inutilizadas destinadas a ornamentação e armas brancas destinadas ao mesmo fim;

c) Sejam idóneos;

d) Sejam portadores de certificado médico.

2 — A apreciação da idoneidade do requerente é feita nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 14.º

3 — Os pedidos de concessão de licenças de uso e porte de arma da classe F são formulados através de requerimento do qual conste o nome completo do requerente, número do bilhete de identidade, data e local de emissão, data de nascimento, profissão, estado civil, naturalidade, nacionalidade e domicílio, bem como a justificação da pretensão.

4 — Por despacho do director nacional da PSP, a solicitação do interessado, através de quem exerça a responsabilidade parental, pode ser permitida a aquisição, a detenção, o uso e o porte das armas indicadas na alínea a) do n.º 8 do artigo 3.º, quando destinadas à prática de artes marciais, a menores de 18 anos e maiores de 14 anos, sendo atletas federados.

#### Artigo 18.º

##### Licença de detenção de arma no domicílio

1 — A licença de detenção de arma no domicílio é concedida a maiores de 18 anos, exclusivamente para efeitos de detenção de armas na sua residência, nos seguintes casos:

a) Quando a licença de uso e porte de arma tiver cessado, por vontade expressa do seu titular, ou caducado e este não opte pela transmissão da arma abrangida;

b) Quando o direito de uso e porte de arma tiver cessado e o seu detentor não opte pela transmissão da arma abrangida;

c) Quando as armas tenham sido adquiridas por sucessão *mortis causa* ou doação e o seu valor venal, artístico ou estimativo o justifique.

2 — Os pedidos de concessão de licenças de detenção de arma no domicílio são formulados através de requerimento do qual conste o nome completo do requerente, número do bilhete de identidade, data e local de emissão, data de nascimento, profissão, estado civil, naturalidade e domicílio, bem como a justificação da pretensão.

3 — Em caso algum a detenção das armas pode ser acompanhada de munições para as mesmas.

4 — Se a classe em que as armas se encontram classificadas obrigar à existência no domicílio de cofre ou armário de segurança não portáteis, a atribuição da licença de detenção fica dependente da demonstração da sua existência, sendo aplicável o disposto na alínea e) do n.º 2 do artigo 30.º

5 — A licença de detenção domiciliária não pode ser concedida nos seguintes casos:

- a) Quando a licença de uso e porte tiver sido cassada;
- b) Quando o direito de uso e porte de arma tiver cessado pelas razões constantes do n.º 2 do artigo 13.º;
- c) Quando o requerente não reúna, cumulativamente, os requisitos constantes das alíneas a), c) e d) do n.º 1 do artigo 14.º

6 — A apreciação da idoneidade do requerente é feita nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 14.º

7 — Verificada alguma das circunstâncias referidas no n.º 5, tem o detentor das armas 180 dias para promover a transmissão das mesmas, sob pena de serem declaradas perdidas a favor do Estado.

#### Artigo 19.º

##### Licença especial

1 — Podem ser concedidas licenças especiais para o uso e porte de arma das classes B e B1 quando solicitadas pelo Presidente da República, pelo Presidente da Assembleia da República, pelos Ministros, pelos Presidentes das Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas e pelos Presidentes dos Governos Regionais, para afectação a funcionários ao seu serviço.

2 — A licença especial concedida nos termos do número anterior caduca com a cessação de funções, podendo, em casos justificados, ser atribuída licença de uso e porte de arma da classe B ou B1, nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 13.º

#### Artigo 19.º-A

##### Licença para menores

Sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 15.º, aos menores com a idade mínima de 16 anos pode ser autorizado o uso e porte de armas da classe D, para a prática de actos venatórios de caça maior ou menor, desde que acompanhados no mesmo acto cinegético por quem exerce a responsabilidade parental ou, mediante autorização escrita deste e sendo portadores desta autorização, por qualquer pessoa habilitada com licença para a prática do acto venatório, identificada naquela autorização, que seja simultaneamente proprietária da arma utilizada pelo menor e titular da licença correspondente.

#### Artigo 20.º

##### Recusa de concessão

Para além da não verificação dos requisitos exigidos na presente lei para a concessão da licença pretendida, pode o pedido ser recusado, nomeadamente, quando tiver sido determinada a cassação da licença ao requerente, não forem considerados relevantes os motivos justificativos da pretensão ou não se considerem adequados para os fins requeridos.

## SECÇÃO II

### Cursos de formação e de actualização, exames e certificados

#### Artigo 21.º

##### Cursos de formação

1 — Os cursos de formação técnica e cívica para o uso e porte de armas de fogo das classes B1, C e D, e para o exercício da actividade de armeiro, são ministrados pela PSP ou por entidades por si credenciadas para o efeito.

2 — A frequência, com aproveitamento, dos cursos de formação para o uso e porte de armas de fogo confere ao formando um certificado com especificação da classe de armas a que se destina.

#### Artigo 22.º

##### Cursos de actualização

1 — Os titulares de licença B1 devem submeter-se, em cada cinco anos, a um curso de actualização técnica e cívica para o uso e porte de armas de fogo, ministrado nos termos do artigo anterior.

2 — Os titulares de licenças C e D devem submeter-se, em cada 10 anos, a um curso de actualização técnica e cívica para o uso e porte de armas de fogo, ministrado nos termos do artigo anterior.

3 — Exceptuam-se do disposto nos números anteriores os titulares de licença de tiro desportivo e de licença federativa válida, que façam prova da prática desportiva com armas de fogo.

#### Artigo 23.º

##### Exame médico

O exame médico, com incidência física e psíquica, destina-se a certificar se o requerente está apto, ou apto com restrições, à detenção, uso e porte de arma, bem como se está na posse de todas as suas faculdades psíquicas, sem historial clínico que deixe suspeitar poder vir a atentar contra a sua integridade física ou de terceiros.

#### Artigo 24.º

##### Frequência dos cursos de formação para portadores de arma de fogo

A inscrição e a frequência no curso de formação para portadores de arma de fogo ou para o exercício da actividade de armeiro dependem de prévia autorização da PSP mediante avaliação do cumprimento dos requisitos legais para a concessão da licença.

#### Artigo 25.º

##### Exames de aptidão

1 — Concluídos os cursos de formação têm lugar exames de aptidão.

2 — Os exames serão realizados em data e local a fixar pela PSP e compreendem uma prova teórica e uma prática.

3 — Os júris de exame são constituídos por três membros a designar pelo director nacional da PSP, podendo integrar representantes do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, nos casos de atribuição de licenças para uso e porte de armas das classes C e D.

## Artigo 26.º

**Certificado de aprovação**

1 — O certificado de aprovação para o uso e porte de armas de fogo é o documento emitido pela Direcção Nacional da PSP, atribuído ao candidato que tenha obtido a classificação de apto nas provas teórica e prática do exame de aptidão, comprovando que o examinado pode vir a obter licença para o uso e porte de armas da classe a que o mesmo se destina.

2 — O deferimento do pedido de inscrição e frequência no curso de formação bem como a aprovação no exame de aptidão não conferem quaisquer direitos ao requerente quanto à concessão da licença.

## SECÇÃO III

**Renovação e caducidade das licenças**

## Artigo 27.º

**Validade das licenças**

1 — As licenças de uso e porte ou de detenção de arma são emitidas por um período de tempo determinado e podem ser renovadas a pedido do interessado.

2 — Em caso algum são atribuídas licenças vitalícias.

3 — As licenças de uso e porte de arma das classes B, B1, C e D e a licença especial concedida ao abrigo do artigo 19.º são válidas por um período de cinco anos.

4 — As licenças de uso e porte de arma das classes E e F são válidas por um período de seis anos.

5 — As licenças de detenção de arma no domicílio são válidas por um período de 10 anos.

## Artigo 28.º

**Renovação da licença de uso e porte de arma**

1 — A renovação da licença de uso e porte de arma deve ser requerida até ao termo do seu prazo e depende da verificação, à data do pedido, dos requisitos exigidos para a sua concessão.

2 — O requisito de frequência do curso de formação técnica e cívica para o uso e porte de arma da classe respectiva é substituído por prova da frequência do curso de actualização correspondente, previsto no artigo 22.º, sempre que exigível.

## Artigo 29.º

**Caducidade e não renovação da licença**

1 — Nos casos em que se verifique a caducidade da licença, o respectivo titular tem o prazo de 180 dias para promover a sua renovação, solicitar outra licença que permita a detenção, uso ou porte das armas adquiridas ao abrigo da licença caducada ou proceder à transmissão das respectivas armas.

2 — Sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 99.º-A, logo que caducar a licença, as armas adquiridas ao abrigo da mesma e que não estejam legalmente autorizadas a ser utilizadas ao abrigo doutra licença passam a ser consideradas, a título transitório, como em detenção domiciliária, durante o prazo estipulado no número anterior.

3 — No caso de o titular da licença caducada ser titular de outra licença que permita a detenção, uso ou porte, das armas adquiridas ao abrigo daquela, pode solicitar, no prazo referido no n.º 1, que as mesmas sejam consideradas tituladas por esta outra licença.

4 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, nos casos em que não seja autorizada a renovação da licença ou seja indeferida a concessão da nova licença a que se refere o n.º 1, deve o interessado depositar a respectiva arma na PSP, acompanhada dos documentos inerentes, no prazo de 15 dias após a notificação da decisão, sob pena de incorrer em crime de desobediência qualificada.

5 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, nos 15 dias seguintes à data em que a decisão se tornar definitiva, pode o interessado proceder à transmissão da arma, remetendo à PSP o respectivo comprovativo.

6 — Findo o prazo de 15 dias referido no número anterior, a arma é declarada perdida a favor do Estado.

## CAPÍTULO III

**Aquisição de armas e munições**

## SECÇÃO I

**Autorizações de aquisição e declarações de compra e venda ou doação de armas**

## Artigo 30.º

**Autorização de aquisição**

1 — A autorização de aquisição é o documento emitido pela PSP que permite ao seu titular a aquisição, a título oneroso ou gratuito, de arma da classe a que o mesmo se refere.

2 — O requerimento a solicitar a autorização de aquisição deve conter:

a) A identificação completa do comprador ou donatário;

b) O número e o tipo de licença de que é titular ou o número do alvará da entidade que exerce a actividade;

c) Identificação da marca, modelo, tipo e calibre ou, no caso de partes essenciais de arma de fogo, a identificação da arma a que se destinam e as características dessas partes;

d) Declaração, sob compromisso de honra, de possuir no seu domicílio ou instalações, respectivamente, um cofre ou armário de segurança não portáteis, ou casa-forte ou fortificada, bem como referência à existência de menores no domicílio, se os houver;

e) Autorização para que a PSP, sem prejuízo do disposto no artigo 34.º da Constituição e após notificação para o efeito, proceda à fiscalização das condições de segurança para a guarda das armas.

3 — A verificação das condições de segurança por parte da PSP leva sempre em consideração a existência ou não de menores no domicílio do requerente, podendo a autorização de aquisição ser condicionada à realização de alterações nas mesmas.

4 — A autorização de aquisição tem o prazo de validade de 60 dias e dela devem constar os elementos referidos nas alíneas a), b) e c) do n.º 2.

5 — *(Revogado.)*

## Artigo 31.º

**Declarações de compra e venda ou doação**

1 — A declaração de compra e venda ou doação é o documento do qual consta a identificação completa do vendedor ou doador e do comprador ou donatário, tipo e nú-

mero das licenças ou alvarás, data, identificação da marca, modelo, tipo, calibre, capacidade ou voltagem da arma, conforme os casos, e número de fabrico, se o tiver.

2 — A declaração referida no número anterior é feita em triplicado, sendo o original para a PSP, o duplicado para o comprador ou donatário e o triplicado para o vendedor ou doador.

3 — O vendedor ou doador remete o original da declaração para a PSP, bem como o livrete de manifesto, no prazo máximo de 15 dias, para efeitos de emissão de livrete de manifesto, do registo da arma e da sua propriedade, conforme os casos.

#### Artigo 32.º

##### Limites de detenção

1 — Aos titulares das licenças B e B1 só é permitida a detenção até duas armas da classe respectiva.

2 — Ao titular da licença C só é permitida a detenção até duas armas de fogo desta classe, excepto se a sua guarda for feita em cofre ou armário de segurança não portáteis, casa-forte ou fortificada para a guarda das mesmas, devidamente verificados pela PSP.

3 — Ao titular da licença D só é permitida a detenção até duas armas de fogo desta classe, excepto se a sua guarda for feita em cofre ou armário de segurança não portáteis, devidamente verificados pela PSP.

4 — Ao titular de licença de detenção de arma no domicílio só é permitida a detenção até duas armas de fogo, excepto se a sua guarda for feita em cofre ou armário de segurança não portáteis, devidamente verificados pela PSP.

5 — Independentemente do número de armas detidas ao abrigo das licenças referidas nos números anteriores, sempre que o titular detiver no total mais de 25 armas de fogo está obrigado a ter casa-forte ou fortificada para a guarda das mesmas, devidamente verificada pela PSP.

6 — Sempre que, por razões legais ou de estrutura do edifício, não seja possível a edificação de casa-forte ou fortificada, podem estas ser substituídas por cofre com fixação à parede ou a pavimento, devidamente verificado pela PSP.

## SECÇÃO II

### Aquisição de munições

#### Artigo 33.º

##### Livro de registo de munições para as armas das classes B e B1

1 — O livro de registo de munições é concedido com o livrete de manifesto das armas das classes B e B1.

2 — O livro de registo de munições destina-se a inscrever em campos próprios as datas e quantidades de munições adquiridas e disparadas, dele devendo constar o nome do titular, número do livrete de manifesto da arma e seu calibre.

3 — Cada compra de munições efectuada deve ser registada no livro e certificada e datada pelo armeiro.

4 — Cada disparo ou conjunto de disparos efectuados pelo proprietário em carreira de tiro deve ser registado no livro e certificado e datado pelo responsável da carreira.

5 — O livro de registo de munições pode ser substituído no quadro da implementação de um registo informático centralizado na PSP de todas as aquisições e gastos de munições que inclua a atribuição e gestão de um cartão electrónico com código de identificação secreto.

#### Artigo 34.º

##### Posse e aquisição de munições para as armas das classes B e B1

1 — O proprietário ou o detentor de uma arma das classes B e B1 não pode, em momento algum, ter em seu poder mais de 250 munições por cada uma das referidas classes.

2 — A aquisição de munições depende da apresentação do livrete de manifesto da arma, da licença de uso e porte de arma, do livro de registo de munições e de prova da identidade do titular da licença.

#### Artigo 35.º

##### Aquisição de munições para as armas das classes C e D

1 — A compra e venda de munições para as armas das classes C e D é livre, mediante prova da identidade do comprador, exibição do livrete de manifesto da respectiva arma ou do documento comprovativo da cedência a título de empréstimo da mesma, licença de uso e porte de arma e emissão de factura discriminada das munições vendidas.

2 — Aos titulares das licenças C e D não é permitida a detenção de mais de 2000 munições para armas da classe D ou de mais de 250 munições para cada calibre de armas da classe C, salvo por autorização especial do director nacional da PSP, mediante requerimento do interessado, através do qual comprove possuir as necessárias condições de segurança para o seu armazenamento.

3 — A legislação regulamentar da presente lei define as medidas necessárias para a implementação de meios de registo electrónico e gestão centralizada na PSP de todas as aquisições.

#### Artigo 36.º

##### Recarga e componentes de recarga

1 — A recarga de munições é permitida aos titulares de licença C e D, não podendo ultrapassar as cargas propuloras indicadas pelos fabricantes.

2 — Só é permitida a venda de equipamentos e componentes de recarga a quem apresentar as licenças referidas no número anterior.

3 — As munições provenientes de recarga não podem ser vendidas ou cedidas e só podem ser utilizadas na prática de actos venatórios, treinos ou provas desportivas.

## SECÇÃO III

### Aquisição por sucessão *mortis causa* e cedência por empréstimo

#### Artigo 37.º

##### Aquisição por sucessão *mortis causa*

1 — A aquisição por sucessão *mortis causa* de qualquer arma manifestada é permitida mediante autorização do director nacional da PSP.

2 — O director nacional da PSP pode autorizar que a arma fique averbada em nome do cabeça-de-casal até se proceder à partilha dos bens do autor da herança, sendo neste caso obrigatório o depósito da arma à guarda da PSP.

3 — Caso o cabeça-de-casal ou outro herdeiro reúna as condições legais para a detenção da arma, pode ser solicitado averbamento em seu nome, ficando a mesma à sua guarda.

4 — A pedido do cabeça-de-casal, pode a arma ser transmitida a quem reunir condições para a sua detenção, sendo o adquirente escolhido pelo interessado, ou pode ser vendida em leilão que a PSP promova, sendo o valor da adjudicação, deduzido dos encargos, entregue à herança.

5 — Finda a partilha, a arma será entregue ao herdeiro beneficiário, desde que este reúna as condições legais para a sua detenção.

6 — Decorridos 10 anos sem que haja reclamação do bem, será o mesmo declarado perdido a favor do Estado.

### Artigo 38.º

#### Cedência a título de empréstimo

1 — Podem ser objecto de cedência, a título de empréstimo, a terceiro que as possa legalmente deter, as armas das classes C e D, desde que destinadas ao exercício de prática venatória ou treino de caça, nas condições definidas na legislação regulamentar da presente lei.

2 — O empréstimo deve ser formalizado mediante documento escrito, elaborado em triplicado, emitido pelo proprietário e por este datado e assinado, sendo certificado pela PSP, que arquiva o original, devendo o duplicado ser guardado pelo proprietário e o triplicado acompanhar a arma.

3 — Não é permitido o empréstimo por mais de 180 dias, excepto se for a museu.

4 — O empréstimo legal da arma exime o proprietário da responsabilidade civil inerente aos danos por aquela causados.

## CAPÍTULO IV

### Normas de conduta de portadores de armas

#### SECÇÃO I

##### Obrigações comuns

#### Artigo 39.º

##### Obrigações gerais

1 — Os portadores de qualquer arma obrigam-se a cumprir as disposições legais constantes da presente lei e seus regulamentos, bem como as normas regulamentares de qualquer natureza relativas ao porte de armas no interior de edifícios públicos, e as indicações das autoridades competentes relativas à detenção, guarda, transporte, uso e porte das mesmas.

2 — Os portadores de armas estão, nomeadamente, obrigados a:

a) Apresentar as armas, bem como a respectiva documentação, sempre que solicitado pelas autoridades competentes;

b) Declarar, de imediato e por qualquer meio, às autoridades policiais o extravio, furto ou roubo das armas, bem como o extravio, furto, roubo ou destruição do livrete de manifesto ou da licença de uso e porte de arma;

c) Não exhibir ou empunhar armas sem que exista manifesta justificação para tal;

d) Disparar as armas unicamente em carreiras ou campos de tiro ou no exercício de actos venatórios, actos de gestão cinegética e outras actividades de carácter venatório, nomeadamente no treino de caça em áreas específicas para o efeito, em provas desportivas ou em práticas recreativas em

propriedades rústicas privadas em condições de segurança para o efeito;

e) Comunicar de imediato às autoridades policiais situações em que tenham recorrido às armas por circunstâncias de defesa pessoal ou de propriedade;

f) Comunicar às autoridades policiais qualquer tipo de acidente ocorrido;

g) Não emprestar ou ceder as armas, a qualquer título, fora das circunstâncias previstas na presente lei;

h) Dar uma utilização às armas de acordo com a justificação da pretensão declarada aquando do seu licenciamento;

i) Manter válido e eficaz o contrato de seguro relativo à sua responsabilidade civil, quando a isso esteja obrigado nos termos da presente lei.

### Artigo 40.º

#### Segurança das armas

Os portadores de armas são permanentemente responsáveis pela segurança das mesmas, no domicílio ou fora dele, e devem tomar todas as precauções necessárias para prevenir o seu extravio, furto ou roubo, bem como a ocorrência de acidentes.

## SECÇÃO II

### Uso de armas de fogo, eléctricas e aerossóis de defesa

#### Artigo 41.º

##### Uso, porte e transporte

1 — O uso, porte e transporte das armas de fogo deve ser especialmente disciplinado e seguir rigorosamente as regras e procedimentos de segurança.

2 — As armas de fogo curtas devem ser portadas em condições de segurança, em coldre ou estojo próprio para o seu porte, com dispositivo de segurança, sem qualquer munição introduzida na câmara, com excepção dos revólveres.

3 — As armas de fogo devem ser transportadas de forma separada das respectivas munições, com cadeado de gatilho ou mecanismo que impossibilite o seu uso, ou desmontadas de forma a que não sejam facilmente utilizáveis, ou sem peça que possibilite o seu disparo, em bolsa ou estojo próprios para o modelo em questão, com adequadas condições de segurança.

4 — O porte de arma de fogo, armas eléctricas, aerossóis de defesa e munições nas zonas restritas de segurança dos aeroportos e a bordo de uma aeronave carece de autorização da autoridade competente, sendo o seu transporte a bordo de aeronaves, como carga, sujeito ao disposto na Convenção da Aviação Civil Internacional.

#### Artigo 42.º

##### Uso de armas de fogo

1 — Considera-se uso excepcional de arma de fogo a sua utilização efectiva nas seguintes circunstâncias:

a) Como último meio de defesa, para fazer cessar ou repelir uma agressão actual e ilícita dirigida contra o próprio ou terceiros, quando exista perigo iminente de morte ou ofensa grave à integridade física e quando essa defesa não possa ser garantida por agentes da autoridade do Estado, devendo o disparo ser precedido de advertência verbal ou

de disparo de advertência e em caso algum podendo visar zona letal do corpo humano;

b) Como último meio de defesa, para fazer cessar ou repelir uma agressão actual e ilícita dirigida contra o património do próprio ou de terceiro e quando essa defesa não possa ser garantida por agentes da autoridade do Estado, devendo os disparos ser exclusivamente de advertência.

2 — Considera-se uso não excepcional de arma de fogo:

a) O exercício da prática desportiva ou de actos venatórios, actos de gestão cinegética e outras actividades de carácter venatório, nomeadamente o treino de tiro em zonas caça nas áreas específicas para o efeito, em provas desportivas e em práticas recreativas em propriedades rústicas privadas com condições de segurança para o efeito;

b) Como meio de alarme ou pedido de socorro, numa situação de emergência, quando outros meios não possam ser utilizados com a mesma finalidade;

c) Como meio de repelir uma agressão iminente ou em execução, perpetrada por animal susceptível de fazer perigar a vida ou a integridade física do próprio ou de terceiros, quando essa defesa não possa ser garantida por outra forma.

#### Artigo 43.º

##### Segurança no domicílio

1 — O portador que se separe fisicamente da arma de fogo deve colocá-la no interior de um cofre ou armário de segurança não portáteis, sempre que exigido.

2 — Nos casos não abrangidos pelo número anterior, deve o portador retirar à arma peça que possibilite o seu disparo, que deve ser guardada separadamente, ou fixá-la a parede ou a outro objecto fixo, ou apor-lhe cadeado ou mecanismo de bloqueio, por forma a que não seja possível a sua utilização.

3 — O cofre ou armário referidos no n.º 1 podem ser substituídos por casa-forte ou fortificada.

#### Artigo 44.º

##### Armas eléctricas, aerossóis de defesa e outras armas de letalidade reduzida

1 — O uso de arma eléctrica, aerossóis de defesa e outras armas não letais deve ser precedido de aviso explícito quanto à sua natureza e intenção da sua utilização, aplicando-se, com as devidas adaptações, as limitações definidas no artigo 42.º

2 — Estas armas ou dispositivos devem ser transportados em bolsa própria para o efeito, com o dispositivo de segurança accionado, e ser guardados no domicílio em local seguro.

#### SECÇÃO III

##### Proibição de detenção, uso e porte de arma

#### Artigo 45.º

##### Ingestão de bebidas alcoólicas ou de outras substâncias

1 — É proibida a detenção, uso e porte de arma, bem como o seu transporte fora das condições de segurança previstas no artigo 41.º, sob a influência de álcool ou de outras substâncias estupefacientes ou psicotrópicas,

sendo o portador de arma, por ordem de autoridade policial competente, obrigado, sob pena de incorrer em crime de desobediência qualificada, a submeter-se a provas para a sua detecção.

2 — Entende-se estar sob o efeito do álcool quem apresentar uma taxa de álcool no sangue igual ou superior a 0,50 g/l.

3 — As provas referidas no n.º 1 compreendem exames de pesquisa de álcool no ar expirado, análise de sangue e outros exames médicos adequados.

4 — Para efeitos do disposto no n.º 1, considera-se detenção de arma o facto de esta se encontrar na esfera de disponibilidade imediata do detentor, montada, municada, e apta a disparar.

#### Artigo 46.º

##### Fiscalização

1 — O exame de pesquisa de álcool no ar expirado é efectuado por qualquer autoridade ou agente de autoridade, mediante o recurso a aparelho aprovado.

2 — Sempre que o resultado do exame for positivo, o agente de autoridade deve notificar o examinado por escrito do respectivo resultado e sanções daí decorrentes e ainda da possibilidade de este requerer de imediato a realização de contraprova por análise do sangue.

3 — Se a suspeita se reportar à existência de substâncias estupefacientes ou outras, o exame é feito mediante análise ao sangue ou outros exames médicos, devendo o suspeito ser conduzido pelo agente de autoridade ao estabelecimento de saúde mais próximo dotado de meios que permitam a sua realização.

4 — A recolha do sangue para efeitos dos números anteriores deve efectuar-se no prazo máximo de duas horas e é realizada em estabelecimento de saúde oficial ou, no caso de contraprova de exame que já consistiu em análise do sangue, noutra estabelecimento de saúde, público ou privado, indicado pelo examinado, desde que a sua localização e horário de funcionamento permitam a sua efectivação no prazo referido.

5 — Para efeitos da fiscalização prevista neste artigo, as autoridades policiais podem utilizar os aparelhos e outros meios homologados ao abrigo do Código da Estrada e legislação complementar.

## CAPÍTULO V

### Armeiros

#### SECÇÃO I

##### Tipos de alvarás, sua atribuição e cassação

#### Artigo 47.º

##### Concessão de alvarás

Por despacho do director nacional da PSP, podem ser concedidos alvarás de armeiro para o exercício da actividade de fabrico, compra e venda ou reparação de armas das classes B, B1, C, D, E, F e G e das suas munições, para efeitos cénicos ou cinematográficos e leilão de armas, e ainda para armas e munições de colecções temáticas definidas no artigo 27.º da Lei n.º 42/2006, de 25 de Agosto.

## Artigo 48.º

## Tipos de alvarás

1 — Tendo em consideração a actividade pretendida e as condições de segurança das instalações, são atribuídos os seguintes tipos de alvarás:

a) Alvará de armeiro do tipo 1, para o fabrico, montagem e reparação de armas de fogo e suas munições;

b) Alvará de armeiro do tipo 2, para a compra e venda e reparação de armas das classes B, B1, C, D, E, F e G e suas munições;

c) Alvará de armeiro do tipo 3, para a compra e venda e reparação de armas das classes E, F e G e suas munições;

d) Alvará de armeiro do tipo 4, para importar, transferir, deter e ceder temporariamente armas e acessórios de todas as classes, com excepção dos equipamentos, meios militares e material de guerra, para efeitos cénicos e cinematográficos;

e) Alvará de armeiro do tipo 5, para venda e leilão de armas destinadas a colecção.

2 — Os alvarás podem ser requeridos por quem reúna, cumulativamente, as seguintes condições:

a) Seja maior de 18 anos;

b) Se encontre em pleno uso de todos os direitos civis;

c) Seja idóneo;

d) Seja portador do certificado de aprovação para o exercício da actividade de armeiro ou, tratando-se de pessoa colectiva, possua um responsável técnico que preencha os requisitos das alíneas a) a e);

e) Seja portador de certificado médico;

f) Seja possuidor de instalações comerciais ou industriais devidamente licenciadas e que observem as condições de segurança fixadas para actividade pretendida.

3 — Quando o requerente for uma pessoa colectiva, os requisitos mencionados nas alíneas a), b), c) e e) do número anterior têm de se verificar relativamente a todos os sócios e gerentes ou aos cinco maiores accionistas ou administradores, conforme os casos.

4 — A apreciação da idoneidade do requerente é feita nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 14.º

5 — O alvará de armeiro é concedido por um período de cinco anos, renovável, ficando a sua renovação condicionada à verificação das condições exigidas para a sua concessão, não sendo contudo exigido o certificado previsto na alínea d) do n.º 2.

6 — O alvará de armeiro só é concedido depois de verificadas as condições de segurança das instalações, bem como da comprovada capacidade que os requerentes possuem para o exercício da actividade, podendo a PSP, para o efeito, solicitar parecer às associações da classe.

7 — Os requisitos fixados no n.º 2 são de verificação obrigatória para as pessoas singulares ou colectivas provenientes de Estados membros da União Europeia ou de países terceiros.

8 — Para os efeitos previstos no número anterior, pode a Direcção Nacional da PSP proceder à equiparação de certificações emitidas por Estados terceiros para o exercício da actividade de armeiro a que corresponda alvará do tipo 1, sem prejuízo da aplicabilidade de eventuais tratados ou acordos

de que Portugal seja, no presente domínio, parte celebrante ou aderente.

9 — Aos elementos das forças e serviços de segurança e das Forças Armadas, quando no activo, é interdito o exercício da actividade de armeiro.

10 — Sem prejuízo do disposto no artigo 68.º-A, os titulares de alvará de armeiro só podem exercer a sua actividade em estabelecimentos licenciados para o efeito, de acordo com as regras de segurança definidas, podendo apenas transaccionar, para além de todos os bens, materiais e equipamentos de venda livre, as armas, munições e equipamentos previstos na presente lei que recaiam no âmbito do seu alvará.

11 — O exercício da actividade de armeiro em feiras da especialidade ou feiras agrícolas, bem como em exposições, carece de autorização prévia do director nacional da PSP.

12 — As regras de funcionamento, obrigações, requisitos de concessão e das taxas a cobrar pela emissão dos alvarás de armeiro tipo 4 e 5 são estabelecidos por portaria do Ministério da Administração Interna.

## Artigo 49.º

## Cedência do alvará

O alvará de armeiro só pode ser cedido a pessoa singular ou colectiva que reúna iguais condições às do seu titular para o exercício da actividade, ficando a sua cedência dependente de autorização do director nacional da PSP.

## Artigo 50.º

## Cassação do alvará

1 — O director nacional da PSP pode determinar a cassação do alvará de armeiro nos seguintes casos:

a) Incumprimento das disposições legais fixadas para a prática da actividade;

b) Alteração dos pressupostos em que se baseou a concessão do alvará;

c) Por razões de segurança e ordem pública.

2 — A cassação do alvará é precedida de um processo de inquérito, instruído pela PSP com todos os documentos atinentes ao fundamento da cassação relativos à infracção e com outros elementos que se revelem necessários.

3 — O armeiro a quem for cassado o alvará deve encerrar a instalação no prazo de 48 horas após a notificação da decisão, sob pena de incorrer em crime de desobediência qualificada, sem prejuízo de a PSP optar por outro procedimento, nomeadamente o imediato encerramento e selagem preventiva das instalações.

## Artigo 50.º-A

## Comércio electrónico

1 — É permitido aos armeiros o comércio electrónico de bens que recaiam no âmbito do seu alvará, com excepção de armas, munições e acessórios da classe A e partes essenciais dessas armas.

2 — O comércio electrónico não dispensa que a aquisição de bens permitidos ao abrigo da presente lei seja titulada pelos originais ou fotocópias autenticadas dos documentos necessários para a sua realização, nem que a sua entrega seja efectuada no estabelecimento de armeiro,

cujo alvará permita a referida transacção, mantendo-se as obrigações do n.º 2 do artigo 52.º

3 — Para efeitos do disposto no número anterior, não é admissível a apresentação de fotocópias autenticadas de autorizações prévias de importação, exportação ou de transferência.

## SECÇÃO II

### Obrigações dos armeiros, registos e mapas

#### Artigo 51.º

##### Obrigações especiais dos armeiros quanto à actividade

1 — Os titulares de alvará de armeiro, para além de outras obrigações decorrentes da presente lei, estão, especialmente, obrigados a:

- a) Exercer a actividade de acordo com o seu alvará e com as normas legais;
- b) Manter actualizados os registos obrigatórios;
- c) Enviar à PSP cópia dos registos obrigatórios;
- d) Observar com rigor todas as normas de segurança a que está sujeita a actividade;
- e) Facultar às autoridades competentes, sempre que por estas solicitado, o acesso aos registos de armas e munições, bem como a conferência das armas e munições em existência;
- f) Facultar às autoridades competentes, sempre que por estas solicitado, o acesso às armas transferidas de outro Estado membro, bem como à respectiva documentação.

2 — Os armeiros estão, especialmente, obrigados a registar diariamente os seguintes actos:

- a) Importação, exportação e transferência de armas;
- b) Importação, exportação e transferência de munições;
- c) Compra de armas;
- d) Venda de armas;
- e) Compra e venda de munições;
- f) Fabrico e montagem de armas;
- g) Reparação de armas;
- h) Existências de armas e munições.

3 — Em cada um dos registos referidos nas alíneas do número anterior são escrituradas, separadamente, as armas e munições por classes, indicando-se o seu fabricante, número, modelo, calibre, data e entidade com quem se efectuou a transacção, respectiva licença ou alvará, bem como o número da autorização de compra, quando exigida.

4 — Os registos são efectuados em livros ou suporte informático e devem existir em todos os locais de fabrico, compra e venda ou reparação de armas e suas munições.

5 — Nos armazéns que o armeiro possua só é obrigatório o registo referido na alínea h) do n.º 2.

6 — O armeiro remete à PSP, até ao dia 5 de cada mês, uma cópia dos registos obrigatórios.

7 — Os registos devem ser mantidos por um período de 20 anos.

#### Artigo 52.º

##### Obrigações especiais dos armeiros na venda ao público

1 — A venda ao público de armas de fogo e suas munições só pode ser efectuada por pessoas devidamente habilitadas para o efeito, com domínio da língua portuguesa.

2 — Cabe aos armeiros ou aos seus trabalhadores verificar a identidade do comprador, a existência das licenças

ou autorizações habilitantes, confirmar e explicar as características e efeitos da arma e munições vendidas, bem como as regras de segurança aplicáveis.

3 — O armeiro e os seus trabalhadores devem recusar a venda de arma ou munições sempre que o comprador apresente sinais notórios de embriaguez, perturbação psíquica, consumo de estupefacientes ou ingestão de qualquer substância que lhe afecte o comportamento.

## SECÇÃO III

### Obrigações dos armeiros no fabrico, montagem e reparação de armas

#### Artigo 53.º

##### Marca de origem

1 — O titular de alvará do tipo 1 é obrigado a marcar, de modo permanente, nas armas por ele produzidas, por marcação incisiva ou indelével, o seu nome ou marca, modelo, país de origem, o ano e o número de série de fabrico e a apresentar, de seguida, as mesmas à PSP para efeitos de exame.

2 — As armas de fogo produzidas em Portugal devem ter inscrito um punção de origem e uma marca aposta por um banco oficial de provas reconhecido por despacho do Ministro da Administração Interna.

#### Artigo 54.º

##### Manifesto de armas

O manifesto das armas fabricadas ou montadas é sempre feito a favor dos armeiros habilitados com alvará do tipo 2 ou 3.

#### Artigo 55.º

##### Obrigações especiais dos armeiros na reparação de armas de fogo

1 — É proibida a reparação de armas de fogo que não estejam devidamente manifestadas e acompanhadas dos respectivos livretes de manifesto ou documento que os substitua.

2 — Quando da reparação de armas possa resultar eliminação de número de série de fabrico ou alteração das suas características, devem as armas ser, previamente, examinadas e marcadas pela PSP.

3 — As armas sem número de série de fabrico ficam sujeitas ao exame e marcação previstos no número anterior.

4 — As alterações de características das armas para efeito de maior aptidão venatória ou desportiva são requeridas ao director nacional da PSP, sendo obrigatório o seu averbamento ao respectivo manifesto.

## CAPÍTULO VI

### Carreiras e campos de tiro

#### SECÇÃO I

##### Prática de tiro

#### Artigo 56.º

##### Locais permitidos

1 — Só é permitido efectuar disparos com armas de fogo em carreiras e campos de tiro devidamente autorizados ou

no exercício de actos venatórios, actos de gestão cinegética e outras actividades de carácter venatório, nomeadamente o treino de caça em áreas específicas para o efeito, em provas desportivas e em práticas recreativas em propriedades rústicas privadas em condições de segurança para o efeito e nos demais locais permitidos por lei.

2 — Ficam excluídos do âmbito da presente lei as carreiras e campos de tiro para uso militar ou policial, estejam ou não afectos à prática de tiro desportivo.

3 — É permitida a prática recreativa de tiro com armas de fogo em propriedades rústicas privadas, desde que observadas as condições de segurança definidas por despacho do director nacional da PSP.

## SECÇÃO II

### Atribuição de alvarás, sua cedência e cassação

#### Artigo 57.º

##### Competência

1 — O licenciamento das carreiras e campos de tiro depende de alvará concedido pelo director nacional da PSP.

2 — A criação de carreiras e campos de tiro em propriedades rústicas, com área adequada para o efeito, para uso restrito do proprietário, depende de licença concedida pela PSP.

3 — Ficam excluídos do disposto no n.º 1 as carreiras e campos de tiro da iniciativa do Instituto do Desporto de Portugal, I. P., desde que se encontrem asseguradas as condições de segurança.

#### Artigo 58.º

##### Concessão de alvarás

As pessoas singulares ou colectivas que pretendam instalar carreiras ou campos de tiro devem requerer ao director nacional da PSP a atribuição do respectivo alvará e licenciamento do local, observando-se, na parte aplicável, o disposto nos n.ºs 2 e seguintes do artigo 48.º

#### Artigo 59.º

##### Cedência e cassação do alvará

São aplicáveis à cedência e à cassação dos alvarás para a exploração e gestão de carreiras e campos de tiro as disposições constantes dos artigos 49.º e 50.º

## CAPÍTULO VII

### Importação, exportação, transferência e cartão europeu de arma de fogo

#### SECÇÃO I

##### Importação e exportação de armas e munições

#### Artigo 60.º

##### Autorização prévia à importação e exportação

1 — A importação e a exportação de armas de aquisição condicionada, partes essenciais de armas de fogo, munições, fulminantes, cartuchos ou invólucros com fulminantes, punhos para armas de fogo longas e coronhas retrácteis ou rebatíveis, estão sujeitas a prévia autorização do director nacional da PSP.

2 — A autorização pode ser concedida:

a) Ao titular do alvará de armeiro, de acordo com a actividade exercida;

b) Ao titular de licença B, ou isento nos termos da lei, para armas de fogo da classe B;

c) Ao titular de licença B1, C, D, E ou F, para armas da classe permitida pela respectiva licença.

3 — Em cada ano apenas é concedida autorização de importação de uma arma aos titulares das licenças B, B1, C, D, E e F, ou que delas estejam isentos.

4 — Os cidadãos nacionais regressados de países terceiros após ausência superior a um ano e os estrangeiros oriundos desses países que pretendam fixar residência em território nacional podem ser autorizados a importar as suas armas das classes B, B1, C, D, E, F ou G e respectivas munições, ficando contudo sujeitos à prova da respectiva licença de uso e porte ou detenção.

5 — A autorização prevista no número anterior pode, em casos devidamente fundamentados, ser concedida, pelo director nacional da PSP, a nacionais regressados de países terceiros antes de decorrido um ano.

6 — O requerimento, acompanhado pelo certificado de utilizador final, individual ou colectivo, quando a arma se destine à exportação, indica o tipo, a marca, o modelo, o calibre, o número de série de fabrico, demais características da arma e a indicação de a arma ter sido sujeita ao controlo de conformidade.

7 — Previamente à concessão da autorização de exportação, a PSP solicita ao Ministério dos Negócios Estrangeiros parecer relativo ao cumprimento pelo país de destino dos critérios previstos no Código de Conduta da União Europeia sobre exportação de armas.

8 — O parecer previsto no número anterior é vinculativo e enviado à PSP no prazo de 10 dias após o pedido.

9 — Só podem ser admitidas em território nacional as armas homologadas por despacho do director nacional da PSP, nos termos do artigo 11.º-A.

#### Artigo 61.º

##### Procedimento para a concessão da autorização prévia

1 — Do requerimento da autorização de importação devem constar o número e a data do alvará, a licença dos requerentes, a descrição dos artigos a importar, a sua proveniência, características e quantidades, o nome dos fabricantes e revendedores, bem como a indicação de as armas terem sido sujeitas ao controlo de conformidade.

2 — A autorização é válida pelo prazo de 180 dias, prorrogável por um único período de 30 dias.

3 — A autorização é provisória, convertendo-se em definitiva após peritagem a efectuar pela PSP.

4 — O disposto nos números anteriores é aplicável, com as devidas adaptações, à autorização de exportação sempre que o director nacional da PSP o considere necessário.

#### Artigo 62.º

##### Autorização prévia para a importação e exportação temporária

1 — O director nacional da PSP pode emitir autorização prévia, nos seguintes casos:

a) Para a importação e exportação temporária de armas e partes essenciais de armas de aquisição condicionada, destinadas à prática venatória e competições desportivas;

b) Para a importação e exportação temporária de armas e partes essenciais de armas de aquisição condicionada, destinadas a feiras da especialidade, feiras agrícolas ou de colecionadores, exposições, mostruários e demonstrações;

c) Para a importação e exportação temporária de armas e partes essenciais de armas de aquisição condicionada, com vista à sua alteração ou reparação.

2 — O requerimento será formulado pelos proprietários, fabricantes, armeiros, agentes comerciais ou entidades que promovem as iniciativas referidas no n.º 1.

3 — Da autorização constam a classe, tipo, modelo, calibre e demais características das armas e suas quantidades, o prazo de permanência ou ausência do País, bem como, se for caso disso, as regras de segurança a observar.

4 — *(Revogado.)*

#### Artigo 63.º

##### Peritagem

1 — A peritagem efectua-se num prazo máximo de cinco dias após a sua solicitação e destina-se a verificar se os artigos declarados para importação, e se for caso disso para exportação, estão em conformidade com o previsto na presente lei.

2 — A peritagem só pode ser efectuada após o importador ou exportador fornecer os dados que não tenha apresentado no momento do pedido de autorização prévia, relativos às armas de aquisição condicionada, às partes essenciais de armas de fogo, às munições, aos fulminantes, aos cartuchos ou invólucros com fulminantes.

3 — A abertura dos volumes com armas, partes essenciais, munições, invólucros com fulminantes ou só fulminantes só pode ser efectuada nas estâncias alfandegárias na presença de perito da PSP, mediante a apresentação da declaração aduaneira acompanhada de todos os documentos exigidos, prontos para a verificação.

4 — A peritagem a que se refere o número anterior é feita conjuntamente com a Direcção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa sempre que se trate de armas, munições ou acessórios cuja característica dual, civil e militar, as torne enquadráveis nas seguintes normas do artigo 3.º:

a) Alíneas a) a c) e q) e r) do n.º 2;

b) N.º 3;

c) Alíneas a) a c) do n.º 5, apenas no que respeita a armas semiautomáticas e de repetição;

d) Alínea a) do n.º 6, apenas quanto a armas semiautomáticas.

5 — Quando, na sequência da peritagem referida no número anterior, as armas, munições e acessórios sejam classificados como arma com a configuração de armamento militar, o processo de atribuição das autorizações para importação, exportação, transferência, trânsito e transbordo é encerrado, as armas são devolvidas à origem e o respectivo processo de notificação internacional segue o disposto na legislação própria aplicável, no âmbito do Ministério da Defesa Nacional.

#### Artigo 64.º

##### Procedimentos aduaneiros

1 — A importação e a exportação de armas, partes essenciais de armas de fogo, munições, fulminantes, cartuchos ou invólucros com fulminantes, punhos para armas de fogo

longas e coronhas retrácteis ou rebatíveis efectuem-se nas estâncias aduaneiras de Lisboa, Porto, Faro, Ponta Delgada e Funchal da Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo (DGAIEC).

2 — A declaração aduaneira de importação ou de exportação depende da apresentação da autorização de importação ou de exportação concedida pela PSP e processa-se com observância da regulamentação aduaneira aplicável, sem prejuízo do disposto na presente lei.

3 — A autorização de importação é arquivada na instância aduaneira de processamento da declaração aduaneira.

4 — A declaração aduaneira de importação ou de exportação é comunicada à PSP nos 15 dias seguintes à respectiva ultimação.

#### Artigo 65.º

##### Não regularização da situação aduaneira

1 — Na ausência de prévia autorização de importação ou de exportação, as armas, munições e partes essenciais de armas de fogo, fulminantes e invólucros com fulminantes ficam depositados em local a determinar pela PSP ou pelo chefe da estância aduaneira, se esta reunir condições de segurança adequadas, sendo o proprietário notificado de que as armas e munições ou outros artigos serão perdidos a favor do Estado se não for regularizada a sua situação no prazo de 180 dias.

2 — Para efeitos de declaração de perda a favor do Estado ou de leilão, as estâncias aduaneiras lavram auto de entrega à PSP dos artigos originários de países terceiros indicando a classificação pautal e a taxa de recursos próprios comunitários e de outras imposições devidas na importação, nos termos da legislação comunitária e nacional.

3 — As importâncias a cobrar a título de recursos próprios comunitários e de outras imposições devidas na importação, ainda que os artigos tenham um destino que não seja a venda, são remetidas à DGAIEC.

#### Artigo 66.º

##### Despacho de armas para diplomatas e acompanhantes de missões oficiais

1 — A entrada no território nacional e a saída deste de armas de fogo e munições das missões acreditadas junto do Estado Português, ou outras de carácter diplomático contempladas por acordos entre os Estados, são dispensadas de formalidades alfandegárias.

2 — A entrada e circulação em território nacional e a saída deste de armas de fogo e munições para uso, porte e transporte por elementos de forças e serviços de segurança de outros Estados, em missão oficial em Portugal ou em trânsito de ou para países terceiros, carecem de autorização do director nacional da PSP, estando dispensadas de formalidades alfandegárias.

#### SECÇÃO II

##### Transferência

#### Artigo 67.º

##### Transferência de Portugal para os Estados membros

1 — A expedição ou transferência de armas de aquisição condicionada, partes essenciais de armas de fogo, muni-

ções, fulminantes, cartuchos ou invólucros com fulminantes, punhos para armas de fogo longas e coronhas retrácteis ou rebatíveis de Portugal para os Estados membros da União Europeia depende de autorização, nos termos dos números seguintes.

2 — O requerimento a solicitar a autorização é dirigido ao director nacional da PSP e deve conter:

- a) A identidade do comprador ou cessionário;
- b) O nome e apelidos, a data e lugar de nascimento, a residência e o número do documento de identificação, bem como a data de emissão e indicação da autoridade que tiver emitido os documentos, tratando-se de pessoa singular;
- c) A denominação e a sede social, bem como os elementos de identificação referidos na alínea anterior relativamente ao seu representante, tratando-se de pessoa colectiva;
- d) O endereço do local para onde são enviadas ou transportadas as armas;
- e) O número de armas que integram o envio ou o transporte;
- f) O tipo, a marca, o modelo, o calibre, o número de série de fabrico e demais características da arma, bem como a indicação de as armas terem sido sujeitas ao controlo de conformidade;
- g) O meio de transferência;
- h) A data de saída e a data estimada da chegada das armas.

3 — O requerimento a que se refere o número anterior deve ser acompanhado do acordo prévio emitido pelo Estado membro do destino das armas, quando exigido.

4 — A PSP verifica as condições em que se realiza a transferência com o objectivo de determinar se garante as condições de segurança da mesma.

5 — Cumpridos os requisitos dos números anteriores, é emitida uma autorização de transferência, por despacho do director nacional da PSP, de onde constem todos os dados exigidos no n.º 2 do presente artigo.

6 — A autorização de transferência deve acompanhar a arma ou armas até ao ponto de destino e deve ser apresentada, sempre que solicitada, às autoridades dos Estados membros da União Europeia de trânsito ou de destino.

### Artigo 68.º

#### Transferência dos Estados membros para Portugal

1 — A admissão ou entrada e a circulação de armas de aquisição condicionada, partes essenciais de armas de fogo, munições, fulminantes, cartuchos ou invólucros com fulminantes, punhos para armas de fogo longas e coronhas retrácteis ou rebatíveis procedentes de outros Estados membros da União Europeia dependem de autorização prévia, quando exigida, nos termos dos números seguintes.

2 — A autorização é concedida por despacho do director nacional da PSP, observado o disposto na presente lei, mediante requerimento do interessado, instruído com os elementos referidos na alínea f) do n.º 2 do artigo anterior.

3 — As armas que entrem ou circulem em Portugal devem estar acompanhadas da autorização expedida pelas autoridades competentes do país de procedência.

4 — Cumpridos os requisitos dos números anteriores e após verificação por perito da PSP das características dos bens referidos no n.º 1, é emitida uma autorização de transferência definitiva, por despacho do director nacional

da PSP, de onde constem os elementos referidos no n.º 2 do artigo anterior.

5 — Por razões de segurança interna, o Ministro da Administração Interna pode autorizar a transferência de armas para Portugal com isenção das formalidades previstas nos números anteriores, devendo comunicar a lista das armas objecto de isenção às autoridades dos restantes Estados membros da União Europeia.

6 — Só podem ser admitidas em território nacional as armas de fogo, reproduções de armas de fogo, armas de salva ou alarme, armas de *starter* e munições homologadas por despacho do director nacional da PSP, nos termos do artigo 11.º-A.

### Artigo 68.º-A

#### Transferência temporária

1 — O director nacional da PSP pode autorizar previamente a transferência temporária de:

- a) Armas e partes essenciais de armas de aquisição condicionada, destinadas a práticas venatórias e competições desportivas;
- b) Armas e partes essenciais de armas de aquisição condicionada, destinadas a feiras da especialidade, feiras agrícolas ou de colecionadores, exposições, mostruários e demonstrações;
- c) Armas e partes essenciais de armas de aquisição condicionada, com vista à sua alteração ou reparação.

2 — O requerimento será formulado pelos proprietários, fabricantes, armeiros, agentes comerciais e entidades que promovem as iniciativas referidas no n.º 1.

3 — Da autorização constam a classe, tipo, marca, modelo, calibre, número de série de fabrico e demais características da arma ou munições, e as suas quantidades, o prazo de permanência ou ausência do país, bem como as regras de segurança a observar.

4 — A autorização prevista na alínea a) do n.º 1 é dispensada aos titulares do cartão europeu de arma de fogo, desde que nele estejam averbadas as armas a transferir.

### Artigo 69.º

#### Comunicações

1 — A PSP envia toda a informação pertinente de que disponha sobre transferências definitivas de armas às correspondentes autoridades dos Estados membros da União Europeia para onde se realize a transferência.

2 — Sempre que o Estado Português esteja vinculado por acordo ou tratado internacional à notificação de países terceiros relativa à exportação de armas, a PSP faz as comunicações necessárias à entidade que nos termos das obrigações assumidas for competente para o efeito.

### SECÇÃO III

#### Cartão europeu de arma de fogo

### Artigo 70.º

#### Cartão europeu de arma de fogo

1 — O cartão europeu de arma de fogo é o documento que habilita o seu titular a deter uma ou mais armas de fogo em qualquer Estado membro da União Europeia desde que autorizado pelo Estado membro de destino.

2 — O cartão europeu de arma de fogo é concedido pelo director nacional da PSP e é válido pelo período de cinco anos, prorrogável por iguais períodos, desde que se verifiquem os requisitos que levaram à sua emissão.

3 — Os pedidos de concessão do cartão europeu de arma de fogo são instruídos com os seguintes documentos:

a) Requerimento a solicitar a concessão de onde conste a identificação completa do requerente, nomeadamente estado civil, idade, profissão, naturalidade, nacionalidade e domicílio;

b) Duas fotografias do requerente a cores e em tamanho tipo passe;

c) Cópia da licença ou licenças de uso e porte de armas de fogo ou prova da sua isenção;

d) Cópia dos livretes de manifesto de armas que pretende averbar;

e) Cópia do bilhete de identidade ou passaporte.

4 — O director nacional da PSP pode determinar a todo o tempo a apreensão do cartão europeu de arma de fogo por motivos de segurança e ordem pública de especial relevo.

5 — São averbadas as armas de propriedade do requerente e aquelas de que é legítimo detentor e utilizador, bem como o seu extravio ou furto.

#### Artigo 71.º

##### Vistos

1 — A autorização referida no n.º 1 do artigo anterior reveste a forma de visto prévio e deve ser requerida à PSP quando Portugal for o Estado de destino.

2 — O visto prévio a que se refere o número anterior não é exigido para o exercício de prática venatória ou desportiva, desde que comprovado o motivo da deslocação, nomeadamente mediante a apresentação de um convite ou de outro documento que prove a prática das actividades de caça ou de tiro desportivo no Estado membro de destino.

### CAPÍTULO VIII

#### Manifesto

##### SECÇÃO I

#### Marcação e registo

##### Artigo 72.º

##### Competência

Compete à PSP a organização e manutenção do cadastro e fiscalização das armas classificadas no artigo 3.º e suas munições.

##### Artigo 73.º

##### Manifesto

1 — O manifesto das armas das classes B, B1, C e D e das previstas na alínea c) do n.º 7 e na alínea b) do n.º 8 do artigo 3.º é obrigatório, resulta da sua importação, transferência, fabrico, apresentação voluntária ou aquisição e faz-se em função das respectivas características, classificando-as de acordo com o disposto no artigo 3.º

2 — A cada arma manifestada corresponde um livrete de manifesto, a emitir pela PSP.

3 — Do livrete de manifesto consta o número e data de emissão, classe da arma, marca, calibre, número de fabrico, número de canos e identificação do seu proprietário.

4 — Em caso de extravio ou inutilização do livrete, é concedida uma segunda via depois de organizado o respectivo processo justificativo.

#### Artigo 74.º

##### Numeração e marcação

1 — As armas sujeitas a manifesto têm de estar marcadas com o nome ou marca de origem, número de série de fabrico, calibre e modelo, com excepção das que foram fabricadas antes de 1950, que apenas têm de estar marcadas com o nome ou marca de origem e número de série de fabrico.

2 — As armas que não estejam marcadas em conformidade com o disposto no número anterior são marcadas com um código numérico e com punção da PSP.

3 — A marcação deve ser efectuada de molde a não diminuir o valor patrimonial das armas.

4 — Cada embalagem de munições produzidas, comercializadas e utilizadas em Portugal tem de ser marcada, de forma a identificar o fabricante, o calibre, o tipo de munição e o número de identificação do lote, em conformidade com regras a estabelecer por portaria do Ministério da Administração Interna.

#### Artigo 75.º

##### Factos sujeitos a registo

1 — O extravio, furto, roubo e transmissão de armas ficam sujeitos a registo na PSP.

2 — As armas que se inutilizem por completo são entregues à PSP para efeitos de peritagem.

3 — Quando da peritagem resultar a reclassificação da arma como arma inutilizada, pode o respectivo proprietário requerer à PSP a sua devolução, quando titular de licença aplicável, ou a sua destruição.

### CAPÍTULO IX

#### Disposições comuns

##### Artigo 76.º

##### Exercício da actividade de armeiro e de gestão de carreiras e campos de tiro

1 — A constituição de pessoas colectivas sob a forma de sociedade anónima cujo objecto social consista, total ou parcialmente, no exercício da actividade de armeiro ou na exploração e gestão de carreiras e campos de tiro obriga a que todas as acções representativas do seu capital social sejam nominativas.

2 — Independentemente do tipo de pessoa colectiva cujo objecto social consista, total ou parcialmente, no exercício da actividade de armeiro ou de exploração e gestão de carreiras e campos de tiro, qualquer transmissão das suas participações sociais deve ser sempre autorizada pelo director nacional da PSP, sendo exigido ao novo titular a verificação dos requisitos legais para o exercício da actividade.

## Artigo 77.º

**Responsabilidade civil e seguro obrigatório**

1 — Os titulares de licenças e de alvarás previstos na presente lei ou aqueles a quem a respectiva lei orgânica ou estatuto profissional atribui ou dispensa da licença de uso e porte de arma são civilmente responsáveis, independentemente da sua culpa, por danos causados a terceiros em consequência da utilização das armas de fogo que detenham ou do exercício da sua actividade.

2 — A violação grosseira de norma de conduta referente à guarda e transporte das armas de fogo determina sempre a responsabilização solidária do seu proprietário pelos danos causados a terceiros pelo uso, legítimo ou não, que às mesmas venha a ser dado.

3 — Com excepção dos titulares de licenças E ou de licença especial, quando a arma não for da sua propriedade, é obrigatória a celebração de contrato de seguro de responsabilidade civil com empresa seguradora mediante o qual seja transferida a sua responsabilidade até um capital mínimo a definir em portaria conjunta dos Ministros das Finanças e da Administração Interna.

4 — A celebração de contrato de seguro de responsabilidade civil para a prática de actos venatórios não dispensa o contrato referido no número anterior, excepto se a apólice respectiva o contemplar.

5 — Se o segurado for titular de mais de uma licença só está obrigado a um único seguro de responsabilidade civil.

6 — Os titulares de licenças e de alvarás previstos na presente lei ou aqueles a quem a respectiva lei orgânica ou estatuto profissional atribui ou dispensa da licença de uso e porte de arma, deverão fazer prova, a qualquer momento e em sede de fiscalização, da existência de seguro válido.

## Artigo 78.º

**Armas declaradas perdidas a favor do Estado**

1 — Sem prejuízo do disposto em legislação especial, todas as armas que, independentemente do motivo da entrega ou decisão, sejam declaradas perdidas a favor do Estado, ficam depositadas à guarda da PSP, que promoverá o seu destino.

2 — As armas referidas no número anterior, desde o momento do depósito à guarda da PSP até à decisão final, nomeadamente de destruição, venda, ou utilização pelas forças de segurança, devem ser acompanhadas de registo documental, consultável a todo o tempo pelo interessado, do qual devem constar os seguintes elementos:

- a) Identificação da pessoa, ou entidade, que procedeu à entrega;
- b) Motivo que determinou a entrega;
- c) Agente que recepcionou a entrega e respectiva esquadra;
- d) Características da arma, com referência à marca, modelo, calibre, condições de funcionalidade, estado de conservação e demais características relevantes;
- e) Fotografia da arma aquando do depósito, da qual deve ser facultada cópia à pessoa ou entidade que procedeu à entrega;
- f) Decisão final quanto ao destino da arma.

## Artigo 79.º

**Leilões de armas**

1 — A Direcção Nacional da PSP organiza, pelo menos uma vez por ano, uma venda em leilão das armas que

tenham sido declaradas perdidas a favor do Estado, apreendidas ou achadas e que se encontrem em condições de serem colocadas no comércio.

2 — Podem licitar em leilões de armas:

- a) Os legalmente isentos de licença de uso e porte de arma;
- b) Os titulares de licença de uso e porte de arma adequada à classe da peça em leilão, desde que preencham as condições legalmente exigidas para detenção da arma em causa;
- c) Os armeiros detentores de alvarás dos tipos 2 e 3, consoante a classe das peças presentes a leilão;
- d) Os titulares de licença de colecionador e as associações de colecionadores com museu, correndo o processo de emissão de autorização de compra posteriormente à licitação, se necessário.

3 — Sob requisição da Direcção Nacional da PSP ou das entidades públicas responsáveis por laboratórios de perícia científica e balística, podem ser retiradas de qualquer venda armas com interesse científico para o estudo e investigação, sendo-lhes afectas gratuitamente.

## Artigo 79.º-A

**Publicidade da venda em leilão**

1 — Quando decidida a venda em leilão, como destino das armas, procede-se à respectiva publicitação, mediante editais, anúncios e divulgação através da Internet.

2 — Os editais são afixados, com a antecipação de 10 dias úteis, na porta de cada um dos comandos distritais da PSP.

3 — Os anúncios são publicados, com a antecipação referida no número anterior, num dos jornais mais lidos de expressão nacional.

4 — Em todos os meios de publicitação da venda incluem-se, para que permita a sua fácil compreensão, as seguintes indicações:

- a) Número de armas por cada classe;
- b) Local, data e hora da venda em leilão.

5 — Os bens destinados a leilão devem estar expostos para exame dos interessados, durante os cinco dias anteriores à data prevista para a sua venda em leilão, devendo para o efeito, os interessados solicitar informação a uma qualquer esquadra da PSP, sobre o local e hora onde podem examinar os bens.

6 — A publicitação através da Internet faz-se mediante a publicação, em destaque, no sítio oficial da PSP, do anúncio referido no n.º 3, durante os 15 dias que antecedem o leilão.

7 — A publicação de anúncios poderá não ter lugar quando o departamento responsável pela venda considere justificadamente os bens de reduzido valor, procedendo-se, porém, sempre, à afixação de editais e à publicitação através da Internet.

8 — No que não esteja expressamente previsto na presente lei, à venda das armas aplicar-se-á, com as necessárias adaptações, o disposto nos artigos 248.º e seguintes do Código de Procedimento e de Processo Tributário.

## Artigo 80.º

**Armas apreendidas**

1 — Todas as armas apreendidas à ordem de processos criminais ficam na disponibilidade da autoridade judiciária até decisão definitiva que sobre a mesma recair.

2 — As armas são depositadas nas instalações da PSP, da Guarda Nacional Republicana, da Polícia Judiciária, ou unidade militar que melhor garanta a sua segurança e disponibilidade em todas as fases do processo, sem prejuízo do disposto em legislação especial aplicável aos órgãos de polícia criminal.

3 — Somente serão depositadas armas em instalações da Guarda Nacional Republicana se na área do tribunal que ordenou a apreensão não operar a PSP.

4 — Excepcionalmente, atenta a natureza da arma e a sua perigosidade, pode o juiz ordenar o seu depósito em unidade militar, com condições de segurança para o efeito, após indicação do Ministério da Defesa Nacional.

5 — Compete à PSP, manter, organizar e disponibilizar um ficheiro informático nacional de armas apreendidas, proceder à sua análise estatística e técnica e difundir informação às entidades nacionais e estrangeiras.

6 — Todas as entidades que procedam à apreensão de armas de fogo, independentemente do motivo que determinou a apreensão, comunicam a sua apreensão à PSP, para efeitos de centralização e tratamento de informação, de acordo com as regras a estabelecer por despacho dos membros do Governo competentes.

7 — Todas as armas apreendidas devem ser peritadas, registadas as suas características e o seu estado de conservação, competindo à entidade à guarda de quem ficam, a sua conservação no estado em que se encontravam à data da sua apreensão.

8 — Do ficheiro informático referido no n.º 5 devem constar, entre outros, os seguintes elementos:

- a) Entidade apreensora;
- b) Despacho judicial que determinou, ou validou a apreensão, com menção do número do processo e respectivo tribunal.

#### Artigo 81.º

##### Publicidade

Não é permitida a publicidade a armas, suas características e aptidões, excepto em meios de divulgação da especialidade, feiras de armas, feiras de caça, provas desportivas de tiro e, relativamente a armas longas, feiras agrícolas, bem como a publicidade da venda em leilão nos termos do artigo 79.º-A.

#### Artigo 82.º

##### Entrega obrigatória de arma achada

1 — Quem achar arma de fogo está obrigado a entregar de imediato a mesma às autoridades policiais, mediante recibo de entrega.

2 — Com a entrega deve ser lavrado termo de justificação da posse, contendo todas as circunstâncias de tempo e lugar em que o achado ocorreu.

3 — Todas as armas entregues devem ser objecto de análise e perícia balística, a efectuar pelo departamento competente da Polícia Judiciária.

4 — O achado, logo que disponibilizado pelas autoridades, se for susceptível de comércio ou manifesto, será objecto de venda em leilão, revertendo o produto da venda para o achador, podendo este, em alternativa, requerer o seu manifesto, se for titular da licença aplicável.

#### Artigo 83.º

##### Taxas devidas

1 — A apresentação de requerimentos, a concessão de licenças e de alvarás, e suas renovações, de autorizações, a realização de vistorias e exames, os manifestos e todos os actos sujeitos a despacho, previstos na presente lei, estão dependentes do pagamento por parte do interessado de uma taxa de valor a fixar por portaria do ministro que tutele a administração interna, sujeita a actualização anual, tendo em conta o índice médio de preços junto do consumidor oficialmente publicado e referente ao ano imediatamente anterior.

2 — O disposto na presente lei não prejudica as isenções previstas na lei.

3 — O produto das taxas previstas no n.º 1 reverte a favor da PSP.

4 — Para os efeitos do disposto no n.º 1, podem ser utilizados meios electrónicos de pagamento, nas condições e prazos constantes da legislação regulamentar da presente lei.

5 — A falta de pagamento voluntário das quantias devidas nos termos do n.º 1 determina a suspensão automática de toda e qualquer autorização prevista na presente lei.

#### Artigo 84.º

##### Delegação de competências

1 — As competências atribuídas na presente lei ao director nacional da PSP podem ser delegadas e subdelegadas nos termos da lei.

2 — Compete ao director nacional da PSP a emissão de normas técnicas destinadas a estabelecer procedimentos operativos no âmbito do regime jurídico das armas e munições.

#### Artigo 85.º

##### Isenção

O disposto na presente lei relativamente ao certificado de aprovação para o uso e porte de armas de fogo não é aplicável aos requerentes que, pela sua experiência profissional nas Forças Armadas e nas forças e serviços de segurança, tenham adquirido instrução própria no uso e manejo de armas de fogo que seja considerada adequada e bastante em certificado a emitir pelo comando ou direcção competente, nos termos da legislação regulamentar da presente lei.

### CAPÍTULO X

#### Responsabilidade criminal e contra-ordenacional

##### SECÇÃO I

#### Responsabilidade criminal e crimes de perigo comum

#### Artigo 86.º

##### Detenção de arma proibida e crime cometido com arma

1 — Quem, sem se encontrar autorizado, fora das condições legais ou em contrário das prescrições da autoridade competente, detiver, transportar, importar, transferir, guardar, comprar, adquirir a qualquer título ou por qualquer

meio ou obtiver por fabrico, transformação, importação, transferência ou exportação, usar ou trazer consigo:

a) Equipamentos, meios militares e material de guerra, arma biológica, arma química, arma radioactiva ou susceptível de explosão nuclear, arma de fogo automática, explosivo civil, engenho explosivo ou incendiário improvisado é punido com pena de prisão de 2 a 8 anos;

b) Produtos ou substâncias que se destinem ou possam destinar, total ou parcialmente, a serem utilizados para o desenvolvimento, produção, manuseamento, accionamento, manutenção, armazenamento ou proliferação de armas biológicas, armas químicas ou armas radioactivas ou susceptíveis de explosão nuclear, ou para o desenvolvimento, produção, manuseamento ou armazenamento de engenhos susceptíveis de transportar essas armas, é punido com pena de prisão de 2 a 5 anos;

c) Arma das classes B, B1, C e D, espingarda ou carabina facilmente desmontável em componentes de reduzida dimensão com vista à sua dissimulação, espingarda não modificada de cano de alma lisa inferior a 46 cm, arma de fogo dissimulada sob a forma de outro objecto, ou arma de fogo transformada ou modificada, é punido com pena de prisão de 1 a 5 anos ou com pena de multa até 600 dias;

d) Arma da classe E, arma branca dissimulada sob a forma de outro objecto, faca de abertura automática, estilete, faca de borboleta, faca de arremesso, estrela de lançar, *boxers*, outras armas brancas ou engenhos ou instrumentos sem aplicação definida que possam ser usados como arma de agressão e o seu portador não justifique a sua posse, aerossóis de defesa não constantes da alínea a) do n.º 7 artigo 3.º, armas lançadoras de gases, bastão, bastão extensível, bastão eléctrico, armas eléctricas não constantes da alínea b) do n.º 7 do artigo 3.º, quaisquer engenhos ou instrumentos construídos exclusivamente com o fim de serem utilizados como arma de agressão, silenciador, partes essenciais da arma de fogo, munições, bem como munições com os respectivos projecteis expansivos, perfurantes, explosivos ou incendiários, é punido com pena de prisão até 4 anos ou com pena de multa até 480 dias.

2 — A detenção de arma não registada ou manifestada, quando obrigatório, constitui, para efeitos do número anterior, detenção de arma fora das condições legais.

3 — As penas aplicáveis a crimes cometidos com arma são agravadas de um terço nos seus limites mínimo e máximo, excepto se o porte ou uso de arma for elemento do respectivo tipo de crime ou a lei já previr agravação mais elevada para o crime, em função do uso ou porte de arma.

4 — Para os efeitos previstos no número anterior, considera-se que o crime é cometido com arma quando qualquer participante traga, no momento do crime, arma aparente ou oculta prevista nas alíneas a) a d) do n.º 1, mesmo que se encontre autorizado ou dentro das condições legais ou prescrições da autoridade competente.

5 — Em caso algum pode ser excedido o limite máximo de 25 anos da pena de prisão.

#### Artigo 87.º

##### Tráfico e mediação de armas

1 — Quem, sem se encontrar autorizado, fora das condições legais ou em contrário das prescrições da autoridade competente, vender, ceder a qualquer título ou por qualquer meio distribuir, mediar uma transacção ou, com intenção de transmitir a sua detenção, posse ou propriedade, adoptar

algum dos comportamentos previstos no artigo anterior, envolvendo quaisquer equipamentos, meios militares e material de guerra, armas, engenhos, instrumentos, mecanismos, munições, substâncias ou produtos aí referidos, é punido com uma pena de 2 a 10 anos de prisão.

2 — A pena referida no n.º 1 é de 4 a 12 anos de prisão se:

a) O agente for funcionário incumbido da prevenção ou repressão de alguma das actividades ilícitas previstas nesta lei; ou

b) Aquela coisa ou coisas se destinarem, com o conhecimento do agente, a grupos, organizações ou associações criminosas; ou

c) O agente fizer daquelas condutas modo de vida.

3 — A pena pode ser especialmente atenuada ou não ter lugar a sua punição se o agente abandonar voluntariamente a sua actividade, afastar ou fizer diminuir consideravelmente o perigo por ela provocado, impedir que o resultado que a lei quer evitar se verifique ou auxiliar concretamente na recolha das provas decisivas para a identificação ou a captura de outros responsáveis.

#### Artigo 88.º

##### Uso e porte de arma sob efeito de álcool e substâncias estupefacientes ou psicotrópicas

1 — Quem, pelo menos por negligência, detiver, transportar fora das condições de segurança previstas no artigo 41.º, usar ou portar arma com uma taxa de álcool no sangue igual ou superior a 1,2 g/l é punido com pena de prisão até 1 ano ou com pena de multa até 360 dias.

2 — Na mesma pena incorre quem, pelo menos por negligência, detiver, transportar fora das condições de segurança previstas no artigo 41.º, usar ou portar arma não estando em condições de o fazer com segurança, por se encontrar sob a influência de substâncias estupefacientes ou psicotrópicas ou produtos com efeito análogo perturbadores da aptidão física, mental ou psicológica.

#### Artigo 89.º

##### Detenção de armas e outros dispositivos, produtos ou substâncias em locais proibidos

Quem, sem estar especificamente autorizado por legítimo motivo de serviço ou pela autoridade legalmente competente, transportar, detiver, usar, distribuir ou for portador, em recintos desportivos ou religiosos, em zona de exclusão, em estabelecimentos ou locais onde decorra manifestação cívica ou política, bem como em estabelecimentos ou locais de diversão, feiras e mercados, qualquer das armas previstas no n.º 1 do artigo 2.º, bem como quaisquer munições, engenhos, instrumentos, mecanismos, produtos ou substâncias referidos no artigo 86.º, é punido com pena de prisão até 5 anos ou com pena de multa até 600 dias, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.

#### SECÇÃO II

##### Penas acessórias e medidas de segurança

#### Artigo 90.º

##### Interdição de detenção, uso e porte de armas

1 — Pode incorrer na interdição temporária de detenção, uso e porte de arma ou armas quem for condenado pela

prática de crime previsto na presente lei ou pela prática, a título doloso ou negligente, de crime em cuja preparação ou execução tenha sido relevante a utilização ou disponibilidade sobre a arma.

2 — O período de interdição tem o limite mínimo de um ano e o máximo igual ao limite superior da moldura penal do crime em causa, não contando para este efeito o tempo em que a ou as armas, licenças e outros documentos tenham estado apreendidos à ordem do processo ou em que o condenado tenha estado sujeito a medida de coacção ou de pena ou execução de medida de segurança.

3 — A interdição implica a proibição de detenção, uso e porte de armas, designadamente para efeitos pessoais, funcionais ou laborais, desportivos, venatórios ou outros, bem como de concessão ou renovação de licença, cartão europeu de arma de fogo ou de autorização de aquisição de arma de fogo durante o período de interdição, devendo o condenado fazer entrega da ou das armas, licenças e demais documentação no posto ou unidade policial da área da sua residência no prazo de 15 dias contados do trânsito em julgado.

4 — A interdição é decretada independentemente de o condenado gozar de isenção ou dispensa de licença ou licença especial.

5 — A decisão de interdição é comunicada à PSP e, sendo caso disso, à entidade pública ou privada relevante no procedimento de atribuição da arma de fogo ou de quem o condenado dependa.

6 — O condenado que deixar de entregar a ou as armas no prazo referido no n.º 3 incorre em crime de desobediência qualificada.

#### Artigo 91.º

##### **Interdição de frequência, participação ou entrada em determinados locais**

1 — Pode ser temporariamente interdita a frequência, participação ou entrada em estabelecimento de ensino, recinto desportivo, estabelecimentos ou locais de diversão, locais onde ocorra manifestação cultural, desportiva ou venatória, feira ou mercado, campo ou carreira de tiro, a quem for condenado:

a) Pela prática de crime previsto na presente lei praticado num dos locais referidos;

b) Pela prática de crime cometido num desses locais ou que se repercute significativamente no mesmo e em cuja preparação ou execução tenha sido relevante uma arma.

2 — O período de interdição tem o período mínimo de um ano e máximo de cinco anos, não contando para o efeito o tempo em que o condenado esteja sujeito a medida de coacção ou em cumprimento de pena ou medida de segurança privativa da liberdade.

3 — A decisão de interdição é comunicada à PSP e à autoridade administrativa, federação desportiva, associação ou entidade pública ou privada que regule ou fiscalize o sector ou actividade ou organize o evento.

4 — O incumprimento faz incorrer o condenado em crime de desobediência qualificada.

5 — A decisão de interdição pode compreender a obrigação de apresentação do condenado no posto ou unidade policial da área da sua residência no dia ou dias de realização de feira, mercado ou evento desportivo, cultural ou venatório.

#### Artigo 92.º

##### **Interdição de exercício de actividade**

1 — Pode incorrer na interdição temporária de exercício de actividade o titular de alvará de armeiro ou de exploração de campo ou carreira de tiro que seja condenado, a título doloso e sob qualquer forma de participação, pela prática de crime cometido com grave desvio dos fins para que foi licenciado ou credenciado ou com grave violação dos deveres e regras que disciplinam o exercício da actividade.

2 — A interdição tem a duração mínima de 6 meses e máxima de 10 anos, não contando para este efeito o tempo em que o condenado tenha estado sujeito a medida de coacção ou em cumprimento de pena ou execução de medida de segurança privativas da liberdade.

3 — A interdição implica a proibição do exercício da actividade ou a prática de qualquer acto em que a mesma se traduza, bem como a concessão ou renovação de alvará, credenciação, licença ou autorização no período de interdição.

4 — O exercício da actividade ou a prática de actos em que a mesma se traduza durante o período de interdição faz incorrer em crime de desobediência qualificada.

5 — É aplicável o disposto no n.º 3 do artigo 90.º

#### Artigo 93.º

##### **Medidas de segurança**

1 — Pode ser aplicada a medida de segurança de cassação de licença de detenção, uso e porte de armas ou de alvará a quem:

a) For condenado pela prática de crime previsto na presente lei, pela prática de qualquer um dos crimes referidos no n.º 2 do artigo 14.º ou por crime relacionado com armas de fogo ou cometido com violência contra pessoas ou bens;

b) For absolvido da prática dos crimes referidos na alínea anterior apenas por inimizabilidade, desde que a personalidade do agente e o facto praticado façam recuar o cometimento de novos crimes que envolvam tais armas ou o agente se revele inapto para a detenção, uso e porte das mesmas.

2 — A medida tem a duração mínima de 2 e máxima de 10 anos.

3 — A cassação implica a caducidade do ou dos títulos, a proibição de concessão de nova licença ou alvará ou de autorização de aquisição de arma pelo período de duração da medida e ainda a proibição de detenção, uso e porte de arma ou armas, designadamente para efeitos pessoais, funcionais ou laborais, desportivos, venatórios ou outros durante o mesmo período, devendo o arguido ou quem por ele for responsável fazer entrega de armas, licenças e demais documentação no posto ou unidade policial da área da sua residência no prazo de 15 dias contados do trânsito em julgado.

4 — É aplicável o disposto nos n.ºs 4 a 6 do artigo 90.º

#### Artigo 94.º

##### **Perda da arma**

1 — Sem prejuízo de ser declarada perdida a favor do Estado nos termos gerais, qualquer arma entregue na PSP, por força da aplicação ao condenado de uma pena acessória

ou medida de segurança, pode ser vendida a quem reúna condições para as possuir.

2 — A venda, requerida pelo condenado, é efectuada pela PSP ao comprador indicado por aquele ou, caso não haja indicação de comprador no prazo de 180 dias contados da apresentação do requerimento, é levada a leilão nos termos do disposto no artigo 79.º, revertendo o produto da venda para o condenado, deduzidas as despesas e taxas aplicáveis, a fixar por portaria do ministro que tutela a administração interna.

#### Artigo 95.º

##### Responsabilidade criminal das pessoas colectivas e equiparadas

As pessoas colectivas e entidades equiparadas são responsáveis, nos termos gerais, pelos crimes previstos no n.º 1 do artigo 86.º e no artigo 87.º

#### Artigo 95.º-A

##### Detenção e prisão preventiva

1 — Há lugar à detenção em flagrante delito pelos crimes previstos nos artigos 86.º, 87.º e 89.º da presente lei e pelos crimes cometidos com arma puníveis com pena de prisão.

2 — A detenção prevista no número anterior deve manter-se até o detido ser apresentado a audiência de julgamento sob a forma sumária ou a primeiro interrogatório judicial para eventual aplicação de medida de coacção ou de garantia patrimonial, sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 143.º, no n.º 1 do artigo 261.º, no n.º 3 do artigo 382.º e no n.º 2 do artigo 385.º do Código de Processo Penal.

3 — Fora de flagrante delito, a detenção pelos crimes previstos no n.º 1 pode ser efectuada por mandado do juiz ou, nos casos em que for admissível prisão preventiva, do Ministério Público.

4 — As autoridades de polícia criminal podem também ordenar a detenção fora de flagrante delito, por iniciativa própria, nos casos previstos na lei, e devem fazê-lo se houver perigo de continuação da actividade criminosa.

5 — É aplicável ao arguido a prisão preventiva quando houver fortes indícios da prática de crime doloso previsto no n.º 1, punível com pena de prisão de máximo superior a 3 anos, verificadas as demais condições de aplicação da medida.

#### Artigo 96.º

##### Punição das entidades colectivas e equiparadas

(Revogado.)

### SECÇÃO III

#### Responsabilidade contra-ordenacional

#### Artigo 97.º

##### Detenção ilegal de arma

Quem, sem se encontrar autorizado, fora das condições legais ou em contrário das prescrições da autoridade competente, detiver, transportar, importar, guardar, comprar, adquirir a qualquer título ou por qualquer meio ou obtiver por fabrico, transformação, importação ou exportação, usar ou trazer consigo reprodução de arma de fogo,

arma de alarme, munições de salva ou alarme ou armas das classes F e G, é punido com uma coima de € 600 a € 6000.

#### Artigo 98.º

##### Violação geral das normas de conduta e obrigações dos portadores de armas

Quem, sendo titular de licença, detiver, usar ou for portador, transportar arma fora das condições legais, afectar arma a actividade diversa da autorizada pelo director nacional da PSP ou em violação das normas de conduta previstas na presente lei é punido com uma coima de € 500 a € 5000.

#### Artigo 99.º

##### Violação específica de normas de conduta e outras obrigações

1 — Quem não observar o disposto:

a) No n.º 3 do artigo 31.º e nos artigos 34.º e 35.º, é punido com uma coima de € 250 a € 2500;

b) No artigo 19.º-A, é punido com uma coima de € 500 a € 5000;

c) No n.º 6 do artigo 11.º, no n.º 3 do artigo 18.º e nos n.ºs 1 e 3 do artigo 38.º, é punido com uma coima de € 600 a € 6000;

d) Nos artigos 32.º, 33.º e 36.º, no n.º 1 do artigo 45.º e nos n.ºs 1 e 2 do artigo 53.º, é punido com uma coima de € 700 a € 7000.

2 — Quem proceder à alteração das características das reproduções de armas de fogo para práticas recreativas é punido com coima de € 500 a € 1000.

#### Artigo 99.º-A

##### Violação específica de norma de conduta atinente à renovação de licença de uso e porte de arma

1 — Quem, sendo detentor de arma, deixar caducar a sua licença de uso e porte de arma, tendo ou não posteriormente promovido a tramitação necessária à sua legalização prevista nos n.ºs 1 e 3 do artigo 29.º, é punido com coima de € 250 a € 2500.

2 — A detenção de arma, verificada a caducidade da licença de uso e porte de arma sem que tenha sido promovida a sua renovação, requerida nova licença aplicável no prazo previsto no n.º 1 do artigo 29.º ou solicitada a sua titularidade ao abrigo de outra licença aplicável conforme o disposto no n.º 3 do artigo 29.º, é considerada detenção de arma fora das condições legais, para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 86.º e do artigo 97.º

#### Artigo 100.º

##### Violação das normas para o exercício da actividade de armeiro

1 — Quem, sendo titular de alvará para o exercício das actividades de armeiro, se encontrar a exercer a actividade em violação das normas e regras legais para o exercício da actividade é punido com uma coima de € 1000 a € 20 000.

2 — É punido com a coima referida no número anterior o armeiro que tenha estabelecimento de venda ao público e não observe as normas e deveres de conduta a que está obrigado bem como os seus funcionários.

## Artigo 101.º

**Exercício ilegal de actividades sujeitas a autorização**

1 — Quem, sendo titular de alvará para a exploração de carreira ou campo de tiro, se encontrar a exercer a actividade em violação das normas e regras legais para o exercício da mesma é punido com uma coima de € 1000 a € 20 000.

2 — Quem, não estando autorizado pelo director nacional da PSP, organizar manifestação teatral, cultural ou outra onde sejam utilizadas ou disparadas armas de fogo, mostra ou feira de armas, leilão ou outro tipo de iniciativa aberta ao público é punido com uma coima de € 1000 a € 20 000.

3 — Quem, não sendo titular de alvará para a exploração de carreira ou campo de tiro, se encontrar a exercer esta actividade é punido com coima de € 20 000 a € 40 000.

4 — Quem exercer comércio electrónico de armas, munições e acessórios da classe A e partes essenciais dessas armas é punido com coima de € 2000 a € 20 000.

5 — Quem exercer comércio electrónico em violação do disposto no artigo 50.º-A é punido com coima de € 1000 a € 10 000.

6 — Quem frequentar ou utilizar carreira ou campo de tiro não licenciado, conhecendo ou devendo conhecer, essa falta de licenciamento, é punido com coima de € 500 a € 2000.

## Artigo 102.º

**Publicidade ilícita**

Quem efectuar publicidade a armas de fogo e quem a publicar, editar ou transmitir fora das condições previstas na presente lei é punido com uma coima de € 1000 a € 20 000.

## Artigo 103.º

**Agravação**

As coimas são agravadas nos seus limites mínimos e máximos para o triplo se o titular da licença ou alvará, o organizador ou promotor, for uma entidade colectiva ou equiparada, sendo responsáveis solidários pelo pagamento os seus sócios, gerentes, accionistas e administradores.

## Artigo 104.º

**Negligência e tentativa**

1 — A negligência e a tentativa são puníveis.

2 — No caso de tentativa, as coimas previstas para a respectiva contra-ordenação são reduzidas para metade nos seus limites máximos e mínimos.

## SECÇÃO IV

**Regime subsidiário e competências**

## Artigo 105.º

**Regime subsidiário**

1 — Em matéria relativa à responsabilidade criminal ou contra-ordenacional é aplicável subsidiariamente o Código Penal, o Código de Processo Penal e o regime geral das contra-ordenações.

2 — O disposto no número anterior não prejudica a aplicação à matéria regulada na presente lei do regime re-

lativo ao combate à criminalidade organizada e económico-financeira e demais legislação especial.

## Artigo 106.º

**Competências e produto das coimas**

1 — A instrução dos processos de contra-ordenação compete à PSP.

2 — A aplicação das respectivas coimas compete ao director nacional, que pode delegar essa competência.

3 — O produto das coimas previstas nesta lei reverte na percentagem de 40 % para o Estado, de 40 % para a PSP e de 20 % a repartir entre as demais entidades fiscalizadoras do cumprimento da presente lei.

## SECÇÃO V

**Apreensão de armas e cassação de licenças**

## Artigo 107.º

**Apreensão de armas**

1 — O agente ou autoridade policial procede à apreensão da ou das armas de fogo, munições e respectivas licenças e manifestos, emitindo documento de apreensão com a descrição da ou das armas, munições e documentação, quando:

a) Quem a detiver, portar ou transportar se encontrar sob influência do álcool, de estupefacientes, substâncias psicotrópicas ou produtos de efeito análogo, verificada nos termos da presente lei ou recusar a submeter-se a provas para sua detecção;

b) Houver indícios da prática pelo suspeito de crime de maus tratos a cônjuge, a quem com ele viva em condições análogas às dos cônjuges, a progenitor de descendente comum em 1.º grau, aos filhos, a pessoa menor ou particularmente indefesa em razão da idade, deficiência, doença ou gravidez e que esteja a seu cuidado, à sua guarda ou sob a sua responsabilidade de direcção ou educação e, perante a queixa, denúncia ou a constatação de flagrante, verificarem probabilidade na sua utilização;

c) Se encontrarem fora das condições legais ou em violação das prescrições da autoridade competente.

2 — A apreensão inclui a arma de fogo detida ao abrigo de isenção ou dispensa de licença ou de licença especial, bem como a arma de fogo que seja propriedade de entidade pública ou privada.

3 — Para além da transmissão da notícia do crime ao Ministério Público ou à PSP, em caso de contra-ordenação, a apreensão nos termos do número anterior é comunicada à respectiva entidade pública ou privada titular da arma, para efeitos de acção disciplinar e ou de restituição da arma, nos termos gerais.

4 — Em caso de manifesto estado de embriaguez ou de intoxicação por substâncias estupefacientes ou psicotrópicas de pessoa que detenha, use, porte ou transporte consigo arma de fogo, a arma pode ser retida por qualquer caçador ou atirador desportivo ou ainda por qualquer pessoa que o possa fazer em condições de segurança até à comparência de agente ou autoridade policial.

## Artigo 108.º

## Cassação das licenças

1 — Sem prejuízo da cassação de licenças por autoridade judiciária, o director nacional da PSP pode determinar a cassação:

*a)* De qualquer licença de detenção, uso, ou porte de arma, quando o titular tenha sido condenado pela prática de crime doloso, cometido com uso de violência, em pena superior a 1 ano de prisão;

*b)* Das licenças C e D obtidas com base na titularidade de carta de caçador, quando o titular foi condenado pela prática de infracção no exercício de acto venatório, tendo-lhe sido interditado o direito de caçar ou cassada a respectiva autorização, ou cessado, por caducidade, a referida autorização;

*c)* De qualquer licença de detenção, uso, ou porte de arma, quando o titular for condenado por crime de maus tratos ao cônjuge ou a quem com ele viva em condições análogas, aos filhos ou a menores ao seu cuidado, ou quando pelo mesmo crime foi determinada a suspensão provisória do processo de inquérito;

*d)* De qualquer licença de detenção, uso, ou porte de arma, quando ao titular for aplicada medida de coacção de obrigação de não contactar com determinadas pessoas ou não frequentar certos lugares ou certos meios;

*e)* De qualquer licença de detenção, uso, ou porte de arma, quando ao titular for aplicada a medida de suspensão provisória do processo de inquérito mediante a imposição de idênticas injunções ou regras de conduta;

*f)* De qualquer licença de detenção, uso, ou porte de arma, ao titular que utilizou a arma para fins não autorizados ou diferentes daqueles a que a mesma se destina ou violou as normas de conduta do portador de arma;

*g)* Da licença de tiro desportivo, quando tenha cessado, por qualquer forma, a atinente licença federativa;

*h)* De qualquer licença de detenção, uso, ou porte de arma, quando o titular contribuiu com culpa para o furto ou extravio da arma;

*i)* De qualquer licença de detenção, uso, ou porte de arma, quando o titular contribuiu com culpa, na guarda, segurança ou transporte da arma, para a criação de perigo ou verificação de acidente.

2 — Nos casos previstos no n.º 1 do artigo anterior é lavrado termo de cassação provisória que seguirá juntamente com o expediente resultante da notícia do crime ou da contra-ordenação para os serviços do Ministério Público ou para a PSP, respectivamente.

3 — Nos casos previstos nas alíneas *f)*, *h)* e *i)* do n.º 1 e nos casos em que o titular de licença de tiro desportivo tenha sido expulso da respectiva federação, a concessão de nova licença só é autorizada decorridos cinco anos após a cassação e implica sempre a verificação de todos os requisitos exigidos para a sua concessão.

4 — A Autoridade Florestal Nacional deve comunicar à Direcção Nacional da PSP, no prazo de 60 dias após a sua ocorrência, a cassação ou a caducidade da autorização para a prática de actos venatórios, bem como todas as interdições efectivas do direito de caçar de que tenha conhecimento.

5 — Para efeitos do disposto nas alíneas *a)*, *c)*, *d)* e *e)* do n.º 1, a cassação não ocorrerá se, observado o procedimento previsto no n.º 3 do artigo 14.º, instaurado pelo interessado até 30 dias após o trânsito em julgado da condenação,

medida de coacção fixada ou da decisão da suspensão provisória do processo de inquérito, houver reconhecimento judicial da idoneidade do titular para a sua manutenção.

6 — Para efeitos do disposto nas alíneas *f)*, *h)* e *i)* do n.º 1 e nos casos em que o titular de licença de tiro desportivo tenha sido expulso da respectiva federação, a PSP instaura um processo de inquérito com todos os elementos atinentes ao fundamento da cassação relativos à infracção e outros considerados necessários.

7 — A cassação da licença implica a sua entrega na PSP, acompanhada da arma ou armas que a mesma autoriza e respectivos documentos inerentes, no prazo de 15 dias após a notificação do despacho, sob pena de cometimento de crime de desobediência qualificada.

8 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, no prazo de 180 dias após o depósito ou após a data em que a decisão se tornar definitiva, pode o interessado proceder à transmissão da arma, remetendo à PSP o respectivo comprovativo.

9 — Findo o prazo referido no número anterior, a arma é declarada perdida a favor do Estado.

## SECÇÃO VI

## Operações especiais de prevenção criminal

## Artigo 109.º

## Reforço da eficácia da prevenção criminal

1 — As forças de segurança devem planear e levar a efeito, periodicamente, operações especiais de prevenção criminal em áreas geográficas delimitadas com a finalidade de controlar, detectar, localizar, prevenir a introdução, assegurar a remoção ou verificar a regularidade da situação de armas, seus componentes ou munições ou substâncias ou produtos a que se refere a presente lei, reduzindo o risco de prática de infracções previstas no presente capítulo, bem como de outras infracções que a estas se encontrem habitualmente associadas ou ainda quando haja suspeita de que algum desses crimes possa ter sido cometido como forma de levar a cabo ou encobrir outros.

2 — A delimitação das áreas geográficas para a realização das operações especiais de prevenção pode abranger:

*a)* Pontos de controlo de acesso a locais em que constitui crime a detenção de armas, dispositivos, produtos ou substâncias enumeradas na presente lei;

*b)* Gares de transportes colectivos rodoviários, ferroviários ou fluviais, bem como no interior desses transportes, e ainda em portos, aeroportos, vias públicas ou outros locais públicos, e respectivos acessos, frequentados por pessoas que em razão de acções de vigilância, patrulhamento ou informação policial seja de admitir que se dediquem à prática das infracções previstas no n.º 1.

3 — As operações especiais de prevenção podem compreender, em função da necessidade, a identificação das pessoas que se encontrem na área geográfica onde têm lugar, bem como a revista de pessoas, de viaturas ou de equipamentos e, quando haja indícios da prática dos crimes previstos no n.º 1, risco de resistência ou de desobediência à autoridade pública ou ainda a necessidade de condução ao posto policial, por não ser possível a identificação su-

ficiente, a realização de buscas no local onde se encontrem.

4 — Compete ainda à PSP a verificação dos bens previstos na presente lei e que se encontrem em trânsito nas zonas portuárias e aeroportuárias internacionais, com a possibilidade de abertura de volumes e contentores, para avaliação do seu destino e proveniência.

#### Artigo 110.º

##### Desencadeamento e acompanhamento

1 — As operações especiais de prevenção são sempre comunicadas ao Ministério Público, através do procurador-geral distrital com competência territorial na área geográfica visada.

2 — A comunicação é feita, com antecedência adequada e especificação da delimitação geográfica e temporal das medidas previstas, pelo director nacional da PSP, pelo comandante-geral da GNR ou por ambos, caso se trate de operação conjunta.

3 — Sem prejuízo da autonomia técnica e tática das forças de segurança, as operações podem ser acompanhadas, na modalidade tecnicamente disponível que se revele mais apropriada, por um magistrado, o qual será responsável pela prática dos actos de competência do Ministério Público que elas possam requerer.

4 — As operações podem prosseguir para além dos espaços geográfico e temporal determinados se os actos a levar a cabo forem decorrentes de outros iniciados no âmbito da delimitação inicial.

#### Artigo 111.º

##### Actos da exclusiva competência de juiz de instrução

1 — Quando no âmbito de uma operação especial de prevenção se torne necessário levar a cabo buscas domiciliárias ou outros actos da exclusiva competência de juiz de instrução, são adoptadas as medidas necessárias ao acompanhamento por parte deste magistrado, na modalidade tecnicamente disponível que se revele mais apropriada.

2 — Quando a operação deva ser desenvolvida em mais de uma comarca, intervém o juiz de instrução que, nos termos da lei, tenha competência no território da comarca em que a operação se inicie.

## CAPÍTULO XI

### Disposições transitórias e finais

#### SECÇÃO I

##### Regime transitório

#### Artigo 112.º

##### *Armas manifestadas em países que estiveram sob a administração portuguesa*

*Os proprietários das armas manifestadas nos países que estiveram sob a administração portuguesa têm o prazo de 180 dias após a entrada em vigor da presente lei para substituir o documento de manifesto concedido pelas autoridades portuguesas de então pelo livrete de manifesto concedido pelo director nacional da PSP e livro de registo de munições [caducado].*

#### Artigo 112.º-A

##### Reclassificação de armas

1 — As armas que, no âmbito da presente lei, venham a ser reclassificadas só podem ser detidas e utilizadas nos termos permitidos pela presente lei.

2 — Se o titular da arma reclassificada não a puder deter e utilizar no âmbito da presente lei, tem o prazo de seis meses para proceder à sua venda ou inutilização, sob pena de a mesma ser declarada perdida a favor do Estado.

#### Artigo 113.º

##### Transição para o novo regime legal

1 — As licenças e autorizações de uso e porte de arma concedidas ao abrigo de legislação anterior são convertidas, quando da sua renovação, para as licenças agora previstas, nos seguintes termos:

a) Licença de uso e porte de arma de defesa transitiva para licença de uso e porte de arma B1;

b) Licença de uso e porte de arma de caça transitiva para licença de uso e porte de arma C ou D, conforme os casos;

c) Licença de uso e porte de arma de recreio de cano liso transitiva para licença de uso e porte de arma D;

d) Autorização de uso e porte de arma de defesa «modelo V» e «modelo V-A» transitiva para licença especial, aplicando-se as mesmas regras que a esta relativamente à caducidade e validade, bem como no que se refere aos requisitos previstos para a sua concessão;

e) Para efeitos do disposto na alínea a) do n.º 3 do artigo 5.º, as referências existentes nas respectivas leis orgânicas ou estatutos profissionais a licença de uso e porte de arma de defesa entendem-se feitas para licença de uso e porte de arma de classe B.

2 — *Os armeiros devidamente licenciados que se encontrem no exercício da actividade dispõem de um prazo de seis meses contados da data da entrada em vigor da presente lei para requerer a concessão de um alvará para o exercício da actividade pretendida no novo quadro legal [caducado].*

3 — *Os proprietários dos estabelecimentos que efectuam vendas de armas das classes G e F dispõem de um prazo de seis meses a contar da data da entrada em vigor da presente lei para requerer a concessão de um alvará do tipo 3 para a continuação do exercício da actividade [caducado].*

#### Artigo 114.º

##### Detenção vitalícia de armas no domicílio

1 — Os possuidores de armas detidas ao abrigo de licenças de detenção domiciliária emitidas nos termos do disposto no artigo 46.º do regulamento aprovado pelo Decreto-Lei n.º 37 313, de 21 de Fevereiro de 1949, mantêm o direito a deter essas armas nos termos anteriormente estabelecidos.

2 — Os possuidores de armas de ornamentação abrangidas pelo disposto no artigo 5.º do regulamento aprovado pelo Decreto-Lei n.º 37 313, de 21 de Fevereiro de 1949, mantêm o direito de deter essas armas nos termos anteriormente estabelecidos.

3 — Os possuidores de armas de fogo manifestadas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 328/76, de 6 de Maio,

e que nos termos da presente lei devam ser consideradas armas da classe A mantêm o direito de deter essas armas, desde que comprovem junto da Direcção Nacional da PSP que são legítimos detentores e que dispõem das condições de segurança previstas na presente lei.

4 — Os possuidores de armas de fogo manifestadas e registadas ao abrigo do regime anterior como armas de defesa e que por força da presente lei não sejam classificadas como armas da classe B1 mantêm o direito de deter, usar e portar essas armas, desde que comprovem junto da Direcção Nacional da PSP que são legítimos detentores e que dispõem das condições de segurança previstas na presente lei.

5 — A eventual transmissão das armas a que se referem os n.ºs 1, 3 e 4 está sujeita à sua inutilização, passando a ser classificadas como armas da classe F, excepto se transmitidas a museus públicos ou, mediante autorização do director nacional da PSP, a associações de colecionadores com museu, ou, se esse for o caso, à sua reclassificação como arma de outra classe legalmente permitida.

#### Artigo 115.º

##### *Manifesto voluntário e detenção domiciliária provisória*

1 — *Todos os possuidores de armas de fogo não manifestadas ou registadas devem, no prazo de 120 dias contado da sua entrada em vigor, requerer a sua apresentação a exame e manifesto, não havendo nesse caso lugar a procedimento criminal.*

2 — *Após exame e manifesto, a requerimento do interessado, as referidas armas ficam, se susceptíveis de serem legalizadas ao abrigo deste diploma, em regime de detenção domiciliária provisória pelo período de 180 dias, devendo nesse prazo habilitar-se com a necessária licença, ficando perdidas a favor do Estado se não puderem ser legalizadas.*

3 — *O requerimento para a detenção domiciliária provisória deve ser instruído com certificado de registo criminal do requerente.*

4 — *Em caso de indeferimento ou decorrido o prazo referido no n.º 2 deste artigo sem que o apresentante mostre estar habilitado com a respectiva licença, são as armas guardadas em depósito na PSP, sendo aplicável o disposto no n.º 7 do artigo 18.º [caducado].*

#### Artigo 116.º

##### **Livro de registo de munições**

Mediante a exibição da licença de uso e porte de arma e o manifesto da arma, é emitido pelo director nacional da PSP, a requerimento do interessado, um livro de registo de munições.

#### Artigo 117.º

##### **Regulamentação a aprovar**

1 — *São aprovadas por decreto regulamentar as normas referentes às seguintes matérias:*

a) *Licenciamento e concessão de alvará para a exploração e gestão de carreiras e campos de tiro;*

b) *Condições técnicas de funcionamento e de segurança das carreiras e campos de tiro.*

2 — *São aprovadas por portaria do Ministro que tutela a Administração Interna as normas referentes às seguintes matérias:*

a) *Condições de segurança para o exercício da actividade de armeiro;*

b) *Regime da formação técnica e cívica para uso e porte de armas de fogo, incluindo os conteúdos programáticos e duração dos cursos;*

c) *Regime do exame de aptidão para obtenção do certificado de aprovação para o uso e porte de armas de fogo;*

d) *Modelo das licenças, alvarás, certificados e outros necessários à execução da presente lei;*

e) *As taxas a cobrar pela prestação dos serviços e demais actos previstos na presente lei [caducado].*

## SECÇÃO II

### **Revogação e início de vigência**

#### Artigo 118.º

##### **Norma revogatória**

São revogados os seguintes diplomas:

- a) O Decreto-Lei n.º 37 313, de 21 de Fevereiro de 1949;
- b) O Decreto-Lei n.º 49 439, de 15 de Dezembro de 1969;
- c) O Decreto-Lei n.º 207-A/75, de 17 de Abril;
- d) O Decreto-Lei n.º 328/76, de 6 de Maio;
- e) O Decreto-Lei n.º 432/83, de 14 de Dezembro;
- f) O Decreto-Lei n.º 399/93, de 3 de Dezembro;
- g) A Lei n.º 8/97, de 12 de Abril;
- h) A Lei n.º 22/97, de 27 de Junho;
- i) A Lei n.º 93-A/97, de 22 de Agosto;
- j) A Lei n.º 29/98, de 26 de Junho;
- l) A Lei n.º 98/2001, de 25 de Agosto;
- m) O Decreto-Lei n.º 258/2002, de 23 de Novembro;
- n) O Decreto-Lei n.º 162/2003, de 24 de Julho;
- o) O artigo 275.º do Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de Março, alterado pela Lei n.º 98/2001, de 25 de Agosto.

#### Artigo 119.º

##### **Legislação especial**

Legislação própria, a elaborar no prazo de 180 dias, regula:

a) *O uso e porte de armas em actividades de carácter desportivo, incluindo a definição dos tipos de armas utilizáveis, as modalidades e as regras de licenciamento, continuando a aplicar-se, até à entrada em vigor de novo regime, o actual quadro legal [caducado];*

b) *A actividade de colecionador, designadamente no tocante ao licenciamento, à segurança e aos incentivos tendentes a promover a defesa do património histórico [caducado];*

c) *Lei especial regulará os termos e condições em que as empresas com alvará de armeiro podem dispor de bancos de provas próprios ou comuns a várias dessas empresas.*

#### Artigo 120.º

##### **Início de vigência**

A presente lei entra em vigor 180 dias após a sua publicação, com excepção do disposto nos artigos 109.º a 111.º, que vigoram a partir do dia seguinte ao da publicação da presente lei.



